

**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE
RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

CONTRATO DE GESTÃO 072/ANA/2011

JANEIRO DE 2019

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	13
1. APRESENTAÇÃO	15
2. QUALIDADE DA ÁGUA	16
2.1. (P11) - Programa de Saneamento da Bacia	16
2.2. Descrição	16
2.3. Contratações e Resultados	16
2.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	16
2.5. Identificação no PIRH Doce	17
2.6. Ações do IBIO	17
2.7. Principais Deficiências e Dificuldades	25
3. QUALIDADE DA ÁGUA	26
3.1. (P12) - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	26
3.2. Descrição	26
3.3. Contratações e Resultados	27
3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	49
3.5. Identificação no PIRH – Doce	51
3.6. Ações do IBIO	52
3.7. Principais Deficiências e Dificuldades	72
4. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES	74
4.1. (P31) - Programa de Convivência com as Cheias	74
4.2. Descrição	74
4.3. Contratações e Resultados	77
4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	77
4.5. Identificação no PIRH Doce	78
4.6. Ações do IBIO	79
4.7. Principais Deficiências e Dificuldades	80
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	81
5.1. (P41) - Programa Universalização do Saneamento	81
5.2. Descrição	81

5.3.	Contratações e Resultados	81
5.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	92
5.5.	Identificação no PIRH Doce	95
5.6.	Ações do IBIO	95
5.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	103
6.	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	105
6.1.	(P42) - Programa de Expansão de Saneamento Rural	105
6.2.	Descrição	105
6.3.	Contratações e Resultados	105
6.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	106
6.5.	Identificação no PIRH Doce	108
6.6.	Ações do IBIO	108
6.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	108
7.	INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	109
7.1.	(P52) - Programa de Recomposição de APPS e Nascentes	109
7.2.	Descrição	109
7.3.	Contratações e Resultados	110
7.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	115
7.5.	Identificação no PIRH Doce	118
7.6.	Ações do IBIO	119
7.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	126
8.	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	128
8.1.	(P61.2) - Fortalecimento dos Comitês	128
8.2.	Descrição	128
8.3.	Contratações e Resultados	128
8.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	131
8.5.	Identificação no PIRH Doce	132
8.6.	Ações do IBIO	133
8.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	159
9.	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	160
9.1.	(P71) - Programa Comunicação do Programa de Ações	160
9.2.	Descrição	160
9.3.	Contratações e Resultados	160
9.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	171

9.5.	Identificação no PIRH Doce	172
9.6.	Ações do IBIO	172
9.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	172
10.	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	174
10.1.	(P73) - Programa de Treinamento e Capacitação	174
10.2.	Descrição	174
10.3.	Contratações e Resultados	174
10.4.	Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP	174
10.5.	Identificação no PIRH Doce	175
10.6.	Ações do IBIO	175
10.7.	Principais Deficiências e Dificuldades	176
11.	AÇÃO TRANSVERSAL	177
11.1.	Locação de Veículos (com e sem motorista)	177
11.1.1.	Descrição	177
11.1.2.	Contratações e Resultados	177
11.1.3.	Principais Deficiências e Dificuldades	178
11.2.	Emissão de Passagens Aéreas	179
11.2.1.	Descrição	179
11.2.2.	Contratações e Resultados	179
11.2.3.	Principais Deficiências e Dificuldades	181
11.3.	Organização e Execução de Eventos	181
11.3.1.	Descrição	181
11.3.2.	Contratações e Resultados	182
11.3.3.	Principais Deficiências e Dificuldades	185
12.	ESTUDOS ESTRATÉGICOS VOLTADOS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS EM MARIANA/MG	186
12.1.	Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água	186
12.1.1.	Descrição	186
12.1.2.	Contratações e Resultados	187
12.1.3.	Ações do IBIO	188
12.1.4.	Principais Deficiências e Dificuldades	193
12.2.	Modelagem Hidrológica; Hidráulica; Hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana/MG	194
12.2.1.	Descrição	194

12.2.2.	Contratações e Resultados	194
12.2.3.	Ações do IBIO	195
12.2.4.	Principais Deficiências e Dificuldades	195
12.3.	Serviços de Topobatimetria	195
12.3.1.	Descrição	195
12.3.2.	Contratações e Resultados	196
12.3.3.	Ações do IBIO	199
12.3.4.	Principais Deficiências e Dificuldades	205
13.	RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE	207
13.1.	Arranjo Institucional	207
13.2.	Unificação dos Contratos de Gestão	208
13.3.	Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias	208
14.	OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – TTAC	210
14.1.	Programa de Recuperação de Nascentes	210
14.2.	Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC	216

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reuniões com o CBH-Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41	19
Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail	20
Figura 3 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social	21
Figura 4 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV	21
Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos.....	22
Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41	22
Figura 7 - Municípios classificados no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41.....	23
Figura 8 - Reunião com a Funasa.....	24
Figura 9 - Reunião com a Fundação Renova	24
Figura 10 – Mapa dos municípios contemplados com o Rio Vivo.....	28
Figura 11 – Arte elaborada para o Rio Vivo.....	52
Figura 12 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga	52
Figura 13 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga	53
Figura 14 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba.....	53
Figura 15 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba.....	53
Figura 16 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio	54
Figura 17 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio	54
Figura 18 - Reunião plenária do CBH Suaçuí	54
Figura 19 - Reunião plenária do CBH Suaçuí	55
Figura 20 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.	55
Figura 21 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.	56
Figura 22 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4.....	56
Figura 23 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.....	57
Figura 24 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.....	57
Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.	57
Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.	58
Figura 27 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio.....	58
Figura 28 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio.....	58
Figura 29 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo.	59
Figura 30 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3.	59
Figura 31 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	60
Figura 32 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	60
Figura 33 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	61
Figura 34 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.....	62
Figura 35 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.....	62

Figura 36 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo.....	63
Figura 37 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBIO	63
Figura 38 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu.....	64
Figura 39 – Reunião da CTPP do CBH Guandu	64
Figura 40 – Reunião Plenária do CBH Guandu	65
Figura 41 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce	65
Figura 42 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce	65
Figura 43 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce.....	66
Figura 44 – Reunião da CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce.....	66
Figura 45 - Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios contemplados na UGRH 4 – Suaçuí....	66
Figura 46 – Folder contendo a programação do Encontro Técnico do Rio Vivo	67
Figura 47 – Abertura do Encontro Técnico do Rio Vivo	68
Figura 48 – Palestra ministrada pelo professor Marcos von Sperling (UFMG)	68
Figura 49 – Palestra ministrada pelo professor Alexandre Sylvio Vieira da Costa (UFVJM)	68
Figura 50 – Palestra ministrada pelo professor Ricardo Ribeiro Rodrigues (USP)	69
Figura 51 – Participantes do primeiro dia do Encontro Técnico do Rio Vivo	69
Figura 52 – Participantes do segundo dia do Encontro Técnico do Rio Vivo	69
Figura 53 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização da UGRH 4. para assinatura do contrato	70
Figura 54 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental – UGRH Suaçuí	70
Figura 55 – Produtos físicos entregues para pagamento.....	72
Figura 56 – Colatina (01/1997).....	75
Figura 57 – Caratinga (01/2003).....	76
Figura 58 – Ponte Nova (12/2008)	76
Figura 59 – Governador Valadares (12/2008)	76
Figura 60 – Municípios atendidos pelo Programa P41.....	82
Figura 61 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel no início de seu contrato, em 2017.	96
Figura 62 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios	97
Figura 63 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga... ..	98
Figura 64 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato.....	100
Figura 65 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG	100
Figura 66 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41.....	101
Figura 67 - Municípios classificados no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41.....	102
Figura 68 – Reunião GT Resíduos	103
Figura 69 – Municípios atendidos pelo Programa P52.....	111
Figura 70 – Reunião da equipe para divisão dos cadastros	120
Figura 71 – Medição e Piquetagem.....	120
Figura 72 – Detalhes dos piquetes	121
Figura 73 - Reunião de alinhamento entre IBIO e GOS Florestal	122
Figura 74 – Placas de divulgação das ações do P52 nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste	123

Figura 75 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.	125
Figura 76 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.	126
Figura 77 - Bonés produzidos para a mobilização do Rio Vivo CBHs: Piranga, Piracicaba e Santo Antônio.	130
Figura 78 - Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce - 11/06/2018	134
Figura 79 - 24ª Reunião Ordinária do CBH-Doce – 12/06/2018.....	134
Figura 80 - 1ª Reunião Ordinária da CTIL do CBH-Doce – 23/02/2018	135
Figura 81 - 2ª Reunião Ordinária da CTGEC do CBH-Doce – 11/06/2018	135
Figura 82 - Reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce – 04/09/2018.....	136
Figura 83 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança – 14/03/2018	136
Figura 84 - 7ª Reunião do GT de Resíduos Sólidos do CBH-Doce – 06/07/2018.....	137
Figura 85 - 4ª Reunião do GT de Planejamento Estratégico – 31/10/2018	137
Figura 86 - Reunião de posse do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – 07/08/2018.	140
Figura 87 - Reunião Conjunta CTPPs e CTIL dos CBHs MG – 27/11/2018	140
Figura 88 - Evento em comemoração ao Dia do Meio Ambiente – 05/06/2018	141
Figura 89 - Reunião do Fórum Nacional de CBHs em Florianópolis – Janeiro de 2018.....	141
Figura 90 - Convite para Reunião UGP Rio Vivo na Bacia do Rio Piranga	142
Figura 91 - Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CBH-Piracicaba – 07/08/2018 ..	143
Figura 92 - Acompanhamento das atividades do Programa Rio Vivo	144
Figura 93 - Seminário com participação do CBH-Piracicaba – Junho de 2018.....	144
Figura 94 - Reunião de Posse do CBH-Santo Antônio – 10/08/2018	145
Figura 95 - Convite para curso de capacitação promovido pelo IGAM e CBH	146
Figura 96 - Reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs – Dezembro/2018	146
Figura 97 - Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí – 14/03/2018.....	147
Figura 98 - Reunião da UGP Rio Vivo CBH-Suaçuí no município de Água Boa/MG.....	148
Figura 99 - Representantes do CBH-Caratinga durante o XX ENCOB – Agosto/2018	149
Figura 100 - Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu realizada no dia 06/11/2018.....	150
Figura 101 - Atividades de cercamento de nascentes – Movimento Todos pelo Rio Doce	151
Figura 102 - 49ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu, realizada em 28/02/2018.	152
Figura 103 - Membros do CBH-Guandu em atividade - Movimento todos pelo Rio Doce	153
Figura 104 - Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce – 07/02/2018	154
Figura 105 - Oficina sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)	155
Figura 106 - Reunião do Fórum Capixaba dos Comitês de Bacias Hidrográficas	155
Figura 107 - Representante do CBH-Santa Maria do Doce durante o Fórum Mundial da Água – Março/2018.....	157
Figura 108 - 17ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca, realizada em 03/05/2018.	157
Figura 109 - Reunião do Fórum Capixaba de Comitês – Junho/2018	158
Figura 110 - Boletim Comunique-se – Janeiro de 2018	162
Figura 111 - Boletim Fique por Dento – Março de 2018.....	163
Figura 112 - Página inicial do site do CBH-Doce.....	164
Figura 113 - Fanpage CBH-Doce	165
Figura 114 - Template publicado na fanpage do CBH-Doce.....	166
Figura 115 - Arte para divulgação de Programa.....	166

Figura 116 - Arte criada para divulgação de evento/reunião	167
Figura 117 - Manual do Conselheiro produzido pela empresa de comunicação.....	168
Figura 118 - Página principal do Site do CBH-Piranga	170
Figura 119 - Agenda diária 2018.....	171
Figura 120 - Encontro Nacional de Comitês em Florianópolis/SC – Agosto/2018	180
Figura 121 - Reunião da coordenação do Fórum de CBHs – Florianópolis/SC – Janeiro/2018.....	181
Figura 122 - Lanche servido durante a reunião plenária do CBH-Doce – Abril/2018	184
Figura 123 - Lanche servido durante reunião do CBH-Barra Seca em 2018	184
Figura 124 - Folder Rio Vivo – CBH-Suaçuí	185
Figura 125 - Crachás para os membros do CBH-Doce	185
Figura 126 - Reunião inicial de planejamento entre IBIO, Engecorps e ANA.....	189
Figura 127 - Situação da obtenção de dados atualizados	190
Figura 128 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps	190
Figura 129 - Divulgação sobre o Atlas Brasil em rede social do CBH Doce	191
Figura 130 - Reunião do Produtos 6 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA	192
Figura 131 - Reunião da CTGEC onde foi apresentado o Produtos 6 do Atlas Brasil	193
Figura 132 – Recorte do Ofício Consominas nº 061/2018	197
Figura 133 - Recorte do Ofício Consominas nº 061/2018.....	197
Figura 134 – Recorte do Ofício Consominas nº 085/2018	198
Figura 135 - Recorte do Ofício Consominas nº 085/2018.....	198
Figura 133 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria.....	201
Figura 134 - Reunião técnica presencial realizada em Brasília	203
Figura 135 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 13/03/2018.	212
Figura 136 – Plenária do CBH-Suaçuí, em 17/03/2018.	212
Figura 137 – Um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições.	213
Figura 138 – CTPP e Plenária do CBH-Pontões e Lagoas, em 03/05/2018.....	214
Figura 139 – Um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições.	214
Figura 140 – Reunião da CTPlan do CBH-Piranga, em 15/06/2018.....	215
Figura 141 – Plenária do CBH-Piranga, em 15/06/2018.....	215
Figura 142 – Um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições.	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P11....	16
Tabela 2 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.	28
Tabela 3 – Lotes, número de municípios e cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo.....	29
Tabela 4 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo.....	29
Tabela 5 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.....	30
Tabela 6 – Processo dos Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.....	31
Tabela 7 – Valor Previstos no PAP 2016/2010 pela ANA a serem alocados ao Programa P12.....	49
Tabela 8 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais - Programa P12.....	49
Tabela 9- Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Espírito Santo - Programa P12.....	50
Tabela 10 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBIO.	61
Tabela 11 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P31..	77
Tabela 12 – Municípios contemplados com o imageamento de satélite.....	79
Tabela 13 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P41..	92
Tabela 14 – Valores Previstos no PAP 2016/020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P41 (PMSB).....	93
Tabela 15 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo – Programa P41 (PMSB).....	94
Tabela 16 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P41 (SAA).....	94
Tabela 17 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P42	106
Tabela 18 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais - Programa P42.....	106
Tabela 19 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo - Programa P42.....	107
Tabela 20 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado ao Programa P52 .	116
Tabela 21 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P52.....	116
Tabela 22 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado no Espírito Santo – Programa P52.....	117
Tabela 23 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P61.2.....	131
Tabela 24 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais – Programa P61.2.....	131
Tabela 25 –Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo – Programa P61.2.....	132
Tabela 26 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2018.....	134

Tabela 27 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2018	134
Tabela 28 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018.....	135
Tabela 29 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018.....	135
Tabela 30 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018.....	136
Tabela 31 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018	136
Tabela 32 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018.....	137
Tabela 33 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018	137
Tabela 34 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2018	138
Tabela 35 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2018.....	140
Tabela 36 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2018.....	140
Tabela 37 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2018	141
Tabela 38 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2018	141
Tabela 39 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piracicaba no ano de 2018.....	143
Tabela 40 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piracicaba em 2018	143
Tabela 41 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piracicaba em 2018.....	144
Tabela 42 - Reuniões com a participação do CBH-Piracicaba em 2018	144
Tabela 43 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Santo Antônio no ano de 2018.....	145
Tabela 44 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santo Antônio em 2018.....	145
Tabela 45 - Reuniões promovidas pelo CBH-Santo Antônio em 2018	145
Tabela 46 - Reuniões com a participação do CBH- Santo Antônio em 2018.....	146
Tabela 47 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Suaçuí no ano de 2018.....	147
Tabela 48 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Suaçuí em 2018	147
Tabela 49 - Reuniões promovidas pelo CBH-Suaçuí em 2018.....	147
Tabela 50 - Reuniões com a participação do CBH-Suaçuí em 2018	148
Tabela 51 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2018.....	149
Tabela 52 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2018	149
Tabela 53 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2018	149
Tabela 54 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Manhuaçu no ano de 2018.....	150
Tabela 55 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH Manhuaçu em 2018.....	150
Tabela 56 - Reuniões com participação do CBH-Manhuaçu em 2018	150
Tabela 57 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Guandu no ano de 2018.....	152
Tabela 58 - Reuniões com a participação do CBH-Guandu em 2018.....	152
Tabela 59 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Pontões no ano de 2018.....	154
Tabela 60 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Pontões em 2018.....	154
Tabela 61 - Reuniões com a participação do CBH-Pontões em 2018	154
Tabela 62 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Maria no ano de 2018.....	156

Tabela 63 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santa Maria em 2018	156
Tabela 64 - Reuniões com a participação do CBH-Santa Maria em 2018	156
Tabela 65 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Barra Seca no ano de 2018.....	157
Tabela 66 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Barra Seca em 2018.....	157
Tabela 67 - Reuniões com a participação do CBH-Barra Seca em 2018.....	158
Tabela 68 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Joana no ano de 2018.....	159
Tabela 69 - Reuniões com a participação do CBH-Santa Joana em 2018	159
Tabela 70 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P71	171
Tabela 71 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P73	174
Tabela 72 - Número de Tomos em cada Produto	192
Tabela 73 - Proposta de Preços dos Concorrentes	200

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CIAAT	Centro de Informação e Assistência Técnica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CT	Câmara Técnica
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
CTPP	Câmara Técnica de Programas e Projetos
DBO	Demanda biológica de oxigênio
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DO1	Bacia Hidrográfica do Rio Piranga
DO2	Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba
DO3	Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio
DO4	Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
DO5	Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga
DO6	Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FUNEC	Fundação Educacional de Caratinga
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
HEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Integrado para Gestão de Recursos Hídricos
SEAMA	Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União
TDR	Termo de Referência
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia.

Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020.

Todos os contratos apresentados neste Relatório de Gestão podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um e a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas:

- As contratações realizadas e os resultados gerados em cada programa;
- Análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2018;
- As principais dificuldades encontradas para execução de cada programa para que seja possível entender como poderíamos melhorar a atuação do IBIO para o próximo ano;
- Algumas deficiências identificadas na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado;
- As providências adotadas pelo IBIO que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO.

As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce como um todo e não um programa ou subprograma específico. Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce que for descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP 2016/2020.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. (P11) - Programa de Saneamento da Bacia

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da Bacia do Rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual.

De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o objetivo de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2018 não houve contratações para o Programa de Saneamento da Bacia – P11.

2.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os Programas Hidroambientais, Programas de Saneamento e para Programas Transversais. Na Tabela 1 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Saneamento na Bacia (P11).

Tabela 1 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P11

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11)						
Investimento Previsto no PAP	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00

Conforme apresentado na tabela acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P11. A implementação do referido programa, por meio da contratação da elaboração de Projetos de Esgotamento Sanitário, estava prevista para ocorrer de forma conjunta com a contratação dos Projetos de Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água, previstos no P41.

No ano de 2017 foram realizadas as discussões com os Comitês acerca da estratégia de condução do Programa e da realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios. Em função de atrasos nessa etapa preliminar junto ao CBH-Doce e também da necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do referido Edital de Chamamento Público, não foi possível realizar o processo licitatório para contratação dos projetos ainda no ano de 2017, ficando referida contratação planejada para o ano de 2018.

Em março de 2018, foi publicado o resultado final do Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios e, posteriormente, foi iniciada a elaboração do Termo de Referência para Ato Convocatório de contratação de empresas para Elaboração de Projetos de Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário. Contudo, devido à reestruturação ocorrida no IBIO durante 2018, que se deu pela redução de equipe de funcionários, não foi possível dar prosseguimento ao processo, devendo este não ser retomado nem mesmo em 2019, uma vez que, a equipe atual da entidade atuará com outras diversas demandas, principalmente relacionadas aos Programas Hidroambientais.

O IBIO continuará envidando esforços para a continuidade do Programa P11, mas na atual conjuntura, a sua implementação só será possível com o estabelecimento de parcerias.

2.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P11 - Programa de Saneamento na Bacia

Objeto: Projetos e obras de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais de toda a bacia.

Valor Estimado: R\$ 916.592.923,00

2.6. Ações do IBIO

O Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020 prevê que os municípios a serem contemplados com a elaboração de Projetos de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários deverão atender alguns critérios obrigatórios e classificatórios, sendo que um dos critérios obrigatórios é o município ter o Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Tendo em vista essa obrigatoriedade estabelecida no PAP 2016/2020, que para ser contemplado com o projeto o município precisava ter o PMSB aprovado, e que a maioria dos municípios da Bacia ainda não atendia essa exigência em 2016, esse ano foi dedicado ao levantamento de informações, planejamento para a realização dos projetos e a finalização dos PMSB já contratados, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016.

No ano de 2017, estava prevista a discussão com os Comitês da estratégia de condução do Programa, a realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios que

desejassem ser contemplados com projetos e a realização de processo licitatório para contratação de empresas especializadas para a elaboração de tais projetos. Para tanto, logo na primeira reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce, em 23/03/2017, o IBIO solicitou um ponto de pauta para definir algumas questões para a publicação do Edital de Chamamento Público, das quais podem ser destacadas:

- Realização de Edital único para toda a bacia, sem realizar processos separados em cada um dos CBHs afluentes e CBH-Doce, considerando que o PAP 2016/2020 já apresentava várias definições e otimizaria o processo;
- Realização de Edital único para os Programas P11 (projetos de esgoto) e P41 (projetos de água) uma vez, que possuem muitas similaridades;
- Definição de como seria a atuação nos municípios em que seriam realizados projetos e obras pela Fundação Renova, no Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, previsto no TTAC.

Nessa reunião, um dos membros do CBH-Doce trouxe a proposta de não investir mais em Programas de Saneamento e alocar o recurso para os Programas Hidroambientais, sendo necessária uma revisão do PAP 2016/2020. Além disso, foi pontuado o não repasse de recursos pelo IGAM, que poderia frustrar as expectativas dos municípios futuramente caso não regularizasse a situação.

Essa nova proposta gerou muitas discussões, que se estenderam nas reuniões seguintes do CBH-Doce e de CBHs afluentes (Figura 1), conforme a seguir:

- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce (março/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce (abril/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Câmara Técnica de Integração - CTI do CBH-Doce em (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH-Piranga (julho/17): aprovado manter no PAP 2016/2020 os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH-Piracicaba (julho/17): aprovado manter no PAP 2016/2020 os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária (julho/17) do CBH-Santo Antônio: aprovado manter no PAP 2016/2020 os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reunião da CTPP do CBH-Suaçuí (julho/17): aprovado manter no PAP 2016/2020 os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.



Figura 1 - Reuniões com o CBH-Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41

O histórico apresentado nas reuniões realizadas em 2017, em que o tema dos Projetos de Saneamento foi exaustivamente discutido, mas que por fim definiu-se pelo formato original aprovado no PAP 2016/2020, ocasionou atraso na publicação do Edital de Chamamento Público para os municípios da Bacia. Vale ressaltar que os recursos alocados para os Programas P11 e P41 no PAP 2016/2020 não são distribuídos para cada UGRH, como ocorre nos Programas Hidroambientais. Esse é um recurso da Bacia do Rio Doce como um todo, que deve ser destinado aos municípios que apresentam situações mais precárias quanto ao saneamento básico, independentemente de ser de uma UGRH ou outra. Dessa forma, sem uma definição do CBH-Doce, os CBHs estaduais não podem utilizar esses recursos. Com isso, CBHs que não possuem recursos próprios ou são escassos para realizar tais ações, como ocorre na região do médio e baixo Doce, não conseguem avançar com esses Programas.

Por fim, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017 foi publicado no dia 22/08/2017 e teve seu encerramento em 06/10/2017, sendo um processo único e conjunto para o CBH-Doce e os CBHs afluentes. Nesse período, o Edital foi amplamente divulgado aos municípios da Bacia, por meio de envios constantes de e-mail (Figura 2), divulgação em redes sociais (Figura 3), entrevista em jornais da região (Figura 4) e durante todas as plenárias e reuniões junto aos CBHs, que ocorreram no período. No intuito de facilitar o envio de informações para os municípios, todo o envio de informações do Edital foi realizado de forma online (Figura 5).

CBHS DO RIO DOCE

DÃO MAIS UM PASSO PARA MELHORIA DO SANEAMENTO NA BACIA

As 228 cidades que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce poderão manifestar interesse na participação de ações, com foco na melhoria dos serviços de saneamento, desenvolvidas pelos CBHs.

Ao todo, cerca de R\$ 27 milhões serão investidos, por meio dos programas de Saneamento da Bacia (P11) e de Universalização do Saneamento (P41) na elaboração de projetos de:

- Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs)
- Sistemas de Esgotamento Sanitário (SEs)

As administrações municipais terão até o dia 22 de setembro para enviar propostas, que serão avaliadas conforme critérios de hierarquização e desempate, previstos no edital de chamamento. Entre as exigências estão a comprovação de regularidade da outorga e do pagamento pelo uso da água.

Confira [aqui](#) o edital completo





CBH-DOCE



CBH-PIRANGA/MG



CBH-PIRACABA/MG



CBH-SANTO ANTÔNIO/MG



CBH-SUAÇUI/MG



CBH-CARATINGA/MG



CBH-MANHUAÇU/MG



CBH-GUANDU/ES



CBH-SANTA MARIA DO DOCE/ES



CBH-PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE/ES



CBH-BARRA SECA E FOZ DO RIO DOCE/ES



Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail



Figura 3 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social



Figura 4 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
 Projetos para Sistemas Municipais de Esgotamento Sanitário (Programa P11)
 e
 Projetos para Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (Programa P41)

Este formulário é parte integrante do Edital de Chamamento Público 01/2017 dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Doce e suas bacias afluentes.

O Edital de Chamamento pode ser acessado [AQUI](#) ou nos sites dos CBHs e IBiO.

Abaixo deverão ser informados os dados do Município e de um técnico que será o principal contato para a elaboração do(s) Projeto(s).

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome completo do Prefeito: _____

Município (sem abreviações): _____

Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos

Os municípios apresentaram bastante interesse no Edital, sendo que ao todo 140 municípios enviaram os documentos para manifestação de interesse e, desses, 134 especificamente com interesse em Projetos de Esgotamento Sanitário. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) e de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a Bacia pode ser observada na Figura 6.

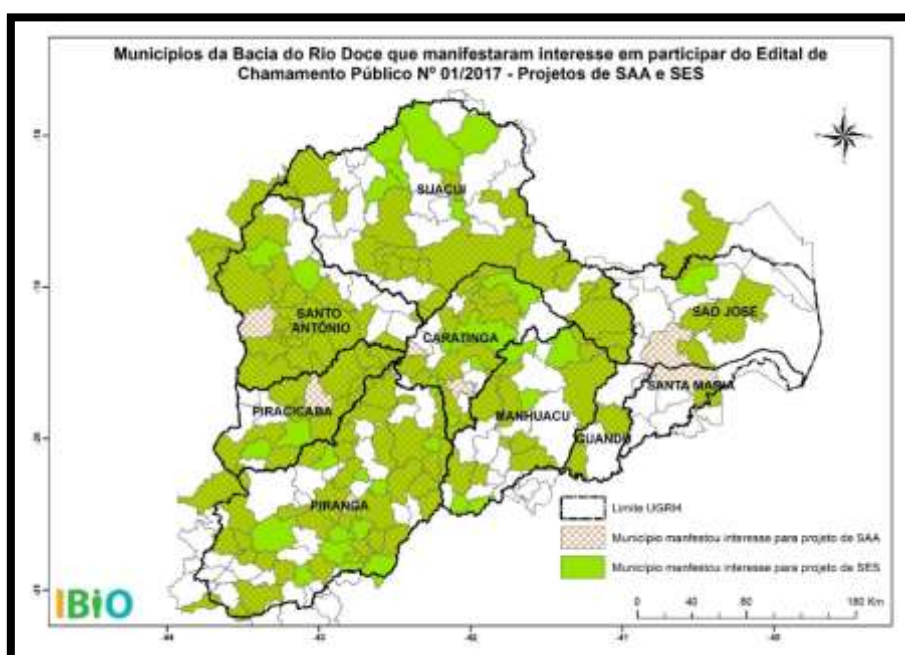


Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos municípios e obtenção de informações junto às outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse.

Em 26/03/2018 foi publicado o Resultado Final, tendo 30 municípios classificados para os Projetos de Sistema de Abastecimento de Água, 35 municípios classificados para os projetos de Sistema Esgotamento Sanitário, como pode ser observado na Figura 7.

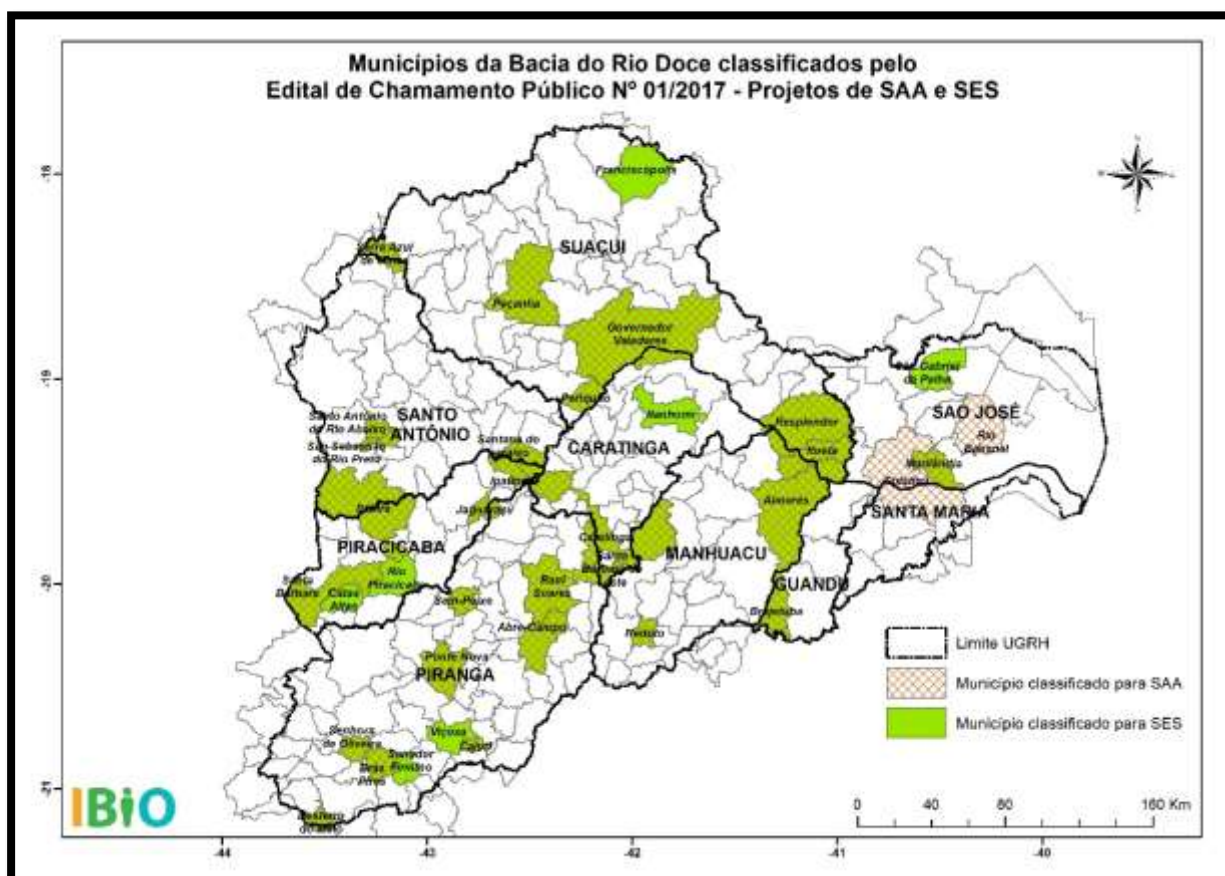


Figura 7 - Municípios classificados no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41

Após a publicação do resultado final do Edital de Chamamento Público, no segundo trimestre de 2018, foi iniciada a elaboração do Termo de Referência para compor o Ato Convocatório de contratação das empresas especializadas para a elaboração dos projetos. Entretanto, não foi dada continuidade ao processo, uma vez que, com a redução do quadro de funcionários, foi reduzida a capacidade de atuação dos profissionais do Setor de Programas e Projetos, responsáveis por desenvolver essas ações.

Além das atividades que envolveram a aprovação das ações no CBH-Doce e publicação do Edital de Chamamento Público, ressalta-se que ocorreram outras ações do IBiO quanto aos Programas P11 e P41, podendo ser destacadas:

- Discussões e alinhamentos realizados com a FUNASA (Figura 8), em 2017, para a busca das melhores práticas de projetos de esgotamento sanitário e projetos de abastecimento de água e obter informações necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 8 - Reunião com a Funasa

- Obtenção de informações com o Ministério das Cidades e Fundação Renova (Figura 9), em 2017, sobre projetos já em andamento, necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 9 - Reunião com a Fundação Renova

- Realização dos Seminários de Saneamento Básico, em 2017, que tiveram como objetivo apoiar os municípios na implantação dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), incluindo os serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Essas ações foram melhor detalhadas no item 5 – Universalização do Saneamento (5.6.1 – Planos Municipais de Saneamento Básico) deste Relatório, referente ao Programa Universalização do Saneamento (P41).
- Obtenção de informações junto ao IGAM e à ANA, entre 2017 e início de 2018, referentes a situação dos Municípios quanto à adimplência da cobrança pelo uso da água, para a publicação do resultado do Edital de Projetos.
- Em 2018, uma demanda que sempre surgiu à respeito do Edital de projetos é a elaboração de Ofícios que explicam a situação para os municípios e os esclarecimentos por telefone.

2.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Uma das principais dificuldades encontradas durante o ano de 2017 para a realização do Programa de Saneamento na Bacia (P11), assim como do Programa Universalização do Saneamento P41, foi a morosidade do CBH-Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público. Com isso, o Edital só foi publicado em agosto de 2017.

Também, foi uma dificuldade que veio ocorrendo desde o ano de 2017 e início de 2018, a necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público, que foi publicado em março de 2018.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao atraso dos repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM. O repasse apenas do 7,5% referente ao Contrato de Gestão ANA, fragiliza e muitas vezes impossibilita o planejamento e andamento das atividades. Como consequência dessa falta de repasses, em 2018, o IBiO passou por uma reestruturação, onde vários funcionários, inclusive do Setor de Programas e Projetos, foram desligados da instituição, surgindo, assim, as dificuldades para sequência da implementação das ações de contratação das empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. (P12) - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

3.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da Bacia do Rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da Bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. A bacia apresenta altos índices de sólidos suspensos ou depositados nos cursos d'água, além de processos importantes de erosão laminar e em sulcos. O arraste de solos para o leito dos rios reduz a capacidade de transporte, potencializando os riscos e os efeitos de cheias.

O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e consequentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Os principais agentes causadores da erosão do solo são as chuvas e os ventos, sendo que esses fatores exercem maior ou menor ação erosiva, dependendo de uma série de fatores, além de ser em função da sua intensidade. Os fatores influenciadores do processo erosivo são:

- Condições topográficas ou de relevo (comprimento da encosta; grau de declividade e área do terreno);
- Característica do solo (textura; estrutura; profundidade do solo e subsolo; permeabilidade); e
- Tipo de exploração ou uso do solo (mata; lavoura; pastagem, solo exposto).

A cobertura vegetal é fator muito importante no controle do desgaste do solo. A ausência da cobertura vegetal propicia o aumento do escoamento superficial, maior desagregação das partículas do solo e consequente acréscimo da erosão. Também ocorre uma redução substancial na taxa de infiltração da água que deveria realimentar o aquífero e promover a regularização da vazão dos cursos d'água, uma vez que o fluxo subterrâneo é bem mais lento que o superficial.

Na Bacia do Rio Doce, a dinâmica histórica de ocupação e as condições naturais da região são fatores importantes a considerar quando se pretende julgar sobre a adequabilidade de uso das terras. A alta declividade, associada à presença de solos altamente intemperizados (latossolos e argissolos) e usos inadequado do solo, acima de sua capacidade de uso, conduz ao surgimento de processos de erosão bastante intensos.

Foi estudada a susceptibilidade à erosão na Bacia do Rio Doce. Este estudo conclui que a maior parte da Bacia se encontra na classe de susceptibilidade erosiva forte – 58% da área, ocupando principalmente a Depressão do Rio Doce e várias sub-bacias – e 7% na classe de susceptibilidade muito forte. As bacias mais críticas quanto à susceptibilidade à erosão são a do Rio Piracicaba, mais precisamente nas cabeceiras do afluente Rio Santa Bárbara, e a do Rio Suaçuí Grande. Esta

susceptibilidade está associada a diversos fatores: estiagens prolongadas, chuvas torrenciais, solos susceptíveis ou extensos depósitos superficiais friáveis que ocorrem em terraços fluviais e nas baixas vertentes. Outras áreas de menor dimensão ocorrem ao longo da Bacia, conforme apresentado no mapa de susceptibilidade erosiva previsto no PIRH.

O Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) contempla ações de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. As propostas de remediação consideradas são a correção de greide, a implantação de estruturas de drenagem, como bueiros e pontilhões, a proteção de taludes de corte e de aterro, com enlívamento, enrocamento ou plantio de vegetação em degraus, e de redução de velocidade de escoamento, como bacias de amortecimento, quedas, degraus, entre outros. No âmbito do PIRH, a implantação de tais estruturas será no nível de parcela demonstrativa e projeto-piloto.

3.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural deveriam implementados, preferencialmente, em conjunto.

À implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se atribuiu o nome de **Rio Vivo**.

A primeira etapa do Rio Vivo consiste na contratação de empresas para realização de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, para detectarem, no âmbito dos programas P12, P52 e P42, os pontos que necessitam de intervenção. As intervenções previstas estão citadas abaixo:

- P12: barraginhas e caixas-secas;
- P52: ações de recuperação de nascentes, como cercamento e/ou plantio;
- P42: sistema de tratamento de esgoto e, em específico para a UGRH 2 – Piracicaba, sistema de tratamento de água.

A segunda etapa do Rio Vivo consiste na execução dos projetos elaborados pelas empresas da primeira etapa.

Inicialmente, a primeira etapa do Rio Vivo está sendo implementada na UGRH 1 – Piranga, UGRH 2 – Piracicaba, UGRH 3 – Santo Antônio e UGRH 4 – Suaçuí. Discussões sobre o escopo do Rio Vivo já estão sendo realizadas com os comitês das demais UGRHs.

A Figura 10 apresenta a localização dos municípios que estão sendo contemplados com o Rio Vivo e que já passaram por processo de seleção ocorrido em 2016. A Tabela 2 apresenta a listagem destes municípios.

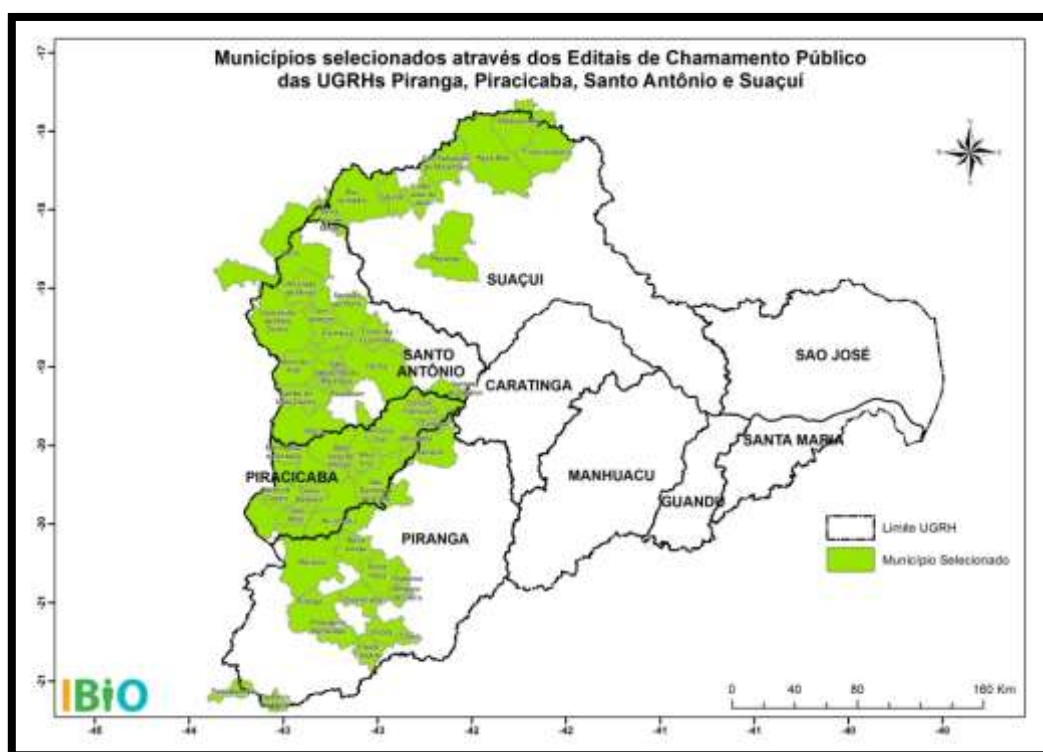


Figura 10 – Mapa dos municípios contemplados com o Rio Vivo.

Tabela 2 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

UGRH 1 – Piranga	UGRH 2 – Piracicaba	UGRH 3 – Santo Antônio	UGRH 4 - Suaçuí
Ressaquinha	Mariana	Serro	Água Boa
Desterro do Melo	Catas Altas	Alvorada de Minas	Rio Vermelho
Mariana	Santa Bárbara	Conceição do Mato Dentro	São José do Jacuri
Barra Longa	Barão de Cocais	Itambé do Mato Dentro	Peçanha
Ponte Nova	São Gonçalo do Rio Abaixo	Passabém	Malacacheta
Oratórios	Rio Piracicaba	Senhora do Porto	Franciscópolis
Viçosa	João Monlevade	Dom Joaquim	Coluna
Amparo do Serra	São Domingos do Prata	Carmésia	Serra Azul de Minas
Guaraciaba	Bela Vista de Minas	Dores de Guanhões	São Sebastião do Maranhão
Piranga	Nova Era	Ferros	
Presidente Bernardes	Itabira	Santo Antônio do Rio Abaixo	
Paula Cândido	Alvinópolis	Morro do Pilar	
Cajuri	Antônio Dias	São Sebastião do Rio Preto	
	Jaguarçu		
	Marliéria		
	Timóteo		
	Coronel Fabriciano		
	Ipatinga		
	Santana do Paraíso		
	Bom Jesus do Amparo		

Foi estabelecido por cada um dos comitês dos Rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí a cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo. O número de municípios de cada UGRH foi dividido em lotes, quando assim foi necessário, de modo a garantir a contratação de uma ou mais empresas com capacidade comprovada para assumir os serviços. A Tabela 3 apresenta como foram divididos os municípios por lote e qual a cota estabelecida por cada comitê.

Tabela 3 – Lotes, número de municípios e cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo.

UGRH	Lote	Nº de municípios a serem contemplados no lote	Cota de imóveis rurais por município	Nº de imóveis rurais por Lote
UGRH 1 - Piranga	Lote 1	8	120	960
	Lote 2	5		600
UGRH 2 - Piracicaba	Lote 1	7	150	1050
	Lote 2	6		900
	Lote 3	7		1050
UGRH 3 - Santo Antônio	Lote 1	6	100	600
	Lote 2	7		700
UGRH 4 - Suaçuí	-	9	60	540
Total de cota de imóveis rurais				6400

O escopo do trabalho do Rio Vivo prevê a elaboração de produtos em quantitativos relacionados à abrangência espacial destes, conforme pode ser observado na Tabela 4, a qual se relaciona ao número de lotes, número de municípios e cota de número de imóveis rurais, já apresentados anteriormente na Tabela 3.

Tabela 4 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo.

Produtos	Conteúdos gerais	Abrangência
Produto 1 - Plano de Trabalho	Reuniões iniciais; mobilização; equipe; calendário de reuniões; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por lote
Produto 2 - Validação das microbacias de atuação	Coleta e conferência de coordenadas geográficas dos pontos de captação de água para abastecimento público do município; formação da Unidade Gestora de Projetos (UGP); ordem de prioridade das microbacias, quando mais de uma no município; situação das outorgas dos pontos de captação de água para abastecimento público.	Por município

Produto 3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	Reuniões iniciais; mobilização; equipe de mobilização e educação ambiental; calendário de eventos; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por município
Produto 4.1 - Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural	Diagnósticos ambientais dos imóveis rurais no âmbito dos programas P12, P52 e P42; Fichas de Diagnóstico; Termos de Adesão.	Por imóvel
Produto 4.2 - Diagnósticos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 5 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel rural	Elaboração dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais.	Por imóvel
Produto 6.1 - Projeto de Adequação Ambiental do Imóvel Rural	Projetos de intervenção ambiental no âmbito dos programas P12, P52 e P42, conforme diagnóstico realizado; Termos de Anuência.	Por imóvel
Produto 6.2 - Projetos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 7 - Termos de Referência Temáticos para Execução de Projetos, Capacitação Técnica e Análise Inicial dos Parâmetros de Monitoramento	Termos de Referência para contratação de empresa(s) para execução de projetos, capacitação técnica e análise inicial dos parâmetros de monitoramento.	Por município
Produto 8 - Termo de Referência Temático para Monitoramento	Termo de Referência para contratação de empresa(s) para monitoramento posterior de parâmetros de quantidade e qualidade de água e do meio ambiente.	Por município

Para garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas contratadas nesta primeira etapa do Rio Vivo, realizou-se também processo de contratação de empresa fiscalizadora. O processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos, e das empresas de fiscalização ocorreu, em 2017 e em 2018, da maneira apresentada nas Tabela 5 e Tabela 6.

Tabela 5 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 - Piranga	15/05/2017	21/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	15/05/2017	22/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 03/2017 da UGRH 3 - Piracicaba	24/05/2017	23/06/2017	31/08/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 06/2017 da UGRH 4 - Suaçuí	21/09/2017	17/10/2017	20/11/2017	20/11/2017

Tabela 6 – Processo dos Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 08/2017 das UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba e 3 - Santo Antônio	04/10/2017	24/10/2017	22/11/2017	27/11/2017
Ato Convocatório nº 09/2017 da UGRH 4 – Suaçuí	24/11/2017	12/12/2017	08/03/2018	20/03/2018

Apresentamos abaixo as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito dos programas P12, P52 e P42. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➤ Contrato nº 29/2017

Contrato 29/2017	Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /
Alocação	CBH Piracicaba / /			
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 2 – Piracicaba, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.			
Valor	R\$ 3.981.363,47	Contratado	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC	
Pago	R\$ 1.604.501,37	Data	15/09/2017	Prazo 16/03/2019
Saldo	R\$ 2.376.862,10	Gestor	Gabriela	Aditivos 1

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 21,05% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 10,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 68,42% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

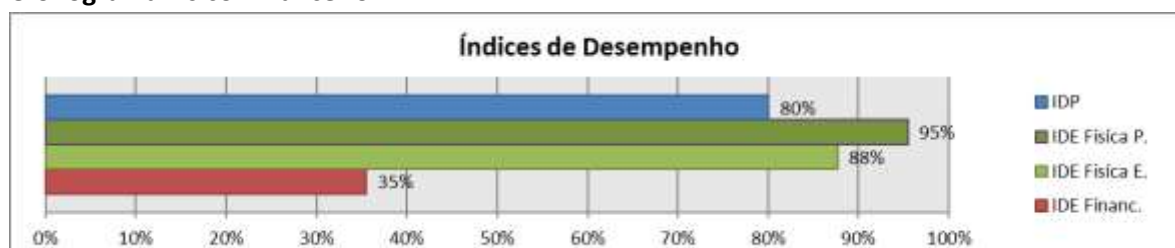
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



IDP – Índice de Desempenho de Prazo.

IDE Física P – Índice de Desempenho de Execução Física Planejado.

IDE Física E. – Índice de Desempenho de Execução Física Executado.

IDE Financ – Índice de Desempenho de Execução Financeira.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Antecedendo a contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência. Na contratação em si, ocorreram certos atrasos relacionados à entrega de produtos, os quais são justificados a seguir.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em dezembro/2017, a empresa contratada realizou as primeiras entregas após 4 meses. Tal atraso foi em consequência das dificuldades encontradas em campo com o período chuvoso, com a obtenção de documento dos imóveis rurais, dentre outras, além das dificuldades em escritório de se compilar as inúmeras informações obtidas em campo.

Visando contornar estas situações, a contratada desenvolveu aplicativo para auxiliar e acelerar o trabalho de campo e escritório. Também, pode se dar como justificativa no atraso dos trabalhos de campo, a dificuldade em se obter as muitas adesões previstas, uma vez que depende de uma mobilização social e educação ambiental bem elaboradas, para contornar o receio de muitos proprietários. Ademais, devido ao grande quantitativo destes produtos, a elaboração dos mesmos está demandando maior prazo do que o previsto.

Considerando os produtos 6.1, a primeira entrega deste contrato ocorreu em dezembro de 2018. Já em relação ao produto 4.2, seu modelo foi encaminhado para análise em agosto de 2018,

entretanto, também necessitou de várias adequações e, além disso, seu atraso se justifica por este ser condicionado à finalização dos Produtos 4.1. Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, 2.500 Produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram entregues pela contratada, sendo que destes 2202 foram aprovados. Quanto aos Produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural), 948 produtos foram recebidos, dos quais 942 foram aprovados.

➤ Contrato nº 30/2017

Contrato 30/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / /			
Objeto		Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural			
Valor	R\$ 1.176.691,50	Contratado	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R\$ 515.443,85	Data	15/09/2017	Prazo	16/03/2019
Saldo	R\$ 661.247,65	Gestor	Gabriela	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

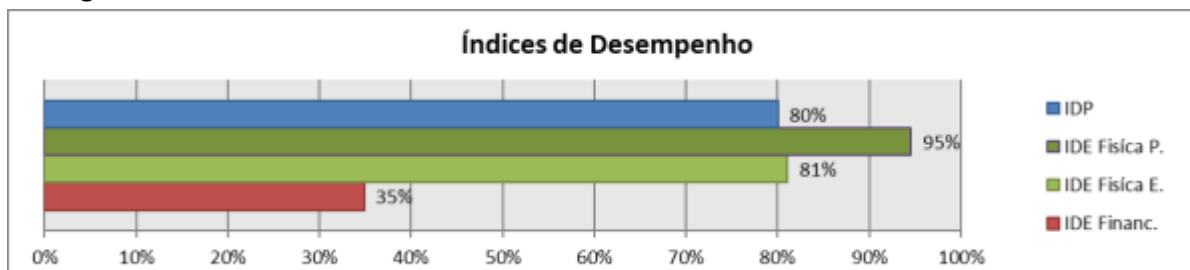
- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 32,81% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 13,93% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 53,26% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Antecedendo a contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência. Na contratação em si, ocorreram certos atrasos relacionados à entrega de produtos, os quais são justificados a seguir.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em dezembro/2017, a empresa contratada realizou as primeiras entregas após 4 meses. Tal atraso foi em consequência das dificuldades encontradas em campo com o período chuvoso, com a obtenção de documento dos imóveis rurais, dentre outras, além das dificuldades em escritório de se compilar as inúmeras informações obtidas em campo. Visando contornar estas situações, a contratada adquiriu um aplicativo para auxiliar e acelerar o trabalho de campo e escritório. Também, pode se dar como justificativa no atraso dos trabalhos de campo, a dificuldade em se obter as muitas adesões previstas, uma vez que depende de uma mobilização social e educação ambiental bem elaboradas para contornar o receio de muitos proprietários. Ademais, devido ao grande quantitativo destes produtos, a elaboração dos mesmos está demandando maior prazo do que o previsto.

Considerando os produtos 6.1 e 4.2, os modelos destes produtos foram encaminhados para análise em setembro e dezembro de 2018, respectivamente. Entretanto, os mesmos ainda necessitam de adequações. Além disso, o atraso dos produtos 4.2 se justifica, também, por este ser condicionado à finalização dos Produtos 4.1. Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, 961 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram entregues pela contratada, sendo que destes 905 foram aprovados. Quanto aos produtos 5 (Cadastro

Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural), 380 produtos foram recebidos, dos quais 353 foram aprovados.

➤ **Contrato nº 31/2017**

Contrato 31/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /
Alocação		CBH Piranga / /			
Objeto		Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural			
Valor	R\$ 855.336,42	Contratado	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC		
Pago	R\$ 395.735,34	Data	15/09/2017	Prazo	16/03/2019
Saldo	R\$ 459.601,08	Gestor	Gabriela	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

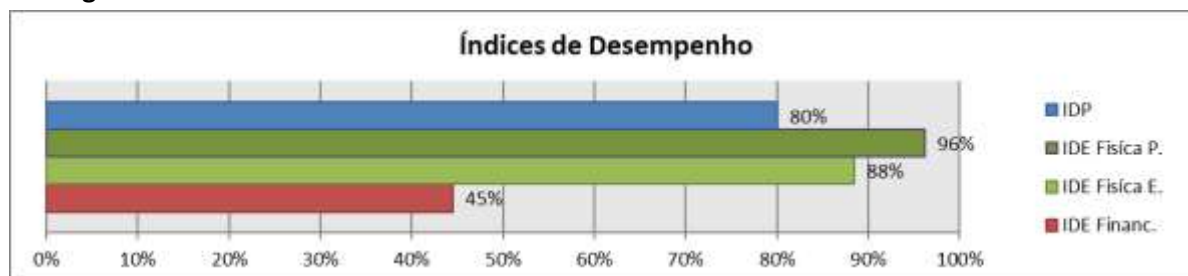
- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Antecedendo a contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência. Na contratação em si, ocorreram certos atrasos relacionados à entrega de produtos, os quais são justificados a seguir.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em dezembro/2017, a empresa contratada realizou as primeiras entregas após 4 meses. Tal atraso foi em consequência das dificuldades encontradas em campo com o período chuvoso, com a obtenção de documento dos imóveis rurais, dentre outras, além das dificuldades em escritório de se compilar as inúmeras informações obtidas em campo. Visando contornar estas situações, a contratada desenvolveu aplicativo para auxiliar e acelerar o trabalho de campo e escritório. Também, pode se dar como justificativa no atraso dos trabalhos de campo, a dificuldade em se obter as muitas adesões previstas, uma vez que depende de uma mobilização social e educação ambiental bem elaboradas para contornar o receio de muitos proprietários. Ademais, devido ao grande quantitativo destes produtos, a elaboração dos mesmos está demandando maior prazo do que o previsto.

Considerando os produtos 6.1 e 4.2, os modelos destes produtos foram encaminhados para análise em junho e agosto de 2018, respectivamente. Entretanto, os mesmos ainda necessitam de adequações. Além disso, o atraso dos produtos 4.2 se justifica, também, por este ser condicionado à finalização dos Produtos 4.1. Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, 592 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram entregues pela contratada, sendo que destes 559 foram aprovados. Quanto aos produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural), 152 produtos foram entregues e, destes, 150 foram aprovados.

➤ **Contrato nº 32/2017**

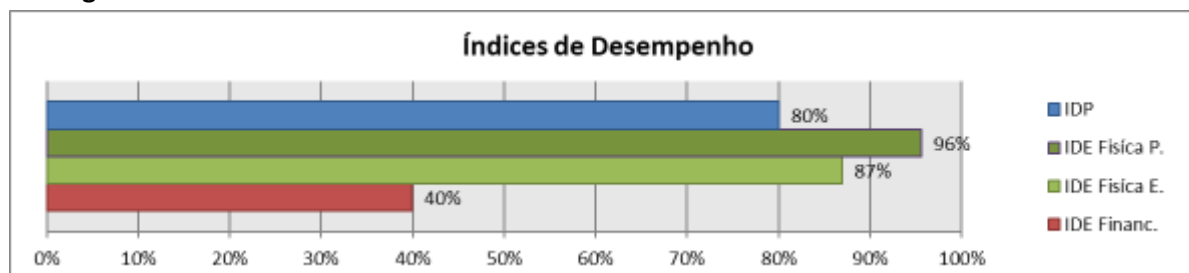
Contrato 32/2017		Programa	P12 / P52 / P42		Recursos	ANA /	
Alocação		CBH Sto Antônio / /					
Objeto							
Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural							
Valor	R\$ 967.060,19	Contratado	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC				
Pago	R\$ 421.757,67	Data	15/09/2017		Prazo	16/03/2019	
Saldo	R\$ 545.302,52	Gestor	Luciana			Aditivos	2

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P12 – CBH Santo Antônio**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Antecedendo a contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência. Na contratação em si, ocorreram certos atrasos relacionados à entrega de produtos, os quais são justificados a seguir.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em dezembro/2017, a empresa contratada realizou a entrega do primeiro produto em janeiro de 2018, retomando as entregas após 3 meses. Tal atraso foi em consequência das dificuldades encontradas em campo com o período chuvoso, com a obtenção de documento dos imóveis rurais, dentre outras, além das dificuldades em escritório de se compilar as inúmeras informações obtidas em campo. Visando contornar estas situações, a contratada desenvolveu aplicativo para auxiliar e acelerar o trabalho de campo e escritório. Também, pode se dar como justificativa no atraso dos trabalhos de campo, a dificuldade em se obter as muitas adesões previstas, uma vez que depende de uma mobilização social e educação ambiental bem elaboradas para contornar o receio de muitos proprietários. Ademais, devido ao grande quantitativo destes produtos, a elaboração dos mesmos está demandando maior prazo do que o previsto.

Considerando os produtos 6.1 e 4.2, os modelos destes produtos foram encaminhados para análise em junho e agosto de 2018, respectivamente. Entretanto, os mesmos ainda necessitam de adequações. Além disso, o atraso dos produtos 4.2 se justifica, também, por este ser condicionado à finalização dos Produtos 4.1. Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, 560 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram entregues pela contratada, sendo que destes 503 foram aprovados. Quanto aos produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural), 229 produtos foram recebidos, dos quais 224 foram aprovados.

➤ Contrato nº 33/2017

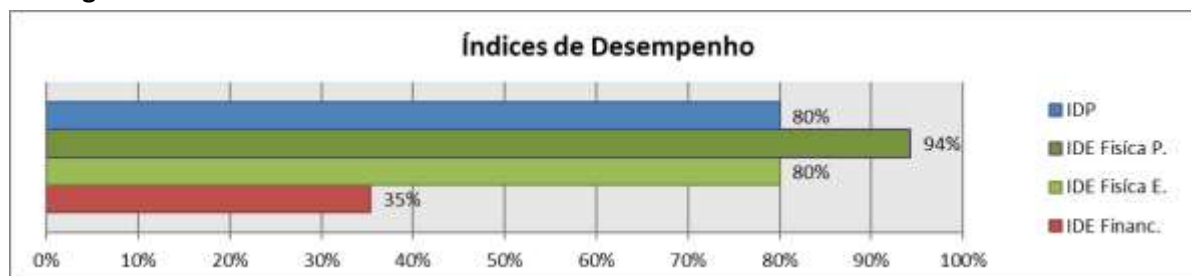
Contrato 33/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Sto Antônio / /			
Objeto		Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural			
Valor	R\$ 914.272,08	Contratado Consominas Engenharia Ltda.			
Pago	R\$ 390.328,29	Data	15/09/2017	Prazo	16/03/2019
Saldo	R\$ 523.943,79	Gestor	Luciana	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P12 – CBH Santo Antônio**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Antecedendo a contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência. Na contratação em si, ocorreram certos atrasos relacionados à entrega de produtos, os quais são justificados a seguir.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em dezembro/2017, a empresa contratada realizou a entrega do primeiro produto em janeiro de 2018, retomando as entregas após 3 meses. Tal atraso foi em consequência das dificuldades encontradas em campo com o período chuvoso, com a obtenção de documento dos imóveis rurais, dentre outras, além das dificuldades em escritório de se compilar as inúmeras informações obtidas em campo. Visando contornar estas situações, a contratada adquiriu um aplicativo para auxiliar e acelerar o trabalho de campo e escritório. Também, pode se dar como justificativa no atraso dos trabalhos de campo, a dificuldade em se obter as muitas adesões previstas, uma vez que depende de uma mobilização social e educação ambiental bem elaboradas para contornar o receio de muitos proprietários. Ademais, devido ao grande quantitativo destes produtos, a elaboração dos mesmos está demandando maior prazo do que o previsto.

Considerando os produtos 6.1 e 4.2, os modelos destes produtos foram encaminhados para análise em setembro e dezembro de 2018, respectivamente. Entretanto, os mesmos ainda necessitam de adequações. Além disso, o atraso dos produtos 4.2 se justifica, também, por este ser condicionado à finalização dos Produtos 4.1.

Até o presente momento, 700 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram aprovados. Quanto aos produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural), 280 produtos foram aprovados.

➤ **Contrato nº 38/2017**

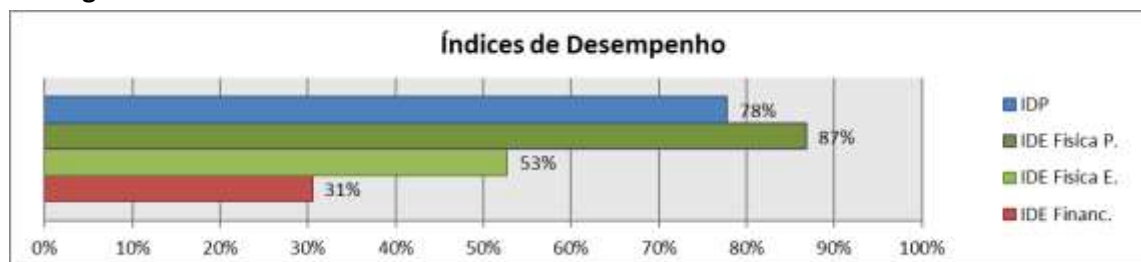
Contrato 38/2017		Programa	P12 / P42 / P52	Recursos	ANA / IGAM
Alocação		CBH Suaçuí / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 4 – Suaçuí, em atendimento aos programas Hidroambientais: P12 – Programa de controle das atividades geradoras de sedimento e P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes; e a ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural, consoante especificações técnicas constantes no Ato Convocatório nº 06/2017 e seus Anexos, e em especial as especificações técnicas constantes no ANEXO I – Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento contratual, bem como nos termos da proposta			
Valor	R\$ 770.408,73	Contratado SAMENCO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA			
Pago	R\$ 235.188,67	Data	20/11/2017	Prazo	21/05/2019
Saldo	R\$ 535.220,06	Gestor	Luciana	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Suaçuí
Porcentagem de desembolso: ANA: 31,50%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Suaçuí
Porcentagem de desembolso: ANA: 14,27%; IGAM: 13,04% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Suaçuí
Porcentagem de desembolso: ANA: 54,23%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P12 – CBH Suaçuí**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	13 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Quanto à entrega do produto 1, o pequeno atraso ocorrido se deu devido à necessidade de adequação por parte da contratada.

Quanto aos produtos 2 e 3, elaborados por município, a ordem de serviço para elaboração destes produtos foi entregue em janeiro de 2018, entretanto a contratada realizou a entrega dos primeiros produtos após 3 e 6 meses, respectivamente. Tal atraso deve-se ao fato da contratada ter investido mais tempo em mobilização social e educação ambiental que o esperado, com o intuito de se facilitar a adesão ao Rio Vivo por parte dos proprietários.

Após a liberação da ordem de serviço para a elaboração dos produtos 4.1, 4.2 e 5, que ocorreu em agosto/2018, a empresa contratada realizou as primeiras entregas após 2 meses. Tal atraso foi devido às dificuldades encontradas em campo como o período chuvoso, problemas de segurança, indisponibilidade dos serviços de internet (que atrasa o recebimento dos dados de campo pela equipe de escritório).

Após questionamento sobre os atrasos, a contratada informou que aumentou a equipe para contornar esta situação e aumentar a entrega destes produtos.

Até o presente momento, 01 produto 1 (Plano de Trabalho), 09 produtos 2 (Validação das microbacias de atuação) e 09 produtos 3 (Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental) foram entregues e aprovados. Por sua vez, 79 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) foram entregues pela contratada, sendo que destes 53 foram aprovados.

➤ **Contrato nº 40/2017**

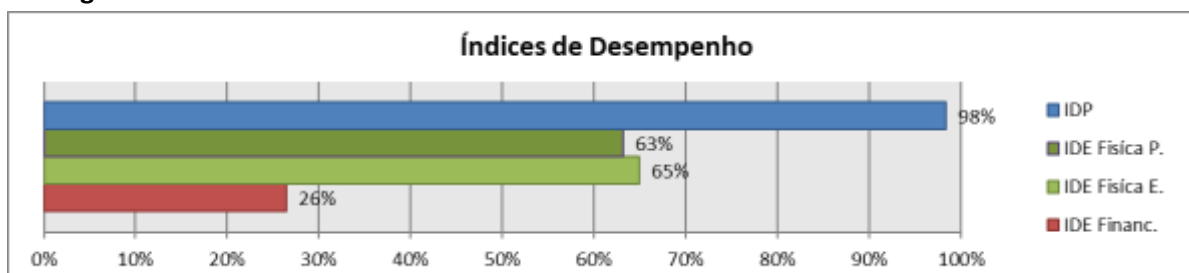
Contrato 40/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 04/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 1 – PIRANGA, nos Municípios de Amparo do Serro, Barra Longa, Cajuri, Desterro do Melo, Guaraciaba, Mariana, Oratórios, Paula Cândido, Piranga, Ponte Nova, Presidente Bernardes, Ressaquinha e Viçosa, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.			
Valor	R\$ 228.789,51	Contratado Samenco Engenharia e Consultoria Ltda			
Pago	R\$ 60.405,33	Data	27/11/2017	Prazo	28/01/2019
Saldo	R\$ 168.384,18	Gestor	Gabriela	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 31,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 14,20% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 54,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P12 – CBH Piranga**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	14 meses	13 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Anterior à contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. Na contratação em si, os atrasos ocorridos estão relacionados à necessidade de diversas correções nos produtos enviados pelas empresas fiscalizadas até que sejam emitidos pareceres conclusivos. Além disto, o atraso se deve, também, as dificuldades encontradas pelas empresas fiscalizadas que ocasionou atraso na entrega dos produtos, conforme pontuado nos respectivos contratos. Das

dificuldades encontradas pode-se citar: o grande quantitativo de produtos a ser elaborado pelas empresas, as necessidades de diversas correções nos modelos dos produtos até se obter um modelo a ser considerado como versão produto e as dificuldades encontradas em campo e em escritório.

Até o presente momento, a contratada emitiu 790 pareceres parciais e 1464 pareceres conclusivos dos 1553 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) recebidos. Além disso, 22 pareceres parciais e 703 pareceres conclusivos foram emitidos dos 532 produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural) recebidos.

➤ Contrato nº 41/2017

Contrato 41/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piracicaba / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 03/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 2 – PIRACICABA, nos Municípios de Mariana, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba, João Molevade, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, Nova Era, Itabira, Alvinópolis, Antônio Dias, Jaguaraçu, Marliéria, Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraíso, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.			
Valor	R\$ 270.408,70	Contratado Samenco Engenharia e Consultoria Ltda			
Pago	R\$ 65.085,77	Data	27/11/2017	Prazo	28/01/2019
Saldo	R\$ 205.322,93	Gestor	Gabriela	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

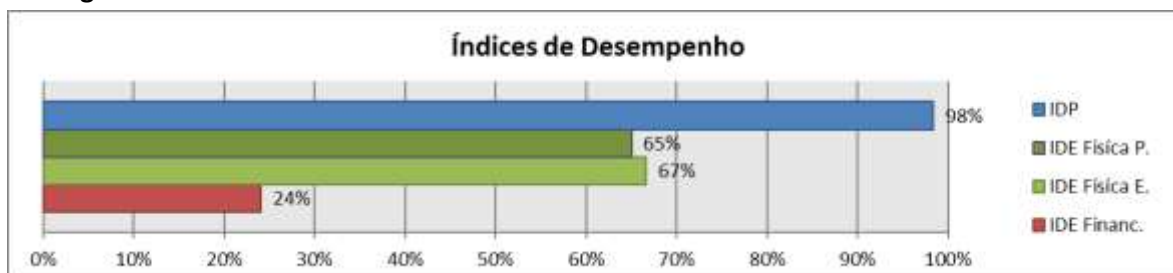
- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 31,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 14,37% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 54,15% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	13 meses	13 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Anterior à contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

Na contratação em si, os atrasos ocorridos estão relacionados à necessidade de diversas correções nos produtos enviados pela empresa fiscalizada até que sejam emitidos pareceres conclusivos.

Além disto, o atraso se deve, também, as dificuldades encontradas pela empresa fiscalizada que ocasionou atraso na entrega dos produtos, conforme pontuado no respectivo contrato. Das dificuldades encontradas pode-se citar:

- O grande quantitativo de produtos a ser elaborado pela empresa,
- As necessidades de diversas correções nos modelos dos produtos até se obter um modelo a ser considerado como versão produto e
- As dificuldades encontradas em campo e em escritório.

Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, a contratada emitiu 1238 pareceres parciais e 2301 pareceres conclusivos dos 2500 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) recebidos. Além disto, 514 pareceres parciais e 942 pareceres conclusivos foram emitidos dos 948 produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural) recebidos.

➤ **Contrato nº 42/2017**

Contrato 42/2017		Programa		P12 / P52 / P42		Recursos		ANA /			
Alocação		CBH Sto Antônio / /									
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 05/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 3 – SANTO ANTÔNIO, nos Municípios de Alvorada de Minas, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Dorcas de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Senhora do Porto e Serro, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.									
Valor	R\$ 210.239,14	Contratado Samenco Engenharia e Consultoria Ltda									
Pago	R\$ 53.981,66	Data			27/11/2017		Prazo		28/01/2019		
Saldo	R\$ 156.257,48	Gestor Luciana						Aditivos		1	

Identificação no PIRH-Doce:

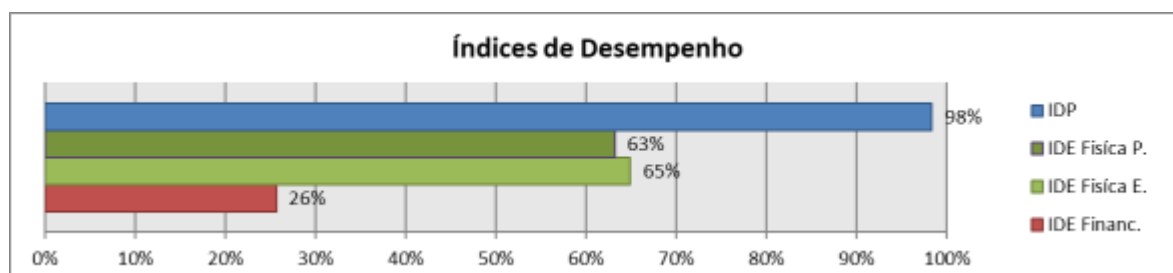
- Programa:** Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa:** Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa:** Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	14 meses	13 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Anterior à contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

Na contratação em si, os atrasos ocorridos estão relacionados à necessidade de diversas correções nos produtos enviados pelas empresas fiscalizadas até que sejam emitidos pareceres conclusivos.

Além disto, o atraso se deve, também, as dificuldades encontradas pelas empresas fiscalizadas que ocasionou atraso na entrega dos produtos, conforme pontuado nos respectivos contratos. Das dificuldades encontradas pode-se citar o grande quantitativo de produtos a ser elaborado pelas empresas, as necessidades de diversas correções nos modelos dos produtos até se obter um modelo a ser considerado como versão produto e as dificuldades encontradas em campo e em escritório.

Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, uma vez que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, a contratada emitiu 358 pareceres parciais e 1203 pareceres conclusivos dos 1260 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) recebidos. Além disto, 25 pareceres parciais e 504 pareceres conclusivos foram emitidos dos 509 produtos 5 (Cadastro Ambiental Rural - CAR - do Imóvel Rural) recebidos.

➤ **Contrato nº 04/2018**

Contrato 04/2018		Programa	P12 / P42 / P52	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Suaçuí / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos por empresa contratada pelo IBIO relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 4 - Suaçuí.			
Valor	R\$ 218.120,29	Contratado	Equilíbrio Engenharia Ltda - ME		
Pago	R\$ 58.250,48	Data	20/03/2018	Prazo	21/09/2019
Saldo	R\$ 159.869,81	Gestor	Luciana	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água

Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Suaçuí

Porcentagem de desembolso: 31,50% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Suaçuí

Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso

Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Suaçuí

Porcentagem de desembolso: 54,23% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

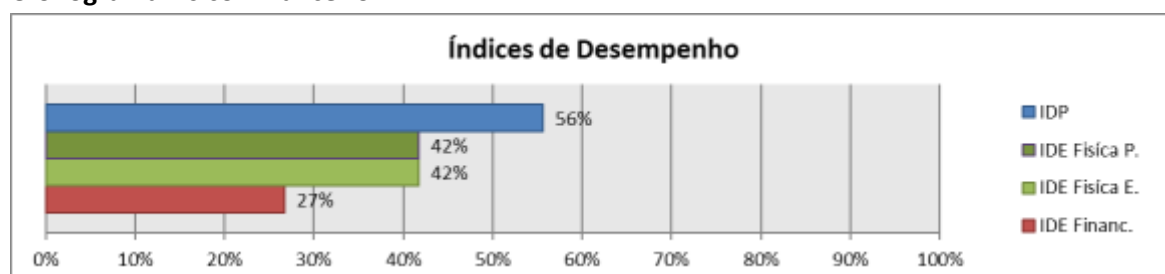
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	104 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	12 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	9 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Anterior à contratação, devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

Na contratação em si, os atrasos ocorridos estão relacionados à necessidade de diversas correções nos produtos enviados pela empresa fiscalizada até que sejam emitidos pareceres conclusivos. Além disto, o atraso se deve, também, as dificuldades encontradas em campo e escritório, conforme pontuado no respectivo contrato, que ocasionou atraso na entrega dos produtos. Por fim, com o menor quadro de profissionais no IBIO, devido a sua reestruturação iniciada no segundo trimestre de 2018, a gestão do Contrato ficou comprometida, ocorrendo várias trocas de gestores deste contrato, além de que vários outros contratos estão em andamento e sob gestão de apenas duas analistas.

Até o presente momento, a contratada emitiu: 14 pareceres parciais e 9 pareceres conclusivos de 9 produtos 2 (Validação das Microbacias de atuação) recebidos; 5 pareceres parciais e 9 pareceres conclusivos de 9 produtos 3 (Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental) recebidos; e 52 pareceres parciais e 53 pareceres conclusivos de 46 produtos 4.1 (Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural) recebidos.

3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os Programas Hidroambientais, de Saneamento e Transversais.

Nas Tabela 7, Tabela 8, Tabela 9 encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P12.

Tabela 7 – Valor Previstos no PAP 2016/2010 pela ANA a serem alocados ao Programa P12

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)						
Investimento Previsto no PAP	1.945,00	2.345,00	2.345,00	2.053,00	1.487,00	10.175,00
Investimento Realizado	0,00	278,07	278,41	0,00	0,00	556,48

Tabela 8 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais - Programa P12

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	242,00	292,00	292,00	0,00	0,00	826,00
Investimento Realizado	0,00	100,23	84,44			184,67
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	108,00	130,00	130,00	130,00	34,00	533,00
Investimento Realizado	0,00	9,99	12,19			22,18
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	204,00	246,00	246,00	246,00	0,00	942,00
Investimento Realizado	0,00	150,77	123,86			274,63

Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	406,00	489,00	489,00	489,00	489,00	2363,00
Investimento Realizado	0,00	17,08	57,93			75,01
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	200,00	241,00	241,00	241,00	17,00	941,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhauçu						
Investimento Previsto no PAP	217,00	262,00	262,00	262,00	262,00	1263,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	1.377,00	1.660,00	1.660,00	1.368,00	802,00	6.867,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	278,07	278,41	0,00	0,00	556,48

Tabela 9- Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Espírito Santo - Programa P12

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	132,00	159,00	159,00	159,00	159,00	767,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	146,00	176,00	176,00	176,00	176,00	852,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	290,00	350,00	350,00	350,00	350,00	1688,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	568,00	685,00	685,00	685,00	685,00	3307,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No final de 2017, o processo de contratação de uma empresa para a realização de Diagnósticos e Projetos em imóveis rurais (primeira etapa do Rio Vivo) foi finalizado para a UGRH 4. Os primeiros produtos a serem entregues ocorreram em janeiro de 2018, mês onde se iniciou o pagamento dos

produtos referente ao contrato 38/2017. Por sua vez, o processo de contratação de uma empresa fiscalizadora da UGRH 4 ocorreu em março de 2018 (Contrato 04/2018), sendo que neste ano iniciou-se o pagamento dos pareceres conclusivos emitidos por esta empresa. Além disto, no ano de 2018, os pagamentos realizados incluem, também, os contratos referentes a elaboração de Diagnósticos e Projetos e a fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3, a saber: 29/2017, 30/2017, 31/2017, 32/2017, 33/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017.

Atualmente, o Rio Vivo contempla áreas de 54 municípios localizadas nas porções das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. Foram iniciadas discussões sobre o andamento do Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas, entretanto, a reestruturação do IBIO, ocorrida em 2018, afetou todo o planejamento para a continuidade dessa iniciativa pelas demais sub-bacias do Rio Doce, uma vez que, vários profissionais, inclusive fiscais de contratos que se encontravam em andamento, foram desligados da instituição. Também, após o desligamento de profissionais devido à necessidade de reestruturação do IBIO, ocorreu o desligamento voluntário de outros profissionais da equipe técnica, que receberam proposta de trabalho em outras instituições, o que veio a interferir ainda mais em todo o planejamento da entidade.

Com a redução da equipe do IBIO, não foi possível prosseguir com as discussões sobre o Rio Vivo junto aos Comitês de Bacia nas UGRHs onde o mesmo ainda não foi implementado. As discussões com os comitês mineiros ainda necessitam de sequência para maiores definições. Está sendo verificada a possibilidade de retomar as discussões nas UGRHs 5 e 6 em 2019, contudo, considerando-se a nova capacidade de atendimento do IBIO.

Aos comitês capixabas, ficaram suspensos quaisquer atendimentos, o que implica, por tempo indeterminado, na não continuidade de discussões sobre o Rio Vivo nessa porção da Bacia. No geral, os desembolsos de 2018 se tratam dos pagamentos dos produtos referentes ao Rio Vivo nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

3.5. Identificação no PIRH – Doce

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

Objeto: Identificação da erodibilidade potencial da bacia e da erosão real estimada por meio de análise de imagens de satélite e aplicação de modelagem numérica da elevação e da erodibilidade. Definição de áreas críticas e, sobre estas, realizar a localização de estradas vicinais e caminhos de serviço visíveis nas imagens. Sobre a imagem, identificação de processos erosivos reais, com delimitação de pontos de interesse. Visitas a campo para confirmação e caracterização dos processos erosivos (laminar, sulcos, voçorocas) e das medidas de correção ou de prevenção. Análise da viabilidade técnica de implantação das medidas propostas, orçamentação e execução das medidas selecionadas de controle de geração de sedimentos em áreas rurais. Implantação de projeto piloto e de áreas demonstrativas para análise e demonstração de resultados. Articulação com órgãos de assistência técnica e prefeituras municipais para realização de ações de multiplicação e capacitação de técnicos e operadores de máquinas e equipamentos.

Valor Estimado: R\$ 6.010.000,00

3.6. Ações do IBiO

Histórico de ações realizadas - Ao final do ano de 2015, foram iniciadas discussões a respeito do desenvolvimento dos programas P12, P52 e P42 em conjunto e, em 2016, foram realizadas reuniões com os Comitês de Bacia Hidrográfica do rio Piranga (UGRH 1), Piracicaba (UGRH 2), Santo Antônio (UGRH 3) e Suaçuí (UGRH 4) para alinhar e definir as estratégias de atuação.

Ainda em 2016, foram elaborados pela equipe do IBiO e publicados os Editais de Chamamento Público nº 01/2016 das referidas bacias (UGRHs 1, 2, 3 e 4) para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Após a seleção dos municípios, iniciou-se o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais em atendimento aos programas P12, P52 e P42.

À esta implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se deu o nome de RIO VIVO para facilitar a divulgação da atuação dos comitês atuantes na bacia do rio Doce. Esta nomenclatura foi aprovada pelos comitês, após exaustivas discussões ao longo de meses, e recebeu uma arte (Figura 11) para ser divulgada acompanhada da logo do CBH-Doce e das logos dos demais CBHs dos rios afluentes, quando for o caso.



Figura 11 – Arte elaborada para o Rio Vivo.

Em 2017, finalizou-se a elaboração dos Termos de Referência e dos Atos Convocatórios para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Os Termos de Referência e orçamentos de mercado obtidos foram amplamente discutidos e aprovados em cada um dos CBHs envolvidos, por meio de reuniões de câmaras técnicas, plenárias e, no caso do CBH Piracicaba, reuniões junto à diretoria. As figuras abaixo ilustram algumas das reuniões que ocorreram nos CBHs para discussão dos Termos de Referência.



Figura 12 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 13 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 14 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 15 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 16 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 17 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 18 - Reunião plenária do CBH Suaçuí



Figura 19 - Reunião plenária do CBH Suaçuí

Os Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3 foram publicados no mesmo período. Enquanto isso, a elaboração do Ato Convocatório da UGRH 4 estava sendo finalizado. A partir dos questionamentos recebidos pelo IBiO durante a publicação dos primeiros Atos, adequações foram sendo realizadas no Ato da UGRH 4, o qual foi publicado após finalizado todo o processo dos primeiros.

Ao final, 2 empresas foram consagradas vencedoras para atuarem nas UGRHs 1, 2 e 3 iniciando os trabalhos ainda em 2017. Uma terceira empresa foi consagrada vencedora da UGRH 4, entretanto, apenas seu Plano de Trabalho foi entregue em 2017, as ações para elaboração dos demais produtos serão iniciadas em janeiro de 2018.

Aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas de diagnósticos e projetos, foi elaborada pela equipe do IBiO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 20, Figura 21 e Figura 22 apresentam o momento dessas reuniões, tanto com as duas empresas contratadas para prestarem serviços nas UGRHs 1, 2 e 3, em setembro, quanto com a empresa contratada para a UGRH 4, em novembro.



Figura 20 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 21 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 22 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4.

Assim que foram consagradas as vencedoras dos Atos Convocatórios publicados em 2017 para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos e assinados os contratos, o IBiO realizou uma reunião de mobilização inicial do Rio Vivo em cada uma das UGRHs 1, 2 e 3, onde o público alvo consistiu em representantes dos municípios a serem contemplados, dentre os quais estão representantes das prefeituras e de órgãos técnicos atuantes no município, como IEF, EMATER, COPASA, SAAE, dentre outros.

Para estes eventos de mobilização, o IBiO elaborou apresentações e folders didáticos para que os participantes, que seriam as pessoas envolvidas com o Rio Vivo em seu município, compreendessem todo o escopo dos trabalhos. Nas Figuras abaixo apresentam-se os registros das reuniões de mobilização inicial realizadas nas UGRHs 1, 2 e 3, bem como os folders.



Figura 23 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 24 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 27 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 28 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 29 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo.

Para a UGRH 4 – Suaçuí, a reunião de mobilização inicial do Rio Vivo acontecerá em janeiro de 2018. Com o intuito de garantir qualidade dos produtos e serviços a serem adquiridos com o Rio Vivo, o IBiO elaborou também Atos Convocatórios para o processo de contratação de empresas fiscalizadoras dos serviços contratados de diagnósticos e projetos. Apenas uma empresa foi consagrada vencedora do Ato Convocatório para contratação de empresa de fiscalização nas UGRHs 1, 2 e 3. O processo de contratação da fiscalizadora da UGRH 4 encontra-se em andamento.

Mais uma vez, aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas, agora de fiscalização, foi elaborada pela equipe do IBiO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 30, apresenta o momento dessa reunião.



Figura 30 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3.

Até dezembro de 2017 as empresas de diagnósticos e projetos já haviam realizado a entrega dos seguintes produtos: Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho); Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação), e; Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental).

Esses Produtos despenderam grande esforço da equipe técnica do IBiO para suas análises e aprovação, tendo em vista que são essenciais para o planejamento e sucesso de todo o trabalho. Além disso, especificamente no Produto 3, eram previstas reuniões com as câmaras técnicas dos CBHs para validar a metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental. A Figura 31, Figura 32, e Figura 33 ilustram as reuniões realizadas junto às CTPPs dos CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.



Figura 31 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 32 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 33 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental

No que se refere ao processo de contratação das empresas fiscalizadoras das UGRHs 1, 2 e 3, finalizou-se 2 meses e meio após a finalização do processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos. Os profissionais do IBIO realizaram a fiscalização dos Produtos 1, 2 e 3, nas quantidades apresentadas na Tabela 10, emitindo pareceres parciais e conclusivos e conferindo os produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.

Tabela 10 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBIO.

UGRH	Produto analisado	Abrangência do produto	Quantidade analisada
UGRH 1 – Piranga	P1	1 para cada lote / Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município / Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município / Total de 13 municípios	13
UGRH 2 – Piracicaba	P1	1 para cada lote / Total de 3 lotes	3
	P2	1 para cada município / Total de 20 municípios	20
	P3	1 para cada município / Total de 20 municípios	20
UGRH 3 – Santo Antônio	P1	1 para cada lote / Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município / Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município / Total de 13 municípios	13
Total de produtos analisados			99

Vale ressaltar que, neste sentido, do contrato da empresa fiscalizadora das UGRHs 1, 2 e 3 foram suprimidas as análises dos Produtos 1, 2 e 3 das empresas de diagnósticos e projetos. O Plano de Trabalho das empresas fiscalizadoras foram entregues e aprovados pelo IBIO em dezembro de 2017. A partir de janeiro de 2018 esta empresa irá realizar a análise e validação dos demais produtos das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2 e 3.

Também foi entregue e aprovado, em dezembro de 2017, o Plano de Trabalho da empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4 – Suaçuí. Com o processo de contratação de fiscalizadora para essa bacia em andamento, os trabalhos de diagnósticos e projetos e fiscalização caminharão juntos.

Para 2018, está previsto que, ao passo que os trabalhos de diagnóstico e projetos caminhem nas UGRHs 1, 2, 3 e 4, sejam desenvolvidos, também pelas empresas de Diagnósticos e Projetos, os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados. Com base em tais Termos de Referência, a equipe do IBiO irá realizar as contratações das empresas que irão executar as intervenções nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento.

A equipe do IBiO também providenciou, em dezembro de 2017, a confecção de bonés e folders com linguagem específica para o público alvo, para serem entregues aos produtores rurais a serem contemplados, para divulgação da atuação dos comitês com o Rio Vivo, conforme Figura 34 e Figura 35



Figura 34 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.



Figura 35 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.

Ainda em 2017, foram iniciadas as discussões sobre a implementação do Rio Vivo nos CBHs Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce, e Pontões e Lagoas do rio Doce.

No CBH Caratinga foi aprovada toda a proposta do Rio Vivo, com a implementação em conjunto dos programas P12, P52 e P42. Já foram realizadas reuniões de discussões dos critérios de seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como a metodologia a ser utilizada para a sua hierarquização. A Figura 36 apresenta o registro da Plenária do CBH Caratinga onde foi aprovado o escopo do CBH Caratinga.



Figura 36 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo.

Foram realizadas apresentações em reuniões de plenárias e, após aprovação do Rio Vivo, o assunto foi encaminhado para discussões de sua implementação para a Câmara Técnica de Planejamento e Projetos (CTPP). No CBH Manhuaçu, foi realizada uma reunião junto à diretoria executiva do comitê, que opinou por fazer a implementação apenas dos programas P12 e P42, deixando o P52 somente para a partir do ano de 2019, devido às ações similares estarem sendo implementados nesta bacia por outra instituição. Para os programas P12 e P42 já foram iniciadas as reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos. A Figura 37 e a Figura 38 retratam a reunião com a Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu e a Plenária onde o escopo aprovado pela diretoria foi apresentado.



Figura 37 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBIO



Figura 38 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu

Nos CBHs capixabas Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce, foram apresentadas, nas reuniões de Câmaras Técnicas de Programas e Projetos (CTPP) e plenárias, todas as possíveis atividades que poderão ser desenvolvidas nas áreas de atuação dos comitês com a implementação do Rio Vivo. Durante as reuniões, surgiram questionamentos e sugestões que serão considerados no momento da elaboração do Termo de Referência dos comitês capixabas.

A implementação do Rio Vivo nos CBHs capixabas foi aprovada por unanimidade nas CTPPs e Plenárias específicas de cada comitê. Para 2018, está previsto a elaboração e publicação dos Editais de Chamamento Público para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Após a seleção dos municípios, a equipe do IBiO irá iniciar o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, bem como das fiscalizadoras, a partir dos já elaborados para as UGRHs 1, 2, 3 e 4.

As Figuras (Figura 39, Figura 40, Figura 41, Figura 42, Figura 43, e Figura 44) apresentam as reuniões de plenária ocorridas nos CBHs capixabas em 2017.



Figura 39 – Reunião da CTPP do CBH Guandu



Figura 40 – Reunião Plenária do CBH Guandu



Figura 41 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce



Figura 42 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce



Figura 43 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce.



Figura 44 – Reunião da CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce

Ações realizadas em 2018 - Em janeiro de 2018, o IBiO realizou a reunião de mobilização inicial do Rio Vivo na UGRH 4 (Figura 45) onde o público alvo consistiu, em representantes dos municípios a serem contemplados, como representantes das prefeituras e dos órgãos técnicos IEF, EMATER e COPASA .



Figura 45 - Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios contemplados na UGRH 4 – Suaçuí

Nos dias 26 e 27 de fevereiro, pensando-se na elaboração dos projetos previstos no escopo do Rio Vivo, tendo em vista as inúmeras tecnologias e metodologias existentes, e ainda considerando garantir projetos adequados para a realidade local e os recursos da cobrança pelo uso da água disponíveis para esta iniciativa, os comitês Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí, juntamente com o IBiO, promoveram o ‘Encontro Técnico do Rio Vivo – Metodologias e Tecnologias para Imóveis Rurais’ para discussão técnica e definição das diretrizes a serem consideradas nos projetos executivos do Rio Vivo. Este encontro contou com a participação de representantes dos CBHs em questão, das prefeituras de alguns municípios pertencentes a área de atuação destes CBHs, de especialistas das empresas de diagnósticos e projetos contratadas, de professores especialistas convidados e de representantes de diversos órgãos, como IEF, EMATER, FAEMG, SENAR, Fundação Renova, Instituto Terra, Aspea – GV, dentre outros. Os professores convidados foram: Alexandre Sylvio Vieira da Costa (UFVJM – Campus Mucuri), que teceu análises sobre a temática conservação do solo/controlado de sedimentos (P12); Marcos von Sperling (Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG) que abordou sobre a temática saneamento rural (P42); e Ricardo Ribeiro Rodrigues (Departamento de Ciências Biológicas/ESALQ/USP), que tratou sobre a temática Restauração Florestal (P52). As figuras abaixo retratam as palestras e discussões ocorridas no encontro técnico.



Figura 46 – Folder contendo a programação do Encontro Técnico do Rio Vivo



Figura 47 – Abertura do Encontro Técnico do Rio Vivo



Figura 48 – Palestra ministrada pelo professor Marcos von Sperling (UFMG)



Figura 49 – Palestra ministrada pelo professor Alexandre Sylvio Vieira da Costa (UFVJM)



Figura 50 – Palestra ministrada pelo professor Ricardo Ribeiro Rodrigues (USP)



Figura 51 – Participantes do primeiro dia do Encontro Técnico do Rio Vivo



Figura 52 – Participantes do segundo dia do Encontro Técnico do Rio Vivo

Em março de 2018, o processo de contratação da empresa fiscalizadora para a UGRH 4, iniciado em 2017, foi finalizado. No momento da assinatura do contrato, a equipe do IBIO realizou a apresentação detalhada sobre o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o esperado dos produtos entregues por parte dos comitês e da agência. Além disto, a contratada apresentou seu plano de trabalho, bem como solucionou algumas dúvidas (Figura 53).



Figura 53 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização da UGRH 4. para assinatura do contrato

Após a contratação desta fiscalizadora, a empresa contratada para a elaboração de Diagnósticos e Projetos da UGRH 4 entregou os produtos P2, P3 e P4.1. Destes, o IBIO realizou a análise dos modelos elaborados pela empresa, juntamente com a empresa fiscalizadora, com o intuito de se obter uma melhor compreensão, por parte da contratada, do conteúdo e da qualidade esperada para os produtos a serem entregues. No último trimestre de 2018, relativo as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3, os modelos dos produtos P6.1 e P4.2 foram analisados, também, pelo IBIO, juntamente com a fiscalizadora. Em Maio de 2015, foi realizada reunião com a câmara técnica do CBH Suaçuí (Figura 54) para validar a metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental proposta pela empresa de diagnósticos e projetos.



Figura 54 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental – UGRH Suaçuí

Considerando a grandiosidade do Rio Vivo e as dificuldades encontradas pelas empresas de diagnósticos e projetos, pontuadas nos respectivos contratos, a previsão de entrega, dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados, se alterou para 2019, para as UGRHs 1, 2 e 3, e para 2020, para a UGRH 4. Assim, a equipe do IBIO, baseado nos termos de referência supracitados, irá realizar a contratação das empresas que irão executar as intervenções nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento (segunda etapa do RIO VIVO).

No CBH Caratinga, as áreas prioritárias para a atuação dos programas que compõe o Rio Vivo foram propostas, considerando as áreas de alta vulnerabilidade da bacia e as áreas de drenagem das microbacias dos pontos de captação para abastecimento público, bem como os municípios dentro destas áreas. Entretanto, os municípios a serem objeto de chamamento público para participar do Rio Vivo ainda não foram definidos, uma vez que nesta UGRH ocorre um programa de mesmo viés, desenvolvido por outra instituição. Para se evitar a duplicidade de destinação de recursos para municípios contemplados pelo programa desta instituição, a CTPLANO aguarda informações de quais municípios participam do referido programa.

No CBH Manhuaçu, as discussões sobre o Rio Vivo foram retomadas sendo apresentado, pelo IBIO à CTPP, os termos de referência das UGRHs onde o Rio Vivo já está em andamento, o mapa de vulnerabilidade da bacia, as áreas prioritárias propostas para atuação e os municípios que estão dentro destas áreas. Com a apresentação destas informações, foi possível se ter uma melhor compreensão do escopo do Rio Vivo, por parte dos membros do comitê. De posse destas informações, o CBH Manhuaçu optou por realizar a etapa de Diagnósticos e Projetos considerando os três programas, ao contrário do que foi definido em 2017 (onde havia se optado apenas pelos programas P12 e P42), para se ter um retrato da bacia considerando todo o escopo do Rio Vivo. Já na fase de execução dos projetos, o comitê tem interesse, inicialmente, em realizar apenas a execução dos projetos P12 e P42.

Considerando os CBHs Caratinga e Manhuaçu, para o ano de 2019, está previsto a definição dos municípios a serem objeto de chamamento público, bem como a publicação do Ato de Chamamento Público para os municípios que possuem interesse em participar do RIO VIVO.

Considerando os CBHs capixabas Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 2018, estava previsto a elaboração e publicação dos Editais de Chamamento Público para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Entretanto, apesar de ter ocorrido discussões sobre o Rio Vivo, no primeiro semestre de 2018, as mesmas cessaram, considerando que o analista responsável pela gestão de programas nestes CBHs foi desligado. Além disto, a partir de setembro de 2018, o atendimento aos comitês capixabas ficaram suspensos, o que implicou na não continuidade de discussões sobre o Rio Vivo nessa porção da bacia.

Cabe mencionar, também, que em 2018, o IBIO realizou mensalmente a análise física dos produtos entregues para pagamento. Conforme pode ser observado na , o quantitativo entregue é muito grande, o que demanda tempo considerável da equipe de Programas e Projetos.



Figura 55 – Produtos físicos entregues para pagamento

3.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Com a troca de gestão de algumas prefeituras municipais selecionadas em 2016 para o Rio vivo, houve certo atraso na coleta dos Termos de Compromisso e Cooperação Mútua, pois os novos funcionários e autoridades não tinham conhecimento sobre o assunto, o que demandou alguns esclarecimentos via e-mail e telefone. Todavia, todas as prefeituras anteriormente selecionadas em 2016 enviaram os Termos de Compromisso e Cooperação Mútua assinados por seus respectivos prefeitos.

Este termo consistia em documento imprescindível para que o município fosse inserido como área de atuação dos Atos Convocatórios do Rio Vivo, e por isso a publicação destes Atos teve que aguardar o recebimento dos mesmos. Todo escopo do Rio Vivo foi amplamente discutido nas plenárias dos comitês das bacias do Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí para que fossem elaborados os Atos Convocatórios para contratação das empresas de diagnósticos e projetos. Entretanto, prestes a ser publicado o Ato Convocatório da UGRH 2 – Piracicaba, os membros de sua diretoria solicitaram que os valores de orçamentos de mercado coletados pelo IBiO fossem apresentados em plenária.

Ocorre que, um pré-orçamento adquirido no início de 2017, e com valor mais elevado do que os coletados posteriormente para composição do preço global do Ato, foi levado em plenária e, devido às inúmeras reuniões que ocorreram para se tratar exaustivamente a implementação dos P12, P52 e P42, os membros concordaram com a tentativa de se avançar com as ações e se tentar orçamentos mais baixos no mercado. Ou seja, os valores de mercado que se encontrassem abaixo do orçamento prévio estariam aprovados.

Enfim, o Ato do Piracicaba deixou de ser publicado juntamente com os Atos do Piranga e Santo Antônio no dia 15 de maio 2017, e foi publicado em 24 de maio 2017, após a Plenária ocorrida no dia 23 de maio de 2017. Devido ao trabalho grandioso e complexo que se consiste em implementação do Rio Vivo, foram necessários alguns meses para elaboração dos Atos Convocatórios de Contratação das empresas de diagnósticos e projetos.

A elaboração dos Atos das empresas fiscalizadoras, para análise dos serviços e produtos das empresas de diagnósticos e projetos, teve sua conclusão atrasada, devido ao grande volume de demandas. Com isso, os profissionais do IBIO tiveram que realizar a validação dos Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho), Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação) e Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental), com a emissão de pareceres parciais e conclusivos, além de realizarem a conferência dos produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.

Em 2018, considerando a grandiosidade do Rio Vivo e as dificuldades encontradas pelas empresas de diagnósticos e projetos, pontuadas nos respectivos contratos, a previsão de entrega, dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados, ainda não ocorreu. Tal fato, gerou atraso na contratação, a ser realizada pelo IBIO, das empresas que irão executar os projetos nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento, uma vez que depende da entrega dos termos de referência mencionados.

Além disto, em 2018, considerando a viabilidade financeira do IBIO, o mesmo passou por reestruturação de sua equipe, com redução do quadro de funcionários nos meses de junho e setembro. Especificamente, o setor de programas e projetos desmobilizou 4 funcionários. Desta forma, algumas ações previstas para ocorrerem neste ano não foram possíveis de serem realizadas. Dentre as ações, cabe mencionar que as atividades previstas para os CBHs mineiros Caratinga e Manhuaçu e para os CBHs capixabas Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce não ocorreram conforme previsto pois os analistas responsáveis pela gestão de seus programas foram desmobilizados.

4. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES

4.1. (P31) - Programa de Convivência com as Cheias

4.2. Descrição

Ano 1979

Em fevereiro de 1979 houve uma grande cheia. As cidades mais atingidas ao longo do rio Doce foram:

- Espírito Santo: Linhares; Colatina;
- Minas Gerais: Aimorés; Conselheiro Pena; Governador Valadares;
- Nos demais afluentes as cidades mais atingidas foram: Rio Piracicaba; Nova Era; Timóteo; Coronel Fabriciano, ao longo do rio Piracicaba; Caratinga do rio Caratinga; Córrego São João; Manhuaçu do rio Manhuaçu; Ferros do rio Santo Antônio; Mariana do rio do Carmo; Frei Inocêncio do rio Suaçuí Grande; e Itaguaçu do rio Santa Joana (Estado do Espírito Santo).

Além disso, foram inundados dez trechos do leito da estrada de ferro Vitória Minas, no médio Rio Doce, num total de 36 quilômetros, por 72 horas, mas por questões de segurança o tráfego foi interrompido por duas semanas, interrompendo a extração do minério de ferro. O tráfego da BR-101 e outras rodovias também foi interrompido. Estima-se que a cheia deixou 47.776 desabrigados, 74 mortos e 4.424 residências danificadas ou destruídas.

Ano 1997

A cheia de 1997 ocorreu na Bacia do Rio Doce logo após o Réveillon. As cidades mais atingidas por esta cheia encontram-se na calha do Rio Doce a jusante da cidade de Governador Valadares. A partir desta cheia foi criado o sistema de alerta na Bacia, o qual é operado através de uma parceria entre a CPRM-Serviço Geológico do Brasil, Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Estima-se que a cheia deixou 57.705 desabrigados, 2 mortos e 7.225 residências danificadas ou destruídas.

Ano 2003

Em janeiro de 2003 houve uma intensificação das chuvas na região, principalmente convectivas devido à formação da ZCAS. Em vários municípios foram registradas precipitações intensas, de curta duração, que provocaram grandes inundações em pequenas bacias. As principais cidades atingidas foram: Caratinga, Manhuaçu, Ponte Nova e Resplendor e outras localizadas nas Bacias dos Rios Caratinga, Manhuaçu e Guandu.

Na Bacia do Rio Caratinga as principais cidades atingidas foram: Caratinga, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati.

- Em Caratinga, 1900 casas foram danificadas ou destruídas, 2 prédios foram destruídos, 2800 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas, 120 deslizamentos de terra foram registrados, 6 pontes foram destruídas e houve 4 vítimas fatais.
- Em Ubaporanga 10 casas foram destruídas e 350 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas.
- Em Dom Cavati 420 casas foram atingidas, 1200 ficaram desalojadas e 100 ficaram desabrigadas.
- Em Manhuaçu a BR 116 foi interrompida, houve inundações nas residências e no centro comercial e registrada uma vítima fatal.

Ano 2004

Em janeiro de 2004 foram registradas inundações principalmente devido a chuvas convectivas. Em Manhuaçu, 685 pessoas ficaram desalojadas e 298 desabrigadas. Em Caratinga foram contabilizados prejuízos da ordem de 72 milhões de reais.

Ano 2008

A cheia de 2008 ocorreu no mês de dezembro e foi a máxima registrada na cidade de Ponte Nova, onde o nível do rio Piranga subiu mais de 6 metros. Na cidade Piranga, o rio de mesmo nome subiu mais de 8 metros.



Figura 56 – Colatina (01/1997)



Figura 57 – Caratinga (01/2003)



Figura 58 – Ponte Nova (12/2008)



Figura 59 – Governador Valadares (12/2008)

O Programa de Convivência com as Cheias – P31 contempla levantamento de dados físicos, aquisição de imagens satélite, modelagem hidrológica, e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os Comitês de Bacia e a Defesa Civil, diretrizes para Planos Diretores Municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na Bacia. Dentre as principais ações do Programa estão:

- Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da Bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões;
- Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias;
- Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo;
- Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos; Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse); Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises; Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação; Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico;
- Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta; Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais; e
- Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.

4.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2018 não houve contratações para o Programa de Convivência com as Cheias – P31.

4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em linhas gerais, os recursos previstos no PAP 2012/2015 para o P31 e não investidos, seriam transportados para o PAP 2016/2020 para implementação das ações ainda não executadas, como a contratação das seções topobatimétricas. A Tabela 11 apresenta os valores alocados para o P31 no PAP 2016/2020.

Tabela 11 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P31

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Convivência com as Cheias (P31)						
<i>Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.</i>	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

<i>Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.</i>	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	3.000,00
<i>Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.</i>						
Investimento Previsto	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	4.000,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00

Com o rompimento da barragem de rejeitos da mineração da Samarco, no município de Mariana, no dia 05 de novembro de 2015, houve a necessidade de se repensar as ações voltadas para o P31. Pelo impacto do desastre na calha do Rio Doce e alguns de seus afluentes, algumas ações previstas para o programa P31 tiveram que ser suspensas. A exemplo, o Edital de contratação das seções topobatimétricas, aberto em 2015 e com início das atividades previsto para 2016, teve que ser suspenso, uma vez que a calha do rio foi significativamente alterada o que compromete o levantamento das seções, que serão utilizadas posteriormente para se criar a modelagem hidráulica e hidrológica da bacia do rio Doce.

Em agosto de 2016, o IBIO retornou a trabalhar no Ato Convocatório para contratação dos serviços de topobatimetria, entretanto, agora com recursos adicionais da ANA. Conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, tais recursos foram repassados pela ANA, em virtude da gravidade e da abrangência do evento ocorrido na Bacia do Rio Doce, a partir do rompimento da barragem. Sendo assim, a descrição da ação relacionada aos serviços de topobatimetria está apresentada no item 12.3 deste Relatório, que trata especificamente dos estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana.

4.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Suscetibilidade a Enchentes

Subprograma: P31 - Programa de Convivência com as Cheias

Objeto: Modernização e ampliação do sistema de alerta contra enchentes da bacia do rio Doce; orientações para os municípios de cabeceiras e com problemas com deslizamentos de encostas para criação de sistema de alerta próprio simplificado; definição de áreas inundáveis; desenvolvimento de estudos de modelagem hidrológica; avaliação da viabilidade do uso de reservatórios para a minimização dos efeitos das enchentes; avaliação da viabilidade do uso de soluções localizadas como: diques, canalização e retificação de cursos d'água, pequenas barragens para controle de cheias, desassoreamento de cursos d'água; zoneamento territorial; ações de Defesa Civil; ações Políticas; saneamento ambiental; recomposição da cobertura vegetal; divulgação de informações e Educação ambiental.

Valor Estimado: R\$ 6.503.060,00

4.6. Ações do IBIO

Em atendimento ao trabalho de monitoramento do programa P31, que prevê o uso de imagens de satélite para acompanhamento da ocupação de áreas de risco, os Comitês da Bacia do Rio Doce, através do IBIO, realizaram a aquisição de imagens digitais de satélite de alta resolução espacial e respectivos modelos digitais do terreno e curvas de nível, dentre os anos de 2012 a 2015.

Neste primeiro momento, 26 áreas urbanas dispostas ao longo da calha principal do Rio Doce foram imageadas. Vale ressaltar que as áreas imageadas foram selecionadas por se tratarem de áreas urbanas suscetíveis a ocorrência de cheias. Desse modo, com o intuito de divulgar as ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas e de compartilhar os produtos acima citados com os municípios que foram contemplados, no ano de 2016, o IBIO trabalhou na elaboração de materiais, tais como folders, DVDs, pen drives e imagens de satélite impressas, através do Programa de Comunicação Social - P71.

Os materiais foram entregues aos municípios em 2017, durante as reuniões Plenárias ou outro evento realizado nos Comitês dos rios afluentes ao Rio Doce. Para a ocasião, também foi preparada pela equipe do IBIO, apresentação sobre o programa P31 e todo o processo de aquisição dos produtos. Os municípios contemplados encontram-se na Tabela 12 com a respectiva indicação da UGRH a que pertencem.

Tabela 12 – Municípios contemplados com o imageamento de satélite

UGRH	Municípios
Piranga	Guaraciaba/MG
	Piranga/MG
	Ponte Nova/MG*
	Porto Firme/MG
Piracicaba	Antônio Dias/MG
	Coronel Fabriciano/MG*
	Ipatinga/MG*
	Nova Era/MG
	Rio Piracicaba/MG
	Timóteo/MG*
Santo Antônio	Distrito Cachoeira Escura (Belo Oriente/MG)
Suaçuí	Galiléia/MG
	Governador Valadares/MG*
Caratinga	Caratinga/MG*
	Conselheiro Pena/MG
	Dom Cavati/MG
	Inhapim/MG
	Santa Bárbara do Leste/MG
	Santa Rita de Minas/MG
	Tumiritinga/MG
	Ubaporanga/MG
Manhuaçu	Aimorés/MG

	Resplendor/MG
Guandu	Baixo Guandú/ES
Santa Maria	Colatina/ES*
São José	Linhares/ES*

* municípios com mais de 50 mil habitantes.

Compartilhar os produtos com os municípios contemplados possibilitou aos mesmos terem em mãos produtos que permitissem a geração de dados de entrada necessários para modelagem hidrológica de previsão e acompanhamento de cheias. Além disso, as imagens de satélite permitem o monitoramento das expansões urbanas, a identificação de áreas susceptíveis a inundações, mapeamento de ruas, entre outras finalidades, o que vem a auxiliar no planejamento urbano para a provisão de infraestrutura e a regulação do uso do espaço. Sobretudo, a disponibilização desses produtos exerce a função de divulgação dos programas e ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas atuantes na Bacia do Rio Doce, difundindo a imagem dos mesmos.

Os produtos adquiridos com o P31 estão disponibilizados, também, no site de metadados da ANA. Durante os anos de 2017 e 2018, o IBIO sempre recebeu solicitação de disponibilização dos mesmos, já tendo realizado compartilhamento, também, para a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI), LACTEC, UHE Baguari, dentre outras instituições.

4.7. Principais Deficiências e Dificuldades

A ação relacionada à contratação dos serviços de topobatimetria, previamente definida para o P31, está sendo implementada através dos recursos adicionais repassados pela ANA, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 72/ANA/2011. Desse modo, as principais deficiências e dificuldades dessa ação estão descritas no item 12.3.4 deste Relatório, que trata especificamente dos estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana.

5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. (P41) - Programa Universalização do Saneamento

5.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a Bacia do Rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade.

O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui importante Ferramenta de Planejamento e Gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à:

- Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água;
- Elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e
- Elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

5.3. Contratações e Resultados

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da

União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB.

Conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da Bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSBs e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSBs, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios.

No ano de 2016, 156 PMSBs já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração dos PMSBs de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”. A contratação dos PMSBs remanescentes se encerrou em maio de 2018.

Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBiO na Bacia Hidrográfica do Rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e, em 2017, foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios. Na Figura 60 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41.

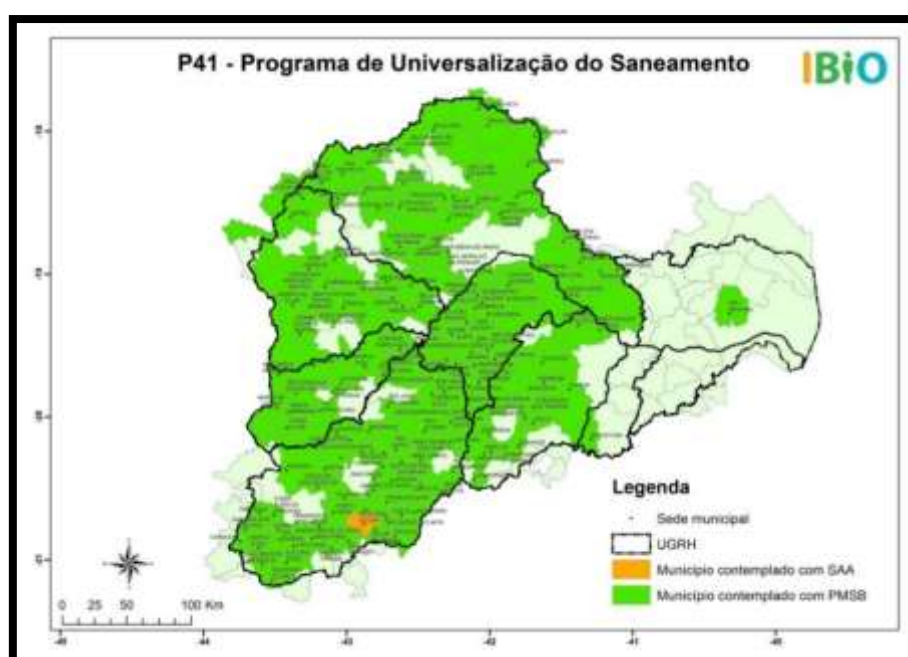


Figura 60 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Principais Resultados: As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados. Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

Em 2018, totalizou-se 165 municípios com PMSBs finalizados, aprovados e quitados, tendo seus Contratos já encerrados.

Para o município de Viçosa, as contratações para Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) consistem em:

- Estudos e projetos para a ampliação do sistema de abastecimento de água existente no município, incluindo captação de água bruta, EEAB - estação elevatória de água bruta, EEAT - estação elevatória de água tratada, UTR - unidade de tratamento de resíduos da ETA e interligação da ETA II a ETA I;
- Estudos e projetos para a implantação de novo sistema de abastecimento de água no município, incluindo nova captação de água bruta, EEAB - estação elevatória de água bruta, EEAT - estação elevatória de água tratada, adutora de água bruta/tratada, ETA - estação de tratamento de esgoto, UTR - unidade de tratamento de resíduos da ETA e reservatório.

A contratação referente a ampliação do SAA de Viçosa está com previsão de conclusão para junho de 2019, enquanto que a contratação referente a implantação de novo SAA não foi concluída.

A contratada, empresa Belba, não se dispôs a realizar as adequações necessárias no último produto entregue, se recusando a realizar novo aditivo e exigindo pagamento do produto já entregue mesmo que não aprovado.

Contudo, o IBIO apenas realiza pagamentos de produtos aprovados e informou à Contratada que seria necessário a realização de novo aditivo para conclusão dos serviços. Em novembro de 2018, o prazo final do contrato foi atingido sem a conclusão dos serviços e sem a realização de novo aditivo. Mais adiante será apresentado o detalhamento deste contrato.

A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

➤ **Contrato nº 35/2016**

Contrato 35/2016		Programa		P41 /	Recursos		ANA /		
Alocação		CBH Piranga / /							
Objeto									
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água no município de Viçosa/MG, conforme disposto no Lote 01:									
Valor		R\$ 401.384,80		Contratado		TECISAN - Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda			
Pago		R\$ 280.969,36		Data		24/11/2016	Prazo	13/06/2019	
Saldo		R\$ 120.415,44		Gestor			Fabiano	Aditivos	4

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga

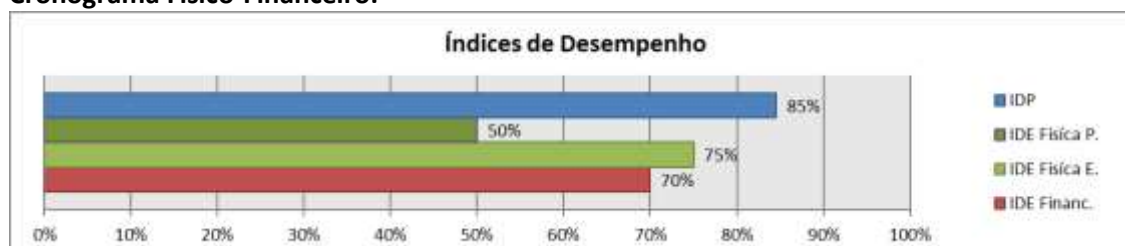
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	25 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 35/2016, o prazo de duração é de 07 (sete) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita.

Ainda conforme a CLÁUSULA SÉTIMA, no Parágrafo Primeiro os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte do Município de Viçosa/MG e/ou do IBIO, observado, ainda, o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, relativamente à vedação de qualquer reajustamento ou correção de valores.

Considerando que a vigência inicial do Contrato se encerraria no dia 24 de junho de 2017, o Sr. Rodrigo Teixeira Bicalho, Diretor Presidente do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa/MG encaminhou ao IBIO documento justificando a necessidade de suspensão temporária do Contrato nº 35/2016, fundamentado nos seguintes fatos:

- Atraso nas análises dos produtos por parte da Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa/MG, do SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa - UFV, considerando a importância de uma análise criteriosa para que os projetos sejam aprovados com conteúdo de qualidade;
- Atraso no repasse de informações à empresa TECISAN por parte do SAAE Viçosa/MG;
- No “Estudo de Concepção” do Projeto de ampliação do sistema de abastecimento existente foram apresentadas algumas alternativas, sendo que a mais econômica para a implantação abrange o terreno da Universidade Federal de Viçosa/MG. Neste caso, se fazia necessária uma discussão junto ao Conselho da Universidade para verificar a viabilidade e autorização para as intervenções no terreno, sendo que a resposta da instituição era essencial para se avançar para a etapa de “Projeto Básico” com esta alternativa.

Sendo assim, foi celebrado no dia 13 de junho de 2017 o 1º Termo de Suspensão do Contrato nº 35/2016, cujo objeto é a suspensão temporária, em comum acordo, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Neste período, as informações técnicas solicitadas pela TECISAN ao SAAE – Viçosa foram devidamente disponibilizadas e o SAAE – Viçosa conduziu tentativas de conseguir uma definição da UFV para a escolha da alternativa técnica.

No dia 01 de setembro de 2017 foi assinado o 1º Termo de Interrupção da Suspensão, para retirada da suspensão e aditamento do contrato por mais seis meses, atendendo à solicitação do SAAE – Viçosa e da empresa TECISAN, respectivamente. Com isso, a novo término da vigência passou a ser 11/03/2018. Devido à falta de retorno da UFV, a empresa prosseguiu com as atividades enfatizando outras alternativas apresentadas.

Com vistas a novo aditivo de prazo, a TECISAN encaminhou solicitação ao IBIO, com as seguintes justificativas:

- Demora no repasse de dados solicitados pela CONTRATADA por parte do Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Viçosa;
- Tempo maior do que o previsto para a análise e aprovação dos volumes que compõem o Produto 2 – Estudo de Concepção;

- Solicitação feita pela equipe técnica do SAAE Viçosa, para alterar o traçado da adutora de água tratada, após aprovação do Produto 2, durante a realização do levantamento topográfico.

Com isso, foi celebrado no dia 26 de fevereiro de 2018 o 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2016, cujo objeto foi a prorrogação da vigência por mais 08 meses, com início em 12/03/2018 e término em 12/11/2018.

No dia 29 de outubro de 2018, a empresa TECISAN encaminhou ao IBIO novo pedido de aditamento de prazo, alegando os seguintes motivos:

- Tempo maior que o previsto para elaboração pela Tecisan do Produto 3, levantamento de dados em campo (topográfica e sondagens) devido a período de chuvas intensas na região, impossibilitando o andamento dos trabalhos, e a análise e aprovação do mesmo pelo SAAE, tudo isso gerando atrasos;
- Solicitação de alteração, pelo SAAE, do Projeto Básico da Elevatória de Água Bruta intempestivamente, pois já havia sido aprovado o Projeto Conceitual e a Tecisan apenas continuou o detalhamento para o Projeto Básico. Entretanto, o entendimento por parte da Equipe Gestora dessa questão intempestiva gerou atrasos para aprovação dos Projetos Básico e encaminhamento posterior a elaboração de orçamento.

Desta forma, foi celebrado no dia 6 de novembro de 2018 o 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2016, cujo objeto foi a prorrogação da vigência por mais 07 meses, com início em 13/11/2018 e término previsto em 13/06/2019.

Até o ano de 2018, foram entregues os Produtos 1, 2 e 3. Atualmente o Contrato encontra-se na fase de elaboração do Produto 4 – Projeto Executivo, último produto previsto em contrato.

➤ Contrato nº 36/2016

Contrato 36/2016		Programa	P41 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água no município de Viçosa/MG, conforme disposto no Lote 02:			
Valor	R\$ 514.000,00	Contratado	Belba Engenheiros Consultores Ltda		
Pago	R\$ 205.600,00	Data	24/11/2016	Prazo	26/11/2018
Saldo	R\$ 308.400,00	Gestor	Fabiano	Aditivos	2

Identificação no PIRH-Doce:

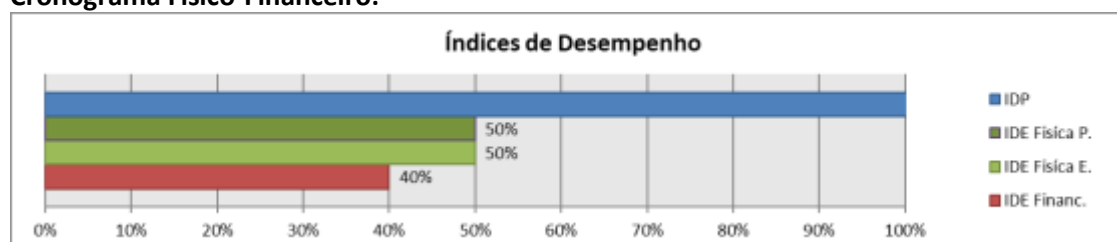
Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	10 meses	24 meses (contrato interrompido)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 36/2016, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura, publicação no endereço eletrônico do IBiO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita.

Ainda conforme a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte do Município de Viçosa/MG e/ou do IBiO.

Conforme solicitação de aditivo de prazo da Belba Engenheiros Consultores Ltda, empresa contratada para elaboração de estudos e projetos para a implantação de novo sistema de abastecimento de água no município de Viçosa – MG, ocorreram dificuldades relacionadas a:

- Obtenção de cotação de equipamentos e materiais, que não constam das planilhas de custo;
- Obtenção informações sobre outorgas já concedidas para os cursos d'água estudados;
- Mudança, no curso do Estudo de Concepção, sobre o tipo de ETA a considerar;
- Prazos de análise de documentos produzidos pela Belba, ou seja, Plano de Trabalho e Estudo de Concepção, consumiram cerca de 45 dias corridos e não estavam previstos no Cronograma de desenvolvimento dos estudos e projetos considerado no Edital Ato Convocatório nº 07/2016.

Atendendo à solicitação da referida empresa, no dia 22 de setembro de 2017 foi celebrado o 1º Termo Aditivo, sendo o Contrato nº 36/2016 prorrogado por mais seis meses.

Mais uma vez, foi solicitado aditivo de prazo pela contratada justificado pelas seguintes dificuldades:

- O primeiro Aditivo do Contrato nº 36/2016 prorrogou o prazo final de conclusão dos serviços de 24/09/2017 para 25/03/2018. Entretanto, somente em 01/12/2017 o Estudo de Concepção foi aprovado com a autorização de emissão da respectiva Nota Fiscal;
- Foi solicitado ao SAAE de Viçosa a marcação de visita da equipe da BELBA, inclusive de topografia, para o início dos levantamentos. Essa solicitação foi feita através de e-mail em 20/12/2017 e o retorno com agendamento para o dia 08/01/2018;
- Inicialmente, o Estudo de Concepção previa a implantação de ETA e reservatório pré-fabricados. Entretanto, por exigência da equipe de fiscalização do Contrato (SAAE e IBiO), ao final da elaboração do referido Estudo de Concepção foi prevista a implantação de ETA e Reservatório de Concreto Armado. Essa alteração implicou em mais demanda de tempo de elaboração dos projetos das referidas unidades.

No dia 08 de março de 2018 foi celebrado o 2º Termo Aditivo, sendo o Contrato nº 36/2016 prorrogado por mais oito meses, ficando o término previsto para 26/11/2018.

Chegando-se ao fim do prazo instituído pelo 2º Termo Aditivo, a Contratada havia realizado a entrega para análise de seu Produto 3, entretanto, o mesmo necessitava de adequações, conforme pareceres parciais emitidos pela Equipe Gestora do contrato, uma vez que, vários pontos previstos no Termo de Referência não estavam sendo atendidos.

Durante a execução dos serviços e elaboração dos produtos previstos no Contrato nº 36/2016 e apresentados pela BELBA, foram detectadas, pela Equipe Gestora de Contrato do Município de Viçosa e pelo IBiO, inconformidades e inadequações em relação aos requisitos e especificações técnicas dispostas no Anexo I - Termo de Referência (TDR), em especial:

- Atendimento aos prazos e adequações solicitadas pela EGC;
- Participação de reuniões solicitadas pela EGC;
- Alternativas sustentáveis para todas as unidades do sistema;
- Análise laboratorial da água do manancial de captação;
- Laudo imobiliário das áreas a serem desapropriadas;
- Definição dos produtos químicos;
- Dentre outros.

Considerando essas inconformidades e inadequações acima citadas, o IBiO notificou (Notificação Nº 039/2018/IBiO) a BELBA para apresentar justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos expostos, relativos às inconformidades e inadequações constantes do Produto 3: Projeto Básico, em face dos requisitos e especificações técnicas dispostas no Anexo I - Termo de Referência (TDR), do Contrato nº 36/2016, conforme apontado nos Pareceres Parciais emitidos pela Equipe Gestora de Contrato (EGC) no Município de Viçosa e pelo IBiO.

A contratada não se dispôs a realizar as adequações necessárias no Produto 3, se recusou a realizar novo aditivo e exigiu pagamento do produto já entregue mesmo que não aprovado. Contudo, o IBiO apenas realiza pagamentos de produtos aprovados e informou à Contratada que seria necessário a realização de novo aditivo para conclusão dos serviços. Em novembro de 2018, o prazo final do contrato foi atingido sem a conclusão dos serviços e sem a realização de novo aditivo.

Diante do exposto, o IBIO, em janeiro de 2019, aplicará penalidade de multa, diante da gravidade dos atos praticados pela Empresa BELBA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA., caracterizado por:

- Não cumprimento do objeto contratado em relação ao Produto 3: Projeto Básico, deixando de executá-lo conforme os requisitos e especificações técnicas dispostos no Anexo I - Termo de Referência (TDR);
- Não realizando as adequações/readequações para atendimento aos apontamentos dispostos nos pareceres do IBIO AGB Doce e/ou do Município de Viçosa; e
- Não atendimento à Notificação Nº 039/2018/IBIO para proceder à complementação e readequação do Produto 3: Projeto Básico, de forma a atender aos requisitos e especificações técnicas dispostos no Anexo I - Termo de Referência (TDR) e aos apontamentos dispostos nos pareceres do IBIO AGB Doce e/ou do Município de Viçosa.

➤ Contrato nº 37/2016

Contrato 37/2016		Programa	P41 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio / CBH Caratinga			
Objeto		Este Contrato tem por objeto prestação de serviços de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios de Córrego Novo, Itaverava, Pingo D'água, São Gonçalo do Rio Abaixo, Belo Oriente, Joanésia, Santo Antônio do Itambé, Entre Folhas e Ipaba, em atendimento ao Programa de Universalização do Saneamento (P41).			
Valor	R\$ 763.500,00	Contratado SHS Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda EPP			
Pago	R\$ 763.500,00	Data	28/11/2016	Prazo	29/05/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Cynthia		Aditivos 1

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Universalização do Saneamento

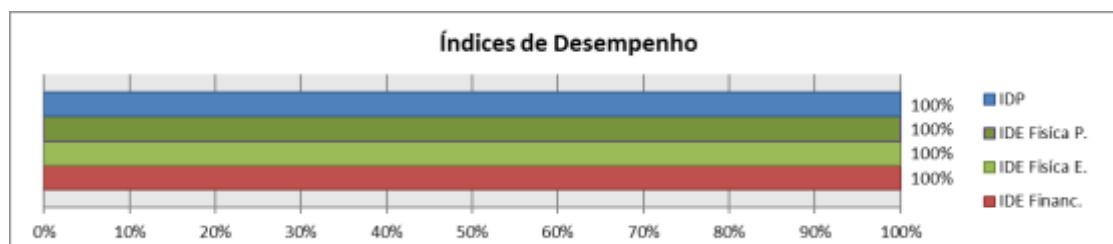
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	45 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	18 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 37/2016, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser

prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos da legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita. Ainda conforme a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela 01 da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios e/ou do IBIO.

Com o objetivo de prorrogação de prazo, em novembro de 2017, a empresa SHS Consultoria e Projetos de Engenharia LTDA apresentou as seguintes considerações:

- O fato de o contrato ter sido assinado apenas alguns dias antes do recesso de fim de ano de 2016;
- A mudança dos governos municipais em janeiro de 2017, devido às eleições municipais de 2016, que demandou um tempo maior do que o normal para que os gestores comesçassem a “despachar”;
- A dificuldade encontrada quando pessoas de diversas áreas do conhecimento e dotadas de diferentes motivações precisam discutir, avaliar e complementar um grande volume de informações como as tratadas nos Produtos 3, 4 e 5;
- A dificuldade encontrada na conciliação de datas para a realização de reuniões dos gestores com a consultoria de avaliação feita pelo IBIO, entre outras dificuldades.

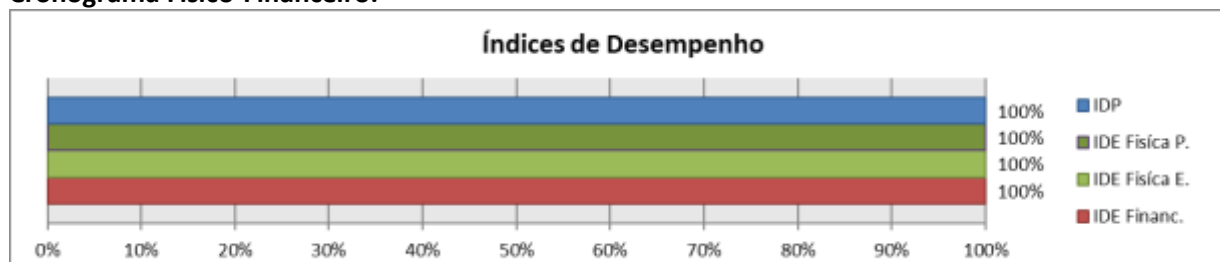
Atendendo à solicitação da referida empresa, foi celebrado o 1º Termo Aditivo, sendo o Contrato nº 37/2016 prorrogado por mais seis meses, com término previsto para maio de 2018. As atividades referentes ao Contrato, iniciadas em novembro de 2016, se encerraram em maio de 2018.

➤ **Contrato nº 04/2017**

Contrato 04/2017		Programa	P41 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio / CBH Caratinga /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por Profissional Autônomo, de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos 09 (nove) Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.			
Valor	R\$ 127.800,00	Contratado Ana Raquel Teixeira Torchetti Resende			
Pago	R\$ 127.800,00	Data	26/01/2017	Prazo	06/06/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Cynthia	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:Programa: Universalização do SaneamentoSubprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga**Modalidade de Aplicação:** Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	45 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	17 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

As atividades do Contrato se iniciaram no mês de janeiro de 2017. Devido a mudança dos governos municipais neste período, em função das eleições municipais de 2016 e de dificuldades para a realização de algumas reuniões relacionadas aos produtos do PMSB, ocorreu certo atraso na

execução das atividades, sendo necessário realização de um aditivo de prazo. Entretanto, não comprometeu o andamento dos serviços. Este contrato se encerrou em junho de 2018.

5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2.

Na Tabela 13 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA).

Tabela 13 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P41

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - PMSB						
Investimento Previsto no PAP	3.270,00	1.017,00	0,00	0,00	0,00	4.287,00
Investimento Realizado	4.391,80	1.322,36	318,18	0,00	0,00	6.032,34
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - Projeto SAA						
Investimento Previsto no PAP	1524,00	1635,00	1000,00	1000,00	1000,00	6159,00
Investimento Realizado	0,00	354,55	120,91	0,00	0,00	475,46

No ano de 2017, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), referente à elaboração de PMSB, o investimento realizado com o recurso da união foi de R\$ 1.322 mil. Com esse investimento foi realizado o pagamento dos Produtos dos PMSB de diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce, conforme já descrito no item anterior. Como pode ser observado na Tabela 13, apresentada acima, em 2016, 2017 e 2018, os investimentos realizados superam o investimento previsto no PAP para estes anos.

Em 2016 e 2017 isso ocorreu em função de parte dos pagamentos realizados serem ainda referentes aos valores alocados no PAP 2012-2015. Para o período 2012-2015, o valor total alocado no P41 (Elaboração de PMSB) foi R\$ 7.847 mil, sendo que, até o final do ano de 2015, apenas R\$ 1.597 mil foram gastos. Isso ocorreu em função de atrasos nos contratos de elaboração de PMSB celebrados nos anos de 2014 e 2015.

A situação verificada no ano de 2018 corresponde ao que já foi relatado anteriormente no item sobre os atrasos ocorridos nos Contratos 37/2016 e 04/2017, onde, devido às dificuldades que

impossibilitaram a finalização dos serviços ainda em 2017, alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados neste referido ano foram efetivamente realizados em 2018.

Já no que se refere à elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (Projetos SAA), houve um investimento de R\$ 355 mil no ano de 2017 e de R\$ 121 mil no ano de 2018. Tais investimentos referem-se a pagamentos de alguns dos produtos referentes aos contratos de dois projetos para o município de Viçosa, que totalizam R\$ 915 mil. Cabe ressaltar que, como mencionado anteriormente no item sobre os atrasos ocorridos no Contrato nº 36/2016, o desembolso total do investimento previsto para Viçosa ficará comprometido. Apresentamos na Tabela 14 logo abaixo o detalhamento dos Recursos ANA alocados para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado de Minas Gerais. E na Tabela 15 os Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado do Espírito Santo.

Tabela 14 – Valores Previstos no PAP 2016/020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	128,00	234,00	0,00	0,00	0,00	362,00
Investimento Realizado	142,45	156,84	91,39			390,68
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	55,00	122,00	0,00	0,00	0,00	177,00
Investimento Realizado	31,80	79,06	25,28			136,13
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	170,00	399,00	0,00	0,00	0,00	569,00
Investimento Realizado	107,51	273,85	127,66			509,02
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	1550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1550,00
Investimento Realizado	2238,79	632,32	0,00			2871,11
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	587,00	262,00	0,00	0,00	0,00	849,00
Investimento Realizado	1111,77	174,13	73,86			1359,76
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	393,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393,00
Investimento Realizado	457,59	4,62	0,00			462,21
Total de Investimentos Previstos	2.883,00	1.017,00	0,00	0,00	0,00	3.900,00
Total de Investimentos Realizados	4.089,91	1.320,82	318,18	0,00	0,00	5.728,91

Tabela 15 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo – Programa P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	83,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83,00
Investimento Realizado	136,12	1,54	0,00			137,66
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH09 Pontões e Lagoas do Doce						
Investimento Previsto no PAP	304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,00
Investimento Realizado	165,76	0,00	0,00			165,76
Total de Investimentos Previstos	387,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387,00
Total de Investimentos Realizados	301,89	1,54	0,00	0,00	0,00	303,43

Na Tabela 16 apresentamos o recurso ANA alocado para elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Tabela 16 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P41 (SAA)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	424,00	635,00	0,00	0,00	0,00	1059,00
Investimento Realizado	0,00	354,55	120,91			475,46
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - DOCE						
Investimento Previsto no PAP	1100,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	5100,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	1524,00	1635,00	1000,00	1000,00	1000,00	6159,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	354,55	120,91	0,00	0,00	475,46

5.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto: Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R\$ 182.627.150,00

5.6. Ações do IBIO

Para uma melhor compreensão das ações realizadas pelo IBIO, no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), as mesmas foram divididas em ações referentes a:

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Projetos de Abastecimento de Água.

Cabe destacar também o trabalho de apoio do IBIO ao Grupo de Trabalho de Gestão de Resíduos Sólidos, criado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos – CTGEC do CBH-Doce. Maiores informações serão apresentadas no item 5.6.3.

5.6.1. Planos Municipais de Saneamento Básico

Desde 2013 vieram sendo realizadas contratações de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). As contratações ocorreram nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Ao longo de todos esses anos, e ainda durante os anos de 2017 e 2018, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB, tendo em vista os vários municípios contemplados. Ao todo, foram contratados e finalizados 165 PMSB na Bacia do Rio Doce. Ao longo de todo o ano de 2017 até maio de 2018, ocorreu, efetivamente, a elaboração dos PMSB de 9 municípios, sendo que para os demais 156 já haviam sido concluídos ou estavam em fase de encerramento no início de 2017.

Algumas atividades principais relacionadas a esses PMSB podem ser destacadas, como reuniões para acompanhamento da elaboração dos PMSB; acompanhamento de consultores; estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB; realização de seminários de saneamento; relação com o Ministério Público de Minas Gerais.

Reuniões e alinhamentos para acompanhamento da elaboração dos PMSB e acompanhamento de consultores

Até maio de 2018 foram realizados alinhamentos com a empresa que estava elaborando os 9 PMSBs remanescentes, bem como com a consultora contratada (Figura 61), por meio de reuniões, e-mails e telefonemas. Além disso, buscou-se sempre entrar em contato com representantes dos municípios para se obter um feedback sobre o trabalho realizado pela empresa e consultora, além de sanar dúvidas que surgiram ao longo das atividades.



Figura 61 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel no início de seu contrato, em 2017.

Buscou-se também, sempre manter os CBHs envolvidos na contratação dos PMSBs remanescentes, informando as datas de eventos, realizando reuniões de alinhamentos e sugestões, informando o andamento das atividades nas reuniões de Plenárias e Câmaras Técnicas. Além disso, ao longo do contrato alguns municípios precisaram de apoio junto ao Ministério Público para esclarecimentos referentes aos serviços de saneamento. Dessa forma, foram elaborados Ofícios informando a situação dos PMSBs e até acompanhando os municípios em reuniões com Promotores.

Estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB e Seminários de Saneamento Básico

Como já informado, ao final de 2016, 156 municípios tinham seus PMSBs aprovados e 9 em elaboração. Diante disso, já durante o ano de 2016, foi discutido como continuar apoiando os municípios na implantação dos seus PMSBs nos próximos anos. Foram realizadas diversas reuniões para discussões das estratégias no CBH-Piranga e CBH-Piracicaba ainda naquele ano. Em 2017 as discussões também foram realizadas nas Câmaras Técnicas e Plenárias dos CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçu, CBH-Caratinga e CBH-Manhuaçu.

Nos CBH's em que os PMSBs haviam sido elaborados há mais tempo, que são os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba e CBH-Manhuaçu, foi aprovada a estratégia de primeiramente enviar um questionário online para os municípios, que levantariam as reais dificuldades para a implantação das ações previstas nos PMSBs, para que a partir delas fossem previstos treinamentos e discussões. O questionário abrangia perguntas sobre a elaboração e aprovação do PMSB, prestação dos serviços, saneamento rural, regulação, sustentabilidade econômica, controle social, execução e acompanhamento de ações.

Além de divulgar os questionários nas reuniões dos CBHs, os mesmos foram enviados juntamente com um ofício explicativo, por e-mail, para cada um dos municípios. Diversas tentativas foram efetivadas por e-mail e ainda realizadas ligações para ressaltar a importância da resposta aos questionários. A Figura 62 ilustra o questionário enviado.

Acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico

Ícones: ÁGUA, RESÍDUOS SÓLIDOS, ESGOTO, DRENAGEM URBANA

Municípios: CBH-DOCE, CBH-PIRANGA/MG, CBH-PIRACICABA/MG, CBH-SANTO ANTÔNIO/MG, CBH-SUAÇUI/MG, CBH-CARATINGA/MG, CBH-MANHUAÇU/MG, CBH-GUANDU/ES, CBH-SANTA MARIA DO DOCE/ES, CBH-PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE/ES, CBH-SARRA SECA E POZ DO RIO DOCE/ES

O questionário tem como objetivos:

- 1) Levantar as dificuldades e os avanços dos municípios da bacia do Rio Doce no que se refere à implantação do PMSB.
- 2) Possibilitar que o "2º Seminário de Saneamento" (em data ainda a ser definida e divulgada) tenha um conteúdo focado nas necessidades atuais dos municípios e seja útil para o avanço do saneamento na bacia. Por isso, é importante que suas respostas correspondam exatamente ao que ocorre no município.

Tempo para responder: aproximadamente **10 minutos**

Responsável pelo preenchimento

Município: *

Nome: *

Figura 62 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios

Foi obtida uma grande adesão dos municípios nas respostas aos questionários, sendo:

- CBH Piranga: de 42 municípios que receberam o questionário, 32 responderam.
- CBH Piracicaba: de 17 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.
- CBH Manhuaçu: de 23 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram interessantes, pois demonstraram que, no geral, as maiores necessidades dos municípios estavam associadas a três grandes áreas: saneamento rural, fontes de recursos e regulação dos serviços. A título de ilustração, a Figura 63 apresenta o resultado da pergunta "Há cobrança pelo serviço de abastecimento de água no município?", constante do questionário do CBH-Piranga.

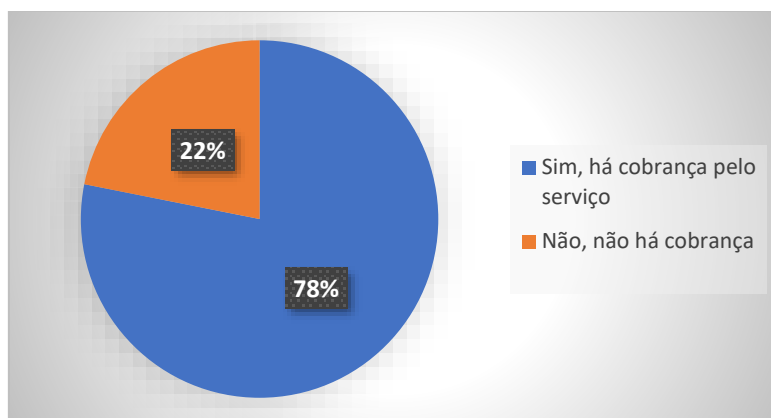


Figura 63 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga

Dessa forma, a partir dessas principais dificuldades foram convidadas instituições e profissionais para apresentarem nos Seminários de Saneamento Básico realizados nas Bacias. A seguir são descritos cada um dos Seminários de Saneamento realizados, sendo que em 2017 ocorreram nas Bacias do rio Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga. Vale comentar que todos os Seminários foram organizados pelo IBIO, incluindo a divulgação, convite e mobilização dos participantes, infraestrutura dos eventos, convite dos palestrantes, entre outros. Além disso, em alguns Seminários o IBIO também participou como palestrante, tendo em vista o conhecimento sobre o saneamento da bacia.

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piranga:** ocorreu no dia 03/05/2017, em Ponte Nova e contou com apresentações de representantes da Funasa, Cisab Zona da Mata, ARSAE, Emater, IBIO e CBH.
- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba:** ocorreu nos dias 28 e 29/03/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Caixa Econômica, Ministério Público, ARSAE, UFMG, UNIFEI, IBIO e CBH.
- **1º Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio:** ocorreu no dia 31/08/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Emater, IBIO e CBH.
- **1º Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí:** ocorreu no dia 12/07/2017, em Governador Valadares e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsa, Ardoce, IBIO e CBH.
- **1º Seminário de Saneamento do CBH Caratinga:** ocorreu no dia 01/06/2017, em Caratinga e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsa, SAAE-GV, IBIO e CBH.

O IBIO realiza um trabalho de acompanhamento junto aos municípios sobre a aprovação dos PMSBs elaborados, por meio de leis municipais. Ainda em 2018 essas informações foram obtidas e alimentaram a base de dados. Cabe destacar que, com o fechamento do contrato de PMSBs remanescentes, com a devida entrega de seus produtos previstos e a partir de informações sobre os demais municípios, constatou-se que todos os 228 municípios da Bacia do Rio Doce apresentam PMBS.

Relação com o Ministério Público de Minas Gerais

Ainda em 2015, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce do Ministério Público de Minas Gerais solicitou informações sobre o conteúdo dos PMSBs, no que se refere aos serviços de limpeza urbana e manejo e resíduos sólidos. Mais especificamente, a

requisição consistiu em informar se o PMSB apresentava o conteúdo mínimo necessário de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e se esse conteúdo havia sido objeto de contratação.

Considerando que os Atos Convocatórios para a contratação do PMSB previam que o conteúdo dos produtos dos PMSBs deveriam contemplar os requisitos mínimos exigidos no artigo 19 da Lei nº 12.305/2010 e no artigo 51 do Decreto nº 7.404/2010, que corresponde ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), foram iniciadas diversas análises, pareceres e reuniões junto ao Ministério Público, empresas e consultores envolvidos para definir uma complementação dos PMSBs.

A partir disso, as empresas Engecorps Engenharia S.A. e Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda elaboraram produtos complementares, intitulados como “Produto 9 – Plano simplificado de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos”, para os municípios de Bom Jesus do Amparo e Rio Casca, respectivamente, que ainda estavam com as atividades de elaboração do PMSB em andamento. Os produtos foram elaborados para os dois municípios citados, o de Rio Casca necessitou ser adequado e o de Bom Jesus do Amparo foi aprovado pelo Ministério Público, mais especificamente pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, que, então, recomendou que o trabalho fosse replicado aos demais municípios que se encontravam na mesma situação. Ao todo, 55 Municípios receberam o Produto 9 com as complementações necessárias.

Em 2017, foram concluídos os Produtos 9 de 10 municípios, além do de Bom Jesus do Amparo, e em 2018 os demais 44. Vale ressaltar que os consultores que haviam sido contratados na época do PMSB também foram acionados e envolvidos na validação dos Produtos 9.

Além dos questionamentos realizados sobre o conteúdo de resíduos sólidos, o Ministério Público solicitou informações sobre diversos municípios da Bacia do Rio Doce, principalmente aqueles que elaboraram os PMSBs por meio dos CBHs e IBIO, como prazos, abrangência na área rural, andamento dos Produtos, entre outros. Vale comentar ainda que o Ministério Público esteve presente em alguns dos Seminários de Saneamento Básico realizados na bacia do rio Doce, na mesa de abertura e em palestras.

5.6.2. Projetos de Abastecimento de Água

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, tendo em vista os contratos já celebrados e já mencionados anteriormente, e o Edital de Chamamento Público para novos projetos que foram abertos em 2017.

No que diz respeito aos Projetos de Abastecimento de Água contratados para Viçosa, consistem em dois projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água para o referido município. Os contratos foram firmados no ano de 2016.

Para o acompanhamento e validação dos Produtos foi formada a Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa – UFV, além do IBIO.

Durante o ano de 2017 e 2018, diversas reuniões foram realizadas entre o IBIO, as empresas e a Equipe Gestora do Contrato para discussão e aprovação do conteúdo dos Produtos, alinhamento com as empresas e apreciação da população, visando a transparência e controle social do processo de elaboração dos projetos.

Ressalta-se que todos os Produtos elaborados pela empresa são aprovados pela Equipe Gestora de Contratos e apreciados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG. As Figuras (Figura 64 e Figura 65), ilustram algumas das reuniões realizadas.



Figura 64 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato



Figura 65 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG

Atualmente, encontra-se em andamento o contrato com a empresa Tecisan, a qual está elaborando o Produto 4, último produto previsto no escopo do contrato. O contrato com a empresa Belba, conforme já relatado anteriormente, se encerrou mesmo não tendo a mesma concluído as atividades previstas, tendo o IBiO realizado, inclusive, notificação referente aos não atendimentos da Contratada no que tange o Termo de Referência. Em 2019, as questões junto à Belba, que dizem respeito à esta contratação, deverão ser resolvidas judicialmente.

Ainda no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, é importante comentar sobre o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, publicado em 22/08/2017, após um longo período de discussões junto ao CBH Doce e CBHs afluentes para sua aprovação. O Edital foi um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes, para contemplar os municípios com Projetos de Abastecimento de Água, no âmbito do P41, e Projetos de Esgotamento Sanitário, no que se refere ao P11.

Ao todo, 140 Municípios manifestaram interesse no Edital, sendo que 106 pleitearam projetos de abastecimento de água. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) e de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a Bacia pode ser observada Figura 66.

Em 2018 foi publicado o Resultado Final, tendo 30 municípios classificados para os Projetos de Sistema de Abastecimento de Água, 35 municípios classificados para os projetos de Sistema Esgotamento Sanitário, como pode ser observado na Figura 67.

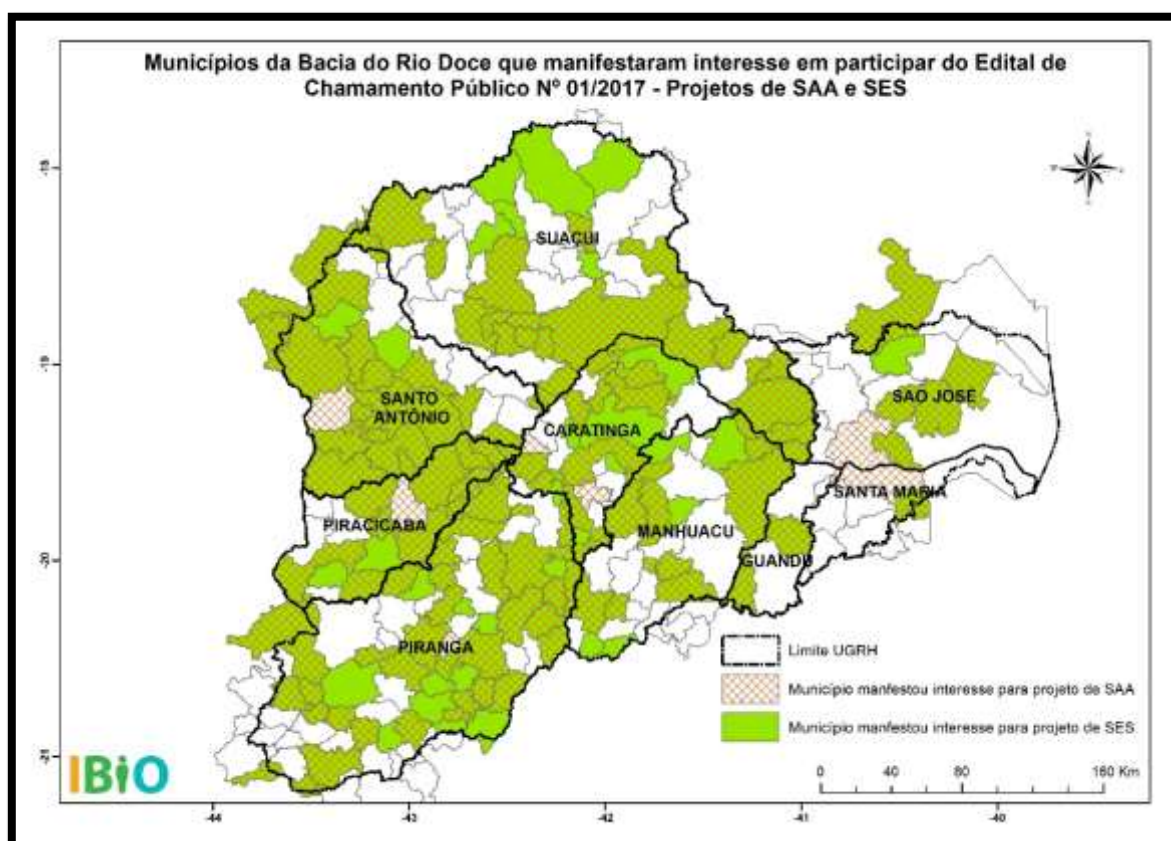


Figura 66 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para os Programas P11 e P41



Figura 68 – Reunião GT Resíduos

O GT discutiu, dentre outras questões, a definição dos critérios a serem utilizados para elaborar uma proposta de incorporação de municípios em algum consórcio existente e também qual seria o consórcio ideal para aqueles municípios que estão em vários consórcios.

Durante as reuniões levantava-se informações, discutia-se textos do documento da proposta, fazia-se adequações, aprovava-se textos e distribuía-se tarefas, quando coubesse. O IBiO deu grande apoio na elaboração do documento.

Participaram das discussões e da elaboração do documento representantes do CBH-Doce, IBiO, Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR), Fórum Permanente dos Prefeitos dos Municípios da Calha do rio Doce, Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Fundação Renova, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir) e Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb).

A proposta foi aprovada pelo CBH-Doce através da Deliberação *ad referendum* CBH-DOCE Nº 71, de 21 de agosto de 2018. A Deliberação pode ser acessada no link: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Delibera%C3%A7%C3%A3o-71-Aprova-Proposta-de-SGIRS-Doce.pdf>.

5.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na Bacia do Rio Doce. Além disso, quanto a elaboração de Projetos de SAA, o município de Viçosa está sendo contemplado e houve ao lançamento do Edital de Chamamento Público Nº 01/2017 para contemplar mais municípios. Em 2018, com a conclusão dos 165 PMSB com recursos da cobrança, todos os 228 municípios da bacia do rio Doce estão contemplados com PMSB, que é um instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41).

A principal dificuldade encontrada no âmbito dos PMSB remanescentes elaborados, é com relação às prefeituras, que possuem limitada capacidade técnica, sendo um obstáculo para a compreensão e validação dos Produtos. De maneira geral, os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não apresentavam dedicação exclusiva a tal tarefa.

Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua ausência durante as atividades de elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos. O envolvimento da sociedade nos eventos que ocorrem durante a elaboração do PMSB e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

No que se refere aos projetos de abastecimento de água em elaboração no Município de Viçosa-MG, as principais dificuldades foram nos entraves junto à UFV para definição do traçado do projeto; a dificuldade das empresas adequarem os Produtos nas exigências do Termo de Referência; e a demora no repasse de informações do SAAE às empresas e na análise dos Produtos. Essas dificuldades acarretaram na necessidade de realização de aditivos de prazos dos dois contratos existentes e, em certo momento, mais especificamente em novembro de 2018, diante da necessidade de novo aditivo, uma das contratadas não se dispôs a assinar tal documento, solicitando encerramento do contrato e o pagamento de produto não aprovado. O IBIO não realiza pagamento de produtos não aprovados e informou à empresa que seria necessário realizar aditivo para dar prosseguimento às atividades. Diante da negativa da empresa, seu contrato atingiu o prazo limite sem a devida conclusão dos serviços, sendo necessário, agora, que as questões deste contrato sejam resolvidas judicialmente.

Já quanto ao Edital de Chamamento Público Nº 01/2017, para contratação de novos projetos de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), e também de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), as principais dificuldades foram a morosidade do CBH-Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público em 2017; a necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público entre 2017 e 2018; a falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

Cabe destacar que a reestruturação do IBIO, ocasionada por diversos fatores, como a falta de repasse de recursos da cobrança e a falta de previsibilidade quanto aos repasses realizados pelo IGAM e a descontinuidade do aporte adicional de recursos por parte da ANA, impactaram fortemente a estrutura do IBIO em 2018, que foi adequada aos recursos previstos exclusivamente para o custeio da ED, referentes à parcela dos 7,5% da cobrança pelo uso da água. Desta forma, foi necessária uma reestruturação da entidade, através da redução do quadro de empregados. Essa reestruturação afetou todo o planejamento existente referente a dar prosseguimento à contratação dos projetos, tanto de SES (P11) quanto de SAA (P41), além de previsões de outros programas.

6. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

6.1. (P42) - Programa de Expansão de Saneamento Rural

6.2. Descrição

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Enquanto o atendimento domiciliar com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos na zona rural pode contar com a participação das concessionárias destes serviços, nos municípios da Bacia, o saneamento rural deve envolver principalmente os órgãos de extensão rural e as prefeituras municipais.

Para o presente programa, considerou-se o atendimento aos domicílios para fins de determinação dos investimentos, uma vez que a informação a respeito da cobertura da extensão rural não permite a proposição de um objetivo minimamente possível de ser alcançado. A sensibilização para este tema deve ser inserida no Programa de Educação Ambiental.

Pelo prognóstico, a Bacia do Rio Doce apresenta vários trechos com águas de classe 4, em parte devido aos altos índices de DBO, sendo uma Bacia com extensa área rural, a preocupação com os resíduos gerados por esta população é coerente, pois também contribuem para a alteração da qualidade da água e na incidência de doenças de veiculação hídrica. Além disto, a disposição inadequada de resíduos sólidos pode favorecer a processos erosivos.

O Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Seu objetivo versa sobre a:

- Melhoria gradativa da qualidade de vida no meio rural;
- Redução de material contaminante ou redutor da qualidade da água arrastado para os rios;
- Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.

O escopo deste programa consiste na análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades, abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas, implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

6.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 -

Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural deverão ser implementados, preferencialmente, em conjunto.

Atendendo esta recomendação os Programas P12, P42 e P52 estão sendo implementados em conjunto e todo o detalhamento e informações sobre o mesmo podem ser observadas no item 3.3 (Contratações e Resultados – P12) deste Relatório.

6.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Nas tabelas (Tabela 17, Tabela 18, Tabela 19) abaixo encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P42.

Tabela 17 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P42

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42)						
Investimento Previsto no PAP	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	612,00	4.612,00
Investimento Realizado	0,00	121,98	127,71	0,00	0,00	249,69

Tabela 18 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais - Programa P42

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	124,00	124,00	124,00	124,00	0,00	498,00
Investimento Realizado	0,00	42,77	36,07			78,85
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	56,00	56,00	56,00	56,00	0,00	222,00
Investimento Realizado	0,00	4,56	5,55			10,11
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	420,00
Investimento Realizado	0,00	66,91	56,06			122,97
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						

Investimento Previsto no PAP	209,00	209,00	209,00	209,00	209,00	1043,00
Investimento Realizado	0,00	7,74	30,03			37,76
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	103,00	103,00	103,00	103,00	0,00	412,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	112,00	112,00	112,00	112,00	112,00	558,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	708,00	708,00	708,00	708,00	320,00	3152,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	121,98	127,71	0,00	0,00	249,69

Tabela 19 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo - Programa P42

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	68,00	68,00	68,00	68,00	68,00	339,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	376,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	149,00	149,00	149,00	149,00	149,00	745,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	292,00	292,00	292,00	292,00	292,00	1460,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No final de 2017, o processo de contratação de uma empresa para a realização de Diagnósticos e Projetos em imóveis rurais (primeira etapa do Rio Vivo) foi finalizado para a UGRH 4. Os primeiros produtos a serem entregues ocorreram em janeiro de 2018, mês onde se iniciou o pagamento dos produtos referente ao contrato 38/2017. Por sua vez, o processo de contratação de uma empresa fiscalizadora da UGRH 4 ocorreu em março de 2018 (Contrato 04/2018), sendo que neste ano iniciou-se o pagamento dos pareceres conclusivos emitidos por esta empresa. Além disto, no ano de 2018, os pagamentos realizados incluem, também, os contratos referentes a elaboração de Diagnósticos e Projetos e a fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3, a saber: 29/2017, 30/2017, 31/2017, 32/2017, 33/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017.

Atualmente, o Rio Vivo contempla áreas de 54 municípios localizadas nas porções das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. Foram iniciadas discussões sobre o andamento do Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas, entretanto, a reestruturação do IBIO, ocorrida em 2018, afetou todo o planejamento para a continuidade dessa iniciativa pelas demais sub-bacias do Rio Doce.

Com a redução da equipe do IBIO, não foi possível prosseguir com as discussões sobre o Rio Vivo junto aos Comitês de Bacia nas UGRHs onde o mesmo ainda não foi implementado. As discussões com os comitês mineiros ainda necessitam de sequência para maiores definições. Está sendo verificada a possibilidade de retomar as discussões nas UGRHs 5 e 6 em 2019, contudo, considerando-se a nova capacidade de atendimento do IBIO. Aos comitês capixabas, ficaram suspensos quaisquer atendimentos, o que implica na não continuidade de discussões sobre o Rio Vivo nessa porção da bacia.

No geral, os desembolsos de 2018 se tratam dos pagamentos dos produtos referentes ao Rio Vivo nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

6.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural

Objeto: Análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

Valor Estimado: R\$ 4.000.000,00

6.6. Ações do IBIO

O P42 vem sendo implementado em conjunto com os programas P12 e P52. A princípio esta implementação conjunta vem sendo iniciada nas UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba, 3 - Santo Antônio e 4 - Suaçuí. Maiores detalhes desta implementação conjunta se encontram no item 3.6 (Ações do IBIO – P12) deste Relatório.

6.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P42 em conjunto com os programas P12 e P52, ver item 3.7 (Principais Deficiências e Dificuldades – P12) deste Relatório.

7. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

7.1. (P52) - Programa de Recomposição de APPS e Nascentes

7.2. Descrição

A Bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da Bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações prioritizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;
- Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

7.3. Contratações e Resultados

O Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52 vem sendo implementado na Bacia do Rio Doce de duas maneiras.

Primeira - Implementação do P52 de acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, onde consta que, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto. Essa iniciativa de implementação conjunta dos três programas mencionados recebeu o nome de Rio Vivo e, hoje, está ocorrendo por meio dos Contratos nº 29/2017, 30/2017, 31/2017, 32/2017, 33/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017 e 04/2018. Maiores detalhes podem ser observados no item 3.3 (Contratações e Resultados - P12) deste Relatório.

Segunda - Implementação do P52 de forma isolada tendo já ocorrido nas UGRHs 3, 5, 7, 8 e 9.

Na UGRH 3, a contratação de projetos de cercamento de nascentes, por meio do Contrato nº 33/2016, se iniciou em dezembro de 2016 e se encerrou em outubro de 2017. Para a continuação desse programa na UGRH 3, foi elaborado Ato Convocatório para contratação de empresas executoras, o qual foi publicado em 2018, entretanto, necessitou ser revogado devido à falta de profissionais no IBIO para gerir o contrato, consequência da reestruturação da entidade. Desse modo, em 2018, não houver contratos vigentes para a implementação do P52 de maneira isolada nesta UGRH. Existe a previsão de se retomar com referida contratação da empresa executora no ano de 2019.

Na UGRH 5, o P52 se encontra em andamento, tendo o Contrato nº 34/2017, de execução de projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, se iniciado em outubro de 2017 e com previsão de término para abril de 2019. No momento, a empresa contratada se encontra elaborando seu último produto previsto no contrato.

Nas UGRHs 7, 8 e 9, o Contrato nº 34/2015, de prestação de serviços de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de projetos de plantio de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis, iniciado em setembro de 2015 e com previsão de encerramento para abril de 2018, necessitou de novo aditivo para prorrogação do prazo, uma vez que, os serviços contratados não seriam executados à tempo, entretanto, durante o processo de aditivo a empresa contratada não apresentou regularidade fiscal e desse modo o contrato foi rescindido. Até o momento em que o contrato permaneceu vigente o quantitativo entregue de CAR e projetos foi de 499, dos 600 previstos. Além disso, foi suprimido do contrato o Relatório Final das atividades, último produto a ser entregue pela Contratada.

A Figura 69 apresenta os Municípios da Bacia do Rio Doce que foram contemplados com o P52 de maneira isolada.

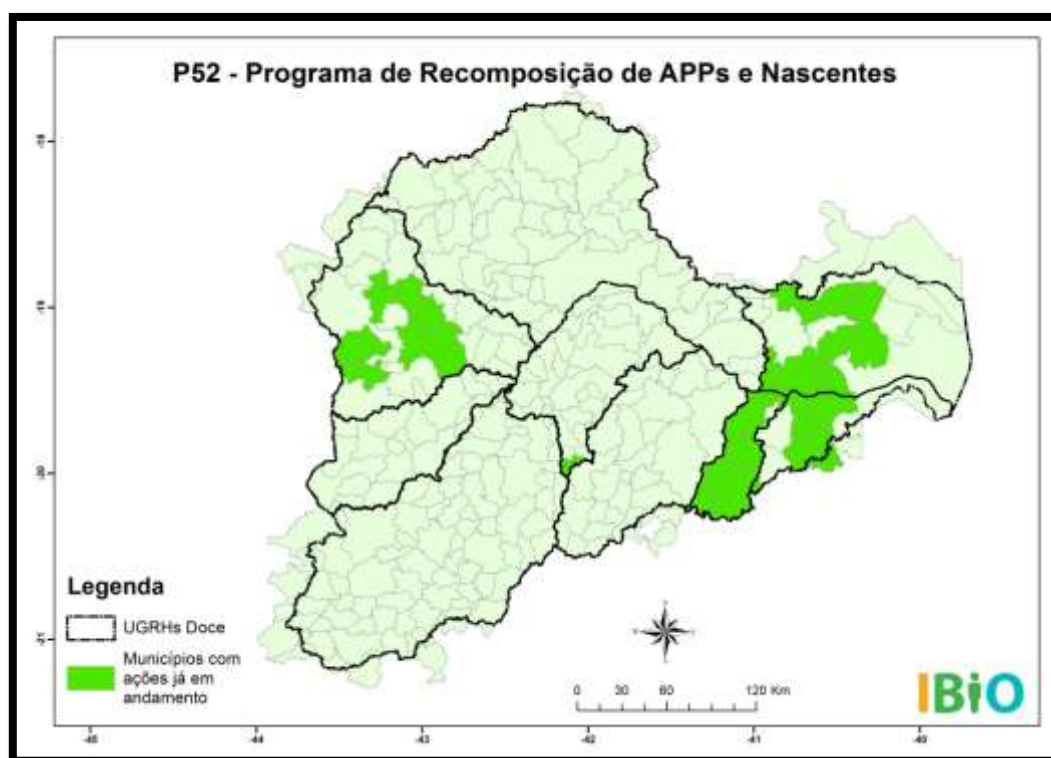


Figura 69 – Municípios atendidos pelo Programa P52.

Os contratos implementados em conjunto com os Programas P12 e P52 e todo o detalhamento e informações sobre os mesmos podem ser observadas no item 3.3 (Contratações e Resultados – P12) deste Relatório. Apresentamos abaixo andamentos e resultados gerados dos contratos celebrados pelo IBiO relacionados à implementação do P52 de forma isolada.

➤ Contrato nº 34/2015

Contrato 34/2015		Programa	P52 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce			
Objeto		Prestação de serviços de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de projetos de plantio de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis.			
Valor	R\$ 945.971,40	Contratado	V & S Florestas e Sustentabilidade Ltda – ME		
Pago	R\$ 684.646,59	Data	01/09/2015	Prazo	04/04/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Elter	Aditivos	4

- **Observação:** Supressão de R\$ 261.324,81.

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas.

Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce.

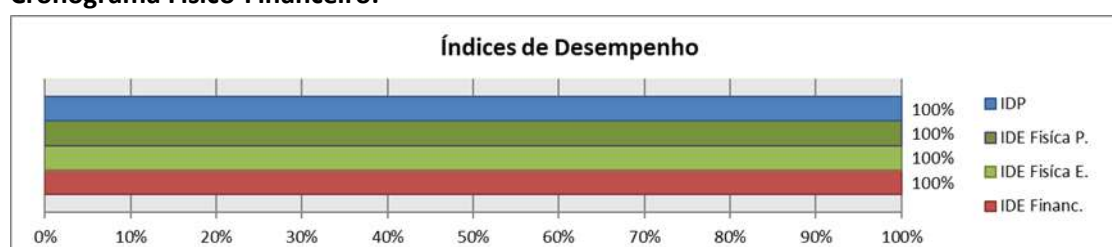
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	31 meses (Finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Parte do valor do contrato foi suprimido.

Na data de 04/05/2016 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 001/2016, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O primeiro Termo Aditivo teve início em 02/06/2016 e termo final em 02/12/2016, ficando o contrato prorrogado por um período de 06 (seis) meses.

Na data de 28/10/2016 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 003/2016, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O segundo Termo Aditivo teve início em 03/12/2016 e termo final em 03/06/2017, ficando o contrato prorrogado por um período de 06 (seis) meses.

Na data de 15/05/2017 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 001/2017, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O Terceiro Termo Aditivo teve início em 04/16/2017 e termo final em 04/01/2018, ficando o contrato prorrogado por um período de 07 (sete) meses.

Na data de 28/09/2017 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 003/2017, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O objetivo do Quarto Termo Aditivo foi a alteração do 3º Termo Aditivo, promovendo a prorrogação da vigência do Contrato por mais 04 (quatro) meses, além dos 07 (sete) meses já previstos no referido 3º Termo Aditivo, passando o contrato a ter como termo final o dia 04/04/2018.

Ao final do primeiro trimestre de 2018, tendo a necessidade de novo aditamento ao Contrato nº 34/2015 para prorrogação de seu prazo de vigência, com o objetivo de se concluir o objeto contratado, ainda em fase de execução, durante a análise da documentação da Empresa V & S FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE LTDA – ME, para se proceder ao aditamento, foi constatado que a mesma se encontrava irregular para com a Justiça do Trabalho, com a correspondente expedição da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas. Considerando que a Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações, em seu Artigo 27, IV, expressamente dispõe quanto à necessidade de se exigir a regularidade fiscal e trabalhista como condição para habilitação nos certames em que se utilizem recursos públicos, bem como dispõe o Ato Convocatório nº 06/2015 nos termos de seu item 8.6.5, foi necessário realizar a rescisão do Contrato nº 34/2015.

Os atrasos nos prazos previamente acordados ocorreram devido às limitações estruturais das instituições envolvidas. Uma das principais dificuldades ocorridas no início do contrato foi em função da complexidade do importante e pioneiro arranjo institucional do qual o contrato faz parte, que envolve o IBIO, o Estado do Espírito Santo, através do programa Reflorestar, e os Comitês de Bacia Hidrográfica Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José. Nesse arranjo, o Governo do Estado do Espírito Santo (SEAMA), por meio do Programa Reflorestar, financiaria os insumos necessários para as intervenções nas propriedades rurais, bem como os mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) inseridos no Programa. Em função de atrasos na emissão dos contratos de PSA, por parte do Estado do Espírito Santo, o cronograma de entrega dos produtos pela empresa contratada ficou comprometido, havendo necessidade de readequação do cronograma e, conseqüentemente, de prorrogação do prazo do contrato. Com a mudança da instituição responsável pela emissão dos contratos, houve maior agilidade no processo.

É importante mencionar que alguns problemas de ordem gerencial e estrutural, por parte da empresa contratada, colaboraram para que o prazo da execução do contrato não ocorresse conforme previsto. Após ter ciência desses problemas, o IBIO adotou algumas providências administrativas para solucioná-los.

Destaca-se que, o maior atraso ocorreu na entrega do Produto 2. Alguns fatores dificultaram significativamente para que as metas preestabelecidas não fossem atingidas, tais como: desistência de alguns produtores no momento da assinatura dos contratos, falta de adesão ao programa de produtores em algumas regiões e pendências nas documentações dos produtores que já haviam previamente se cadastrados.

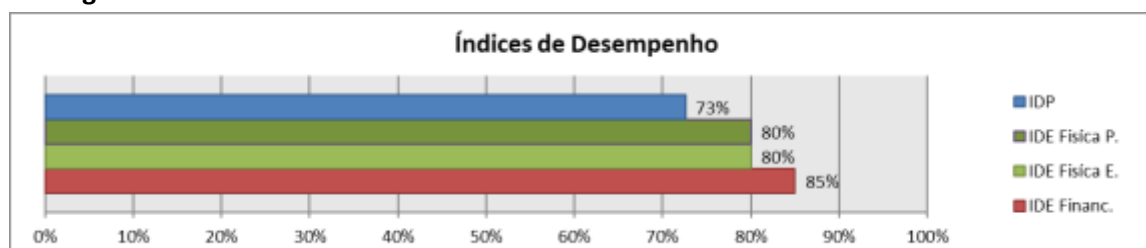
Ressalta-se que, quanto aos aditivos, não houve qualquer acréscimo, reajustamento ou correção de valores do contrato, em relação ao preço originalmente previsto. Em razão da rescisão do Contrato nº 34/2015, deixaram de ser elaborados pela Contratada 101 projetos técnicos que compunham o Lote 03, do Produto 02, e o Relatório Final que corresponde ao Produto 03. Foram entregues ao todo, o Plano de trabalho, 499 CAR e 499 projetos do Reflorestar aprovados e validados com seus respectivos contratos de Pagamento por Serviços Ambientais, firmados entre a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e os proprietários rurais, devidamente assinados e protocolados junto à SEAMA.

➤ **Contrato nº 34/2017**

Contrato 34/2017		Programa	P52 / /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Caratinga / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de execução de projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52).			
Valor	R\$ 244.000,00	Contratado	GOS FLORESTAL Ltda		
Pago	R\$ 207.400,00	Data	26/10/2017	Prazo	26/04/2019
Saldo	R\$ 36.600,00	Gestor	Gabriela	Aditivos	1

Identificação no PIRH-Doce:Programa: Incremento de Áreas com Restrição de UsoSubprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Caratinga**Modalidade de Aplicação:** Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P52 – CBH Caratinga**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	14 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

Até o momento não há atrasos no andamento do contrato. Inclusive, houve solicitação por parte da empresa para se antecipar em 1 mês o início das atividades do último produto a ser entregue tendo sido, então, realizado aditivo para alteração desse prazo.

➤ **Contrato nº 07/2018**

Contrato 07/2018		Programa	P52 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Caratinga / /			
Objeto		O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de confecção de placas em aço galvanizado, acompanhadas dos correspondentes tubos e parafusos de fixação, conforme as especificações previstas na Tabela 01, constante da Cláusula Segunda.			
Valor	R\$ 3.302,00	Contratado	Carina Maria Barbosa Vieira – ME (BLINK Gráfica e Com		
Pago	R\$ 3.302,00	Data	27/07/2018	Prazo	27/08/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Luisa	Aditivos	0

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso

Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Caratinga

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 - CBH Caratinga.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

7.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais. Na Tabela 20, Tabela 21 e Tabela 22 temos a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), com a fonte de recurso federal.

Tabela 20 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado ao Programa P52

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)						
Investimento Previsto no PAP	3.805,00	3.805,00	3.805,00	3.799,00	3.183,00	18.398,00
Investimento Realizado	354,81	1.151,91	653,40	0,00	0,00	2.160,12

Tabela 21 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado em Minas Gerais – Programa P52

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	474,00	474,00	474,00	468,00	-	1889,00
Investimento Realizado	0,00	163,53	137,92	0,00	0,00	301,45
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	211,00	211,00	211,00	211,00	211,00	1057,00
Investimento Realizado	0,00	17,18	20,97	0,00	0,00	38,15
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	399,00	399,00	399,00	399,00	251,00	1847,00
Investimento Realizado	0,00	684,18	212,97	0,00	0,00	897,15
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	794,00	794,00	794,00	794,00	794,00	3969,00
Investimento Realizado	1,43	29,41	92,31	0,00	0,00	123,14
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	392,00	392,00	392,00	392,00	392,00	1958,00
Investimento Realizado	0,00	109,80	101,73	0,00	0,00	211,53
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	424,00	424,00	424,00	424,00	424,00	2122,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Investimentos Previstos	2694,00	2694,00	2694,00	2688,00	2072,00	12842,00
Total de Investimentos Realizados	1,43	1004,10	565,90	0,00	0,00	1571,43

Tabela 22 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocado no Espírito Santo – Programa P52

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	258,00	258,00	258,00	258,00	258,00	1289,00
Investimento Realizado	157,53	35,47	20,10	0,00	0,00	213,11
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH08 Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	286,00	286,00	286,00	286,00	286,00	1431,00
Investimento Realizado	82,94	48,48	48,48	0,00	0,00	179,90
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	567,00	567,00	567,00	567,00	567,00	2836,00
Investimento Realizado	112,92	63,85	18,92	0,00	0,00	195,69
Total de Investimentos Previstos	1111,00	1111,00	1111,00	1111,00	1111,00	5556,00
Total de Investimentos Realizados	353,38	147,81	87,50	0,00	0,00	588,69

No ano de 2018, para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) o investimento realizado com o recurso da união foi de R\$ 653.404,63 (Seiscentos e cinquenta e três mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e três centavos). Com esse investimento foram realizados pagamentos de produtos referentes aos contratos 34/2015, 30/2017, 32/2017, 33/2017, 34/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017 e 04/2018.

Os contratos 34/2015 e 34/2017 estão relacionados à implementação do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) de maneira isolada. Já os contratos 30/2017, 32/2017, 33/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017 e 04/2018 são referentes a implementação do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes em conjunto com os programas P12 e P42 (Rio Vivo).

Ressalta-se que, os contratos 40/2017, 41/2017, 42/2017 e 04/2018 são referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes às UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017. Em sequência, a contratação de empresa para o Rio Vivo na UGRH 4 ocorreu em novembro de 2017 e os desembolsos dessa contratação se iniciaram em janeiro de 2018.

Atualmente, o Rio Vivo contempla áreas de 54 municípios localizadas nas UGRHs 1, 2, 3 e 4. Prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. Foram iniciadas discussões sobre o andamento do Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas, entretanto, a reestruturação do IBIO, ocorrida em 2018, afetou todo o planejamento para a continuidade dessa iniciativa pelas demais sub-bacias do Rio Doce, uma vez que, vários profissionais,

inclusive fiscais de contratos que se encontravam em andamento, foram desligados da instituição. Também, após o desligamento de profissionais devido à necessidade de reestruturação do IBIO, ocorreu pedido de demissão de uma das duas analistas de programas e projetos do IBIO, sendo necessária nova contratação para manter equipe técnica com duas analistas, o que veio a interferir ainda mais em todo o planejamento da entidade.

Com a redução da equipe do IBIO, não foi possível prosseguir com processos licitatórios que, inclusive, já se encontravam finalizados, como é o caso do P52 na UGRH 3, e, nem mesmo prosseguir com as discussões sobre o Rio Vivo junto aos Comitês ainda não contemplados. As discussões com os comitês mineiros ainda necessitam de sequência para maiores definições. Está sendo verificada a possibilidade de retomar as discussões nas UGRHs 5 e 6 em 2019, contudo, considerando-se a nova capacidade de suporte do IBIO. Aos comitês capixabas, ficaram suspensos quaisquer atendimentos, o que implica na não continuidade de discussões sobre o Rio Vivo nessa porção da bacia.

Considerando o apresentado na Tabela 21, nota-se que o valor do investimento realizado em 2017 foi maior que o valor previsto no PAP para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) na UGRH03 Santo Antônio deste ano. Este valor se justifica levando em consideração o valor previsto também no ano de 2016, que não havia sido desembolsado. Vale ressaltar que em dezembro de 2016 houve uma contratação para iniciar as atividades do programa. O IBIO recebeu e aprovou o plano de trabalho elaborado pela empresa Contratada. No ano de 2017 foram realizados todos os serviços e pagamentos dos produtos referentes ao contrato iniciado em 2016, totalizando um montante de R\$ 430.000,00.

Na UGRH06 Manhuaçu não houve investimento para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), mesmo sendo previsto no PAP um investimento de R\$424.000,00. Foram discutidas algumas propostas de implementação do P52 nas reuniões do comitê, tanto de maneira isolada ou conjunta com os programas P12 e P42. No entanto, o comitê decidiu por não implementar o programa no ano de 2017, pois haviam algumas propostas de ações envolvendo parcerias com outras instituições. Em 2018, foram realizadas discussões sobre a implementação conjunta dos programas P12, P42 e P52, referentes à iniciativa Rio Vivo, a qual o comitê começou a aceitar o escopo e iniciar as definições necessárias. Entretanto, a reestruturação do IBIO afetou qualquer prosseguimento no processo, sendo impossível dar continuidade com o quadro de funcionários reduzido. As discussões deverão ser retomadas em 2019.

No geral, os desembolsos de 2018 se tratam, em Minas Gerais, dos pagamentos dos produtos referentes ao Rio Vivo nas UGRHs 1, 2, 3 e 4 e ao P52 implementado de forma isolada na UGRH 5. No Espírito Santo, os desembolsos se tratam dos últimos produtos referentes ao P52 implementado de forma isolada nas UGRHs capixabas.

7.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas

Subprograma: P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

Objeto: Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de

sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

Valor Estimado: R\$ 8.640.000,00

7.6. Ações do IBIO

As ações do IBIO referentes ao Rio Vivo (P12, P42 e P52 em conjunto) encontram-se detalhadas no item 3.6 (Ações do IBIO - P12) deste Relatório.

Ações do IBIO quanto a implementação do P52 de forma isolada:

Desde o ano de 2015, discussões vem sendo realizadas com alguns comitês para a implementação do P52. Essas discussões e definições foram realizadas nos Grupos de Trabalhos (GT) e Câmaras Técnicas de Programas e Projetos (CTPP) dos comitês e apresentadas em reunião de plenária para aprovação. Essas reuniões aconteceram nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Santo Antônio (UGRH 3), Caratinga (UGRH 5), Guandu (UGRH 7), Santa Maria do Doce (UGRH 8) e Pontões e Lagoas (UGRH 9) e o IBIO participou, por meio de seus profissionais, para levar as estratégias delineadas e obter as informações necessárias para dar prosseguimento às ações. Segue a descrição, específica de cada comitê, sobre o andamento do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52):

Pelos Comitês Mineiros – CBH-Santo Antônio:

No ano de 2015 houve uma discussão das ações do programa P52, e ficou deliberado pelo Comitê a participação no programa através da realização de cercamento de nascentes. Embasados no mapa de vulnerabilidade, foi elaborado o edital de chamamento, com pontuação, para participação dos municípios inseridos ou não na área prioritária para recuperação ambiental, sendo que os municípios inseridos na área prioritária tinham uma pontuação maior. Após o recebimento das propostas, foram selecionados 05 municípios inseridos na área prioritária (Morro Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro e Senhora do Porto) e 02 municípios fora da área prioritária (Dores de Guanhães e Ferros). Foram entregues 307 cadastros, referentes aos 7 municípios selecionados para participar do programa, que foram hierarquizados para atendimento. A hierarquização dos cadastros foi baseada em informações obtidas pelos proprietários rurais, em critérios de hierarquização do programa e alguns novos critérios inseridos pelo CBH's.

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas discussões que culminaram na elaboração do Termo de Referência. No mês de julho do mesmo ano o Termo para a contratação da empresa especializada na elaboração de projetos de proteção de nascentes foi aprovado pela CTPP. Ainda no mês de julho de 2016, foi realizado a solicitação de orçamento, e em setembro publicado o Ato Convocatório.

Em outubro de 2016, aconteceram as sessões públicas para julgamento das propostas e habilitação das empresas. Foram recebidas proposta de três empresas: CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA, SANEAMB ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME, e AGROPLANT CONSULTORIA LTDA. A empresa AGROPLANT CONSULTORIA LTDA foi a vencedora do certame, e em novembro de 2016 houve a contratação da empresa para iniciar as atividades do programa de Recomposição de APPS e Nascentes na UGRH Santo Antônio, no estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2016, o IBiO recebeu e aprovou o plano de trabalho elaborado pela empresa AGROPLANT.

Em até outubro de 2017, a empresa AGROPLANT realizou todos os serviços previstos no Termo de Referência. Foi realizado o georreferenciamento e piquetagem das áreas e a elaboração dos projetos de cercamento de nascentes em todos os 7 municípios contemplados (Figura 70, Figura 71, Figura 72).



Figura 70 – Reunião da equipe para divisão dos cadastros



Figura 71 – Medição e Piquetagem



Figura 72 – Detalhes dos piquetes

No período em que os serviços estavam sendo executados os serviços do Contrato 33/2016, ocorreram reuniões no Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Santo Antônio para discutir sobre o andamento do programa.

Ainda em 2017, foi discutido e aprovado pela Câmara Técnica de Programas e Projetos - CTPP o Termo de Referência para a contratação de serviços especializados para a execução de projetos de proteção (construção de cercas) de nascentes, elaborados pela empresa Agropiant, e, então, em 21 de março de 2018, o Ato Convocatório foi publicado. Mesmo tendo ocorrido o processo de licitatório das empresas, por razão de toda a reestruturação da agência, iniciada no segundo trimestre de 2018, o Ato Convocatório foi revogado em maio de 2018, uma vez que, com o quadro reduzido de profissionais, seria inviável dar prosseguimento à contratação da empresa executora.

Pelos Comitês Mineiros – CBH-Caratinga:

No ano de 2016, a Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan), do CBH Caratinga, elegeu que o programa seria implantado na Comunidade Rural do Córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, e apresentada em reunião de plenária para sua aprovação. Nesta comunidade já existe conflito pelo uso da água e também está localizada a nascente do rio Caratinga.

Neste mesmo ano, foi formalizada uma parceria do IBiO, CBH Caratinga e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, agência do município de Caratinga. Foram realizadas vistorias de campo pelos técnicos do IEF e repassadas ao analista de programas e projetos do IBiO. Nestas visitas, foi informado ao produtor sobre o programa P52, seus objetivos e suas ações. Foram realizados os cadastros dos produtores interessados em participar do programa, assinatura dos termos de compromisso, e a vistoria completa dos imóveis onde foi realizado o georreferenciamento das áreas a serem trabalhadas.

Pelo levantamento realizado em campo, foram cadastradas para participar do programa 13 (treze) propriedades rurais, distribuídos em 24 (vinte e quatro) áreas, que foram, georreferenciadas,

correspondente ao total de 14,5519 ha (quatorze hectares cinquenta e cinco ares e dezenove centiares). Deste montante serão construídos 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado e efetuado o plantio de 2.606 (dois mil seiscentos e seis) mudas florestais e frutíferas. Para esta ação ainda está prevista a execução de tratos culturais (capina manual, roçada, combate a formiga e replantio de mudas não sobreviventes).

Para cada propriedade rural foi elaborado um projeto, já especificando a área a ser cercada e posteriormente restaurada, com distribuição das espécies de mudas florestais e nativas, já distribuídas em 02 grupos, e quantidade de isca formicida / adubação / porcentagem de replantio em cada área a ser trabalhada. A cada atividade implantada na propriedade rural, o proprietário assina um documento certificando que a atividade foi realizada de modo satisfatório.

De posse de todos os projetos, realizados pelo IEF, o IBIO elaborou o Ato Convocatório, para contratação dos serviços de implantação do programa. Na data de 18 de setembro de 2017, foi realizada a sessão Pública do Ato Convocatório de nº 07/2017, com o objetivo de contratação da prestação de serviços de execução de projetos de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52). A empresa vencedora foi a GOS Florestal Ltda. Na data de 02 de outubro de 2017, foi assinado o Contrato de nº 34/2017, no valor de total de R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais).

Na data de 02 de outubro de 2017, foi realizada pelo IBIO e a empresa GOS Florestal, uma reunião de alinhamento, para início de implantação do programa, na comunidade rural do córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste. Como pode visto na Figura 73, com a presença do Sr. Ronevon Huebra da Silva – Presidente do CBH Caratinga; Eduardo de Freitas Costa – Analista de Programas e Projetos do IBIO; Luísa Poyares Cardoso – Coordenadora de Programas e Projetos do IBIO; e Ângelo Giovani Vieira – Sócio Diretor da GOS Florestal.



Figura 73 - Reunião de alinhamento entre IBIO e GOS Florestal

Ainda em 2017, no dia 15 de dezembro, foi liberada Ordem de Serviço para o Produto 3 e, após sua finalização, foi liberada, em abril de 2018, Ordem de Serviço para o Produto 4. Em outubro de 2018, foi liberada Ordem de Serviço para que a empresa contratada pudesse dar início às atividades relacionadas ao Produto 5 e desde então, as atividades de campo foram iniciadas.

Para as atividades de campo realizadas pela Contratada, o IEF realiza uma inspeção no local. Para que essa inspeção ocorra, o gestor do contrato no IBiO realiza os devidos alinhamentos entre Contrata e IEF quanto às melhores datas e horários da inspeção. Na parceria realizada com o IEF, são fornecidas diárias para os técnicos que vão à campo, pelo Comitê da Bacia do Caratinga. O processo de pagamento das diárias é realizado pelo Setor Administrativo e Financeiro do IBiO. Ao realizar a inspeção, o IEF emite um laudo certificando se o trabalho da contratada foi bem executado e, então, a partir deste documento, o IBiO analisa os produtos entregues e emite os devidos pareceres parciais ou conclusivos.

Ainda relacionado à esse Contrato, foi realizada a contratação, por Dispensa de Coleta de Preços, de placas para divulgação do trabalho. Os técnicos do IEF também deram total apoio para a implantação das mesmas em cada uma das áreas contempladas. A seguir, na Figura 74, está representada a implantação de placas de divulgação das ações do P52, adquiridas através do Contrato nº 07/2018, nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste.



Figura 74 – Placas de divulgação das ações do P52 nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste

No ano de 2017, foram entregues os seguintes produtos: Produto 1 - Plano de Trabalho; Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção. Já no ano de 2018, foram entregues os seguintes: Produto 3 – Relatório Técnico de Recuperação; Produto 4 – Monitoramento I. Para o início de 2019, está prevista a entrega do produto seguinte: Produto 5 – Monitoramento II e Relatório Final. No ato convocatório, consta o conteúdo de cada um dos produtos, de acordo com o desenvolvimento do programa.

Produtos já entregues:

➤ Produto 1 – Plano de Trabalho

Neste produto, que foi entregue em novembro de 2017, consta em seu conteúdo: planejamento técnico e físico dos trabalhos, contextualização das ações, indicação das equipes, seu perfil, responsabilidades de cada profissional, a descrição das atividades com sua organização, a metodologia de trabalho a serem empregados, os equipamentos a serem utilizados, organograma para os trabalhos, fluxograma, prazos previstos e insumos necessários.

➤ Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção

Neste produto, que foi entregue em dezembro de 2017, consiste à construção de 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado, com balancins entre os mourões de eucalipto tratado. Neste produto também consta em seu conteúdo: informações sobre a bacia hidrográfica do Rio Caratinga; o município de Santa Bárbara do Leste, citando: população, instituições atuantes, agropecuária, meio ambiente, agricultura, economia, aspectos gerais; a Comunidade do Córrego do Peão de Cima e Peão de Baixo, citando: número de imóveis rurais, moradores, principais atividades econômicas, dentre outros aspectos ambientais e sociais. Também, contem descrição sobre a importância da proteção das áreas de preservação permanente e nascentes, principalmente contra o pisoteio de gado e interferência humana.

➤ Produto 3 – Relatório Técnico de Recomposição

Este produto, entregue em abril de 2018, que consiste no plantio de mudas florestais e frutíferas, apresenta, além da comprovação das atividades de recomposição, o seguinte conteúdo: trabalhos realizados para recomposição de nascentes, com ênfase na regeneração natural e no plantio de mudas nas modalidades de enriquecimento e plantio total; descrição sobre a importância, funções e benefícios oriundos da vegetação no entorno das áreas de preservação permanente, especialmente áreas de nascentes.

➤ Produto 4 – Relatório Técnico de Monitoramento I

Após o cercamento e plantio, foi efetuado o primeiro monitoramento, com a execução de tratos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes. Neste relatório, entregue em maio de 2018, além da comprovação das atividades de monitoramento, contém uma descrição dos trabalhos realizados para o replantio e a importância da realização dos tratos culturais, a executados nas áreas trabalhadas.

Produtos a serem entregues:

➤ Produto 5 – Relatório Técnico de Monitoramento II e Relatório Final

Este produto, a ser entregue em 2019, contempla a segunda execução de tratos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes, bem como uma síntese de todos os trabalhos executados de proteção e recomposição, durante todo o programa, destacando a importância para a recuperação ambiental da bacia.

Pelos Comitês Capixabas – CBH-Guandu; CBH-Santa Maria do Rio Doce; CBH-Pontões e Lagoas do Doce:

Em 2015, no âmbito do Programa P52, nas UGRHs 7, 8 e 9, foi celebrado entre IBIO e a empresa V & S FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE o contrato para a realização de CAR e elaboração de projetos técnicos de plantios de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis em 600 propriedades rurais. A referida contratação faz parte de um arranjo institucional, em que os Comitês de Bacia Hidrográfica, por meio do IBIO, apoiam a contratação do CAR e dos projetos técnicos, enquanto o Governo do Estado do Espírito Santo (SEAMA), por meio do Programa Reflorestar, financiará os insumos necessários para as intervenções nas propriedades rurais, bem como os mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) inseridos no Programa.

Em outubro de 2015, a empresa V&S iniciou suas atividades. Os produtos a serem entregues pela empresa consistiam no material relativo à realização do CAR, bem como os projetos técnicos aprovados pelo Programa Reflorestar e os contratos de PSA assinados pelos proprietários rurais. Foram realizadas reuniões específicas em cada comitê para discutir as estratégias de mobilização com os produtores, e assim, atingir as metas estipuladas por município conforme o Termo de Referência. Nos municípios de Águia Branca, Marilândia, São Roque do Canaã e Santa Teresa, foram necessárias reuniões de mobilizações com produtores para incentivar à participação no programa P52. Participaram dessas reuniões de mobilização: representantes dos Comitês, do IBIO, do Programa Reflorestar, da empresa V & S; e produtores rurais.

No dia 09 de junho de 2017 foi realizada uma cerimônia em Santa Teresa/ES, para entrega simbólica do pagamento por serviços ambientais (PSA) que é destinado à compra de insumos para intervenções de adequação ambiental. Em 2017, 360 proprietários rurais participantes do arranjo P52/Reflorestar receberam a primeira parcela do PSA. O evento reuniu participantes do programa, autoridades municipais e estaduais, representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce, representantes da *The Nature Conservancy* (TNC) e do IBIO (Figura 75, Figura 76).



Figura 75 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.



Figura 76 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.

As atividades e ações dessa contratação ocorreram durante 2015, 2016, 2017 e início de 2018. Foi necessária a realização de alguns aditivos de prazo para o Contrato 34/2015, devido a todas as dificuldades já elencadas anteriormente, no item 7.3 (Contratações e Resultados – P52) deste Relatório.

Em meados de março de 2018, tendo sido necessário novo aditamento ao Contrato nº 34/2015 para prorrogação de seu prazo de vigência, com o objetivo de se concluir o objeto contratado, ainda em fase de execução, durante a análise da documentação da Contratada foi constatado que a mesma se encontrava irregular para com a Justiça do Trabalho. Desse modo, foi necessário que o IBiO procedesse com o processo de rescisão do Contrato nº 34/2015. O IBiO necessitou suprimir os produtos ainda não entregues pela empresa, correspondente à 101 CAR e 101 projetos, além do relatório final, último produto a ser elaborado pela empresa.

7.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 em conjunto com os programas P12 e P42 (Rio Vivo), ver item 3.7 (Principais Deficiências e Dificuldades - P12) deste Relatório.

Segue abaixo as principais deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 de forma isolada:

As principais dificuldades estão relacionadas ao Contrato nº 34/2015, devido a desistência de alguns produtores no momento da assinatura dos contratos, falta de adesão ao programa de produtores em algumas regiões e pendências nas documentações dos produtores que já haviam previamente se cadastrados. Ressalta-se que devido as dificuldades supracitadas, houve a necessidade de potencialização dos esforços por parte dos comitês de bacias hidrográficas no processo de mobilização.

As mobilizações de produtores interessados em aderir ao Programa P52 se deram através de diversas parcerias junto as Prefeitura Municipais através das Secretarias de Meio Ambiente, Escritórios Regionais e Central do IDAF, e demais segmentos como Sindicato dos Produtores Rurais e lideranças comunitárias. A parceria junto às instituições citadas se deu tanto no sentido de divulgar o programa a possíveis interessados, mobilizando antigos e novos interessados, mas também no auxílio ao atendimento aos produtores para coleta de documentação.

Assim, foram realizadas reuniões diversas com os produtores e parceiros do P52, tanto no sentido de apresentar o programa, bem como reunir os possíveis interessados para coleta de documentação e início das atividades de campo. A maior dificuldade de adesão de produtores ao programa está na Unidade de Análise Santa Maria do Doce. Com o intuito de preencher as vagas previstas nesta unidade, foi realizada uma reunião do CBH Santa Maria do Doce onde foi deliberada a abertura de vagas para o município de Colatina-ES.

Outra dificuldade ocorrida no início do contrato foi em função da complexidade do importante e pioneiro arranjo institucional do qual o contrato faz parte, que envolve o IBIO, o Estado do Espírito Santo, através do programa Reflorestar, e os Comitês de Bacia Hidrográfica Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José. Houve atrasos na emissão dos contratos de PSA, por parte do Estado do Espírito Santo, comprometendo o cronograma de entrega dos produtos pela empresa contratada. Foi necessária, inclusive, a mudança da instituição responsável pela emissão dos contratos de PSA.

Cabe mencionar que a empresa contratada também apresentava alguns problemas de ordem gerencial e estrutural, se tornando mais uma deficiência que afetou o prazo inicialmente previsto para execução do contrato.

As atividades relacionadas ao Contrato nº 34/2015 se estenderam até abril de 2018, por meio de aditivos de prorrogação dos prazos, necessários devido às deficiências e dificuldades acima apresentadas. Para dar continuidade ao contrato seria necessário novo aditivo de prazo e, então, quando da análise dos documentos da empresa, verificou-se que a mesma se encontrava irregular para com a Justiça do Trabalho. O Contrato foi rescindido em 04 de abril de 2018, uma vez que, a Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações, em seu Artigo 27, IV, expressamente dispõe quanto à necessidade de se exigir a regularidade fiscal e trabalhista como condição para habilitação nos certames em que se utilizem recursos públicos, bem como dispõe o Ato Convocatório nº 06/2015 nos termos de seu item 8.6.5. Com a rescisão do contrato, o quantitativo entregue de CAR e de projetos foi de 499, dos 600 previstos. Além disso, foi suprimido do contrato o Relatório Final das atividades, último produto a ser entregue pela Contratada.

Além dessas dificuldades diretamente relacionadas à um contrato em específico, como no caso do Contrato 34/2015 das UGRHS 7, 8 e 9, descrito acima, na UGRH 3, houve dificuldade em dar prosseguimento com a contratação de empresa executora de projetos já contratados e entregues em 2017 através do Contrato 33/2016, devido ao quadro reduzido de funcionários do IBIO, por consequência de sua reestruturação. A contratação prevista para ocorrer em meados de maio de 2018 não ocorreu, uma vez que, as demissões de profissionais, inclusive analistas do Setor de Programas e Projetos do IBIO, ocorreu no mesmo mês. Em agosto de 2018, mais demissões ocorreram e, desse modo, o Setor de Programas e Projetos que, desde 2016, contava com 1 diretor técnico, 1 coordenadora, 4 analistas e 1 auxiliar administrativo, atualmente, conta com 1 diretor técnico, 2 analistas e 1 auxiliar administrativo de apoio remanejado de outro setor.

8. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

8.1. (P61.2) - Fortalecimento dos Comitês

8.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos Comitês de Bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da Bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2018 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

8.3. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc.

Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação e comunicação. As contratações listadas abaixo se referem, principalmente, às ações institucionais, cujo objetivo principal é fortalecer e consolidar a identidade dos Comitês. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➤ **Contrato nº 35/2017**

Contrato 35/2017		Programa		P61.2 / /		Recursos		ANA /					
Alocação		CBH Manhuaçu / /											
Objeto													
Este Contrato tem por objeto a confecção de 02 (duas) bandeiras personalizadas para o Comitê Manhuaçu.													
Valor		R\$ 518,00		Contratado						Bandeiras Bandemar Ltda ME			
Pago		R\$ 518,00		Data		20/10/2017		Prazo		20/12/2017			
Saldo		R\$ 0,00		Gestor				Juliana		Aditivos		0	

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Manhuaçu.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Manhuaçu

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	60 dias	60 dias (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

➤ Contrato nº 43/2017

Contrato 43/2017		Programa	P61.2 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a confecção de 2.400 (dois mil e quatrocentos) bonés, conforme arte constante do ANEXO I – Arte dos Bonés, e descrição contida na Tabela 01, sendo 1200 unidades CBH-Piracicaba, 650 unidades CBH-Piranga, e 550 unidades CBH-Santo Antônio.			
Valor	R\$ 9.120,00	Contratado Norma Gomes Pinheiro - ME			
Pago	R\$ 9.120,00	Data	01/12/2017	Prazo	21/12/2017
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Elter	Aditivos	0

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.

Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	20 dias	20 dias (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 77 - Bonés produzidos para a mobilização do Rio Vivo CBHs: Piranga, Piracicaba e Santo Antônio.

8.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2018 foi fruto de demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc.

Essas ações estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as atividades que serão realizadas em prol da revitalização da Bacia.

Nas tabelas (Tabela 23, Tabela 24, Tabela 25) apresentamos a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO.

Tabela 23 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P61.2

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)						
Investimento Previsto no PAP	1.305,00	1.135,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	6.040,00
Investimento Realizado	1.172,97	841,90	774,42	0,00	0,00	2.789,80

Tabela 24 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados em Minas Gerais – Programa P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Doce						
Investimento Previsto no PAP	240,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1040,00
Investimento Realizado	229,88	179,19	232,16	0,00	0,00	641,24
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	120,00	80,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	117,29	67,13	61,74	0,00	0,00	246,16
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	97,90	93,90	95,09	0,00	0,00	286,89
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	125,00	75,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	104,49	95,12	52,65	0,00	0,00	252,26
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	120,00	80,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	107,32	86,76	51,96	0,00	0,00	246,03

Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	99,35	74,57	60,77	0,00	0,00	234,69
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	97,53	56,60	47,39	0,00	0,00	201,51
Total de Investimentos Previstos	905,00	735,00	800,00	800,00	800,00	4040,00
Total de Investimentos Realizados	853,75	653,27	601,75	0,00	0,00	2108,77

Tabela 25 –Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados no Espírito Santo – Programa P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Guandu						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	99,39	38,88	75,58	0,00	0,00	213,86
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	99,67	25,69	19,01	0,00	0,00	144,37
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Pontões e Lagoas do Doce, CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1000,00
Investimento Realizado	120,15	124,06	78,07	0,00	0,00	322,28
Total de Investimentos Previstos	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	2000,00
Total de Investimentos Realizados	319,22	188,63	172,67	0,00	0,00	680,52

8.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto: Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 6.000.000,00

8.6. Ações do IBIO

O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, dá apoio aos CBHs na organização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades promovidas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO uma série de contratações e gerenciamento destas, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc.

É importante ressaltar que, em 2016, houve significativa ampliação da equipe, fato que melhorou a prestação dos serviços nos anos de 2016 e 2017. No entanto, em 2018, devido à nova conjuntura financeira da Bacia foi necessária a desmobilização de alguns funcionários, fato que afetou a Secretaria Executiva, cuja equipe foi significativamente reduzida. Em função do novo cenário houve alinhamentos junto aos CBHs e o redimensionamento das atividades, visando não comprometer o atendimento e garantir o pleno funcionamento dos comitês. Para tanto houve priorização das demandas e um maior envolvimento da diretoria dos comitês no suporte às atividades operacionais. A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela secretaria executiva de apoio aos CBHs, setor da agência que acompanha diretamente as atividades dos comitês.

- Elaboração de ata das diversas reuniões, ofícios diversos de acordo com as solicitações;
- Auxílio ao IBIO e Comitês de Bacias Hidrográficas em reuniões, eventos e demais demandas como apoio técnico e organizacional;
- Análise, redação e revisão de processos, correspondências e documentos diversos;
- Controle de arquivos e documentos em geral dos comitês;
- Monitoramento e apoio à organização das agendas dos comitês;
- Participação em processos de compras de materiais e serviços demandas pelo comitê, bem como suporte apoio nos processos de licitações, compras, contratos administrativos ou outras atividades relacionadas à área administrativa, financeira e contábil; acompanhamento destes contratos deliberados;
- Atendimento ao público interno e externo em geral.
- Conferência de documentação relacionada às empresas de eventos, locação de veículos e aquisição de passagens aéreas;
- Apoio na elaboração de prestação de contas;
- Confecção, pagamento e juntada de toda a documentação relacionada às diárias de viagens dos membros e convidados de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes - CBHs, assim como dos funcionários e convidados do IBIO;
- Auxílio no controle de documentação administrativa do IBIO e CBH;
- Auxílio nas logísticas das viagens realizadas pelos CBHs e IBIO;
- Desenvolvimento de projetos de comunicação integrada dos CBHs e do IBIO;
- Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoria de imprensa, relações públicas, media training, organização de eventos e produção de conteúdos e mídias customizadas como: jornais, revistas institucionais, boletins, jornal mural e newsletters.
- Composição de comissões de trabalho, para as quais tenha sido nomeado por ato administrativo;
- Identificação, proposição e implementação de melhoria contínua nos processos administrativos;

Abaixo, seguem as principais reuniões e os eventos realizados pelos comitês em 2018. Todas as atividades tiveram o suporte do IBIO, mesmo que não presencialmente.

CBH DOCE

Tabela 26 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
12/06/2018	Governador Valadares/MG	24ª Reunião Ordinária do CBH-Doce
06/12/2018	Governador Valadares/MG	25ª Reunião Ordinária do CBH-Doce
Reuniões Extraordinárias		
25/04/2018	Governador Valadares/MG	36ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
05/09/2018	Governador Valadares/MG	37ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce

Tabela 27 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2018

Data	Município	Diretoria Colegiada
16/01/2018	Governador Valadares/MG	1ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada
11/06/2018	Governador Valadares/MG	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada



Figura 78 - Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce - 11/06/2018



Figura 79 - 24ª Reunião Ordinária do CBH-Doce – 12/06/2018

Tabela 28 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Câmara Técnica Institucional de Legal (CTIL)
23/02/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião Ordinária da CTIL do CBH-Doce (7º mandato)
04/04/2018	Gov. Valadares	2ª Reunião Ordinária da CTIL do CBH-Doce (7º mandato)
09/05/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião Extraordinária da CTIL do CBH-Doce – conjunta com GTCOB (7º mandato)
21/08/2018	Gov. Valadares	3ª Reunião Ordinária da CTIL do CBH-Doce (7º mandato)



Figura 80 - 1ª Reunião Ordinária da CTIL do CBH-Doce – 23/02/2018

Tabela 29 - Reuniões de Câmara Técnicas do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
08/03/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião Ordinária da CTGEC do CBH-Doce (7º mandato)
11/06/2018	Gov. Valadares	2ª Reunião Ordinária da CTGEC do CBH-Doce (7º mandato)
20/08/2018	Gov. Valadares	3ª Reunião Ordinária da CTGEC do CBH-Doce (7º mandato)



Figura 81 - 2ª Reunião Ordinária da CTGEC do CBH-Doce – 11/06/2018

Tabela 30 - Reuniões de Câmara Técnica do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Câmara Técnica de Integração (CTI)
04/09/2018	Gov. Valadares	Reunião Ordinária da CTI do CBH – Doce (4º mandato)
05/12/2018	Gov. Valadares	Reunião Ordinária da CTI do CBH – Doce (4º mandato)



Figura 82 - Reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce – 04/09/2018

Tabela 31 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB)
14/03/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB)
03/04/2018	Gov. Valadares	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB)
03/05/2018	Gov. Valadares	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB)



Figura 83 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança – 14/03/2018

Tabela 32 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos
18/04/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
02/05/2018	Gov. Valadares	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
16/05/2018	Gov. Valadares	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
05/06/2018	Gov. Valadares	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
19/06/2018	Gov. Valadares	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
29/06/2018	Gov. Valadares	6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
06/07/2018	Gov. Valadares	7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
09/07/2018	Belo Horizonte	8ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce
09/08/2018	Gov. Valadares	9ª Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do CBH-Doce



Figura 84 - 7ª Reunião do GT de Resíduos Sólidos do CBH-Doce – 06/07/2018

Tabela 33 - Reuniões de Grupos de Trabalho do CBH-Doce, realizadas no ano de 2018

Data	Município	Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico
12/07/2018	Gov. Valadares	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do CBH-Doce
12/09/2018	Gov. Valadares	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do CBH-Doce
10/10/2018	Gov. Valadares	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do CBH-Doce
31/10/2018	Gov. Valadares	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do CBH-Doce
26/11/2018	Gov. Valadares	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do CBH-Doce



Figura 85 - 4ª Reunião do GT de Planejamento Estratégico – 31/10/2018

Principais temas discutidos nas reuniões promovidas pelo CBH-Doce em 2018:

- Apresentação de proposta de Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;
- Processo Eleitoral Complementar para o preenchimento das vagas em aberto no CBH-Doce;
- Sustentabilidade Financeira do IBIO – Agência;
- Atualização dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce;
- Acórdão TCU nº 1749/2018 - Auditoria Operacional na Bacia do Rio Doce;
- Ações do Comitê Interfederativo (CIF) e da Fundação Renova em interlocução com o CBH-Doce;
- Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce;
- Implementação dos programas do PAP na Bacia do rio Doce;
- Planejamento Estratégico do CBH-Doce;

Tabela 34 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2018

Data	Município	Evento
23 e 24/01/2018	Brasília/DF	Reuniões de alinhamento na Agência Nacional de Águas (ANA)
08/02/2018	Governador Valadares/MG	– Fórum de Prefeitos Rio Doce
26 a 27/02/2018	Governador Valadares/MG	Encontro Técnico do Programa Rio Vivo
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial da Água
11/06/2018	Governador Valadares/MG	Reunião de Segmento Poder Público do CBH – Doce
11/06/2018	Governador Valadares/MG	Reunião de Segmento Sociedade Civil do CBH – Doce
04/07/2018	Belo Horizonte/MG	1ª Reunião de alinhamento com órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
11/07/2018	Brasília/DF	Reunião da CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
02/08/2018	Linhares/ES	Reunião para tratar da situação das cheias na Lagoa Juparanã/ES
09/08/2018	Governador Valadares/MG	4ª reunião ordinária da UGR – PSA Rio Doce

16/08/2018	Belo Horizonte/MG	2ª Reunião de alinhamento com órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	XX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
29/08/2018	Brasília/DF	Reunião de alinhamento com a Agência Nacional de Águas (ANA)
30 a 31/08/2018	Belo Horizonte/MG	29ª Reunião do Comitê Interfederativo (CIF)
03/09/2018	Governador Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre os presidentes dos CBHs mineiros e a presidente do CBH-Doce
10/09/2018	Brasília/DF	Reunião da CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
25/09/2018	Brasília/DF	Reunião da CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
25/09/2018	Vitória/ES	Reunião de alinhamento entre o CBH-Doce e os CBHs capixabas
27 a 28/09/2018	Vitória/ES	30ª Reunião do Comitê Interfederativo (CIF)
28/09/2018	Governador Valadares/MG	I Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce
16 e 17/10/2018	Brasília/DF	Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
24/10/2018	Belo Horizonte/MG	3ª Reunião de alinhamento com órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Diversas	Reuniões do Comitê Interfederativo (CIF)
Diversas	Diversas	Oficinas para discussão do método de seleção das áreas prioritárias para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Fund. Renova)
Diversas	Diversas	Participação em reuniões de Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo (CIF) – CTFLOR, CTSHQA e CT Rejeitos

CBH – PIRANGA

Tabela 35 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
08/11/2018	Ponte Nova/MG	19ª Reunião Ordinária do CBH Piranga
Reuniões Extraordinárias		
15/05/2018	Ponte Nova/MG	12ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
11/09/2018	Santo Antônio do Gramma/MG	13ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
Reunião de Posse		
07/08/2018	Ponte Nova/MG	Reunião de posse dos novos membros do CBH-Piranga (2017-2021)



Figura 86 - Reunião de posse do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – 07/08/2018.

Tabela 36 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)		
15/05/2018	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH - Piranga
27/11/2018	Governador Valadares/MG	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANS – CBHs MG



Figura 87 - Reunião Conjunta CTPPs e CTIL dos CBHs MG – 27/11/2018

Tabela 37 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2018

Data	Município	Reuniões
26 e 27/02/2018	Governador Valadares/MG	Encontro Técnico – Programa Rio Vivo
26/04/2018	Ponte Nova/MG	Capacitação do IGAM sobre o “Papel dos Comitês de Bacia na Análise dos Processos de Outorga” de CBH Piranga – Ponte Nova/MG
05/06/2018	Matipó/MG	Comemoração do Dia do Meio Ambiente



Figura 88 - Evento em comemoração ao Dia do Meio Ambiente – 05/06/2018

Tabela 38 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs
Diversas	Diversas	Reuniões do Comitê Interfederativo – CTs Educação e Saúde
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Encontro das UGPs – Rio Vivo



Figura 89 - Reunião do Fórum Nacional de CBHs em Florianópolis – Janeiro de 2018

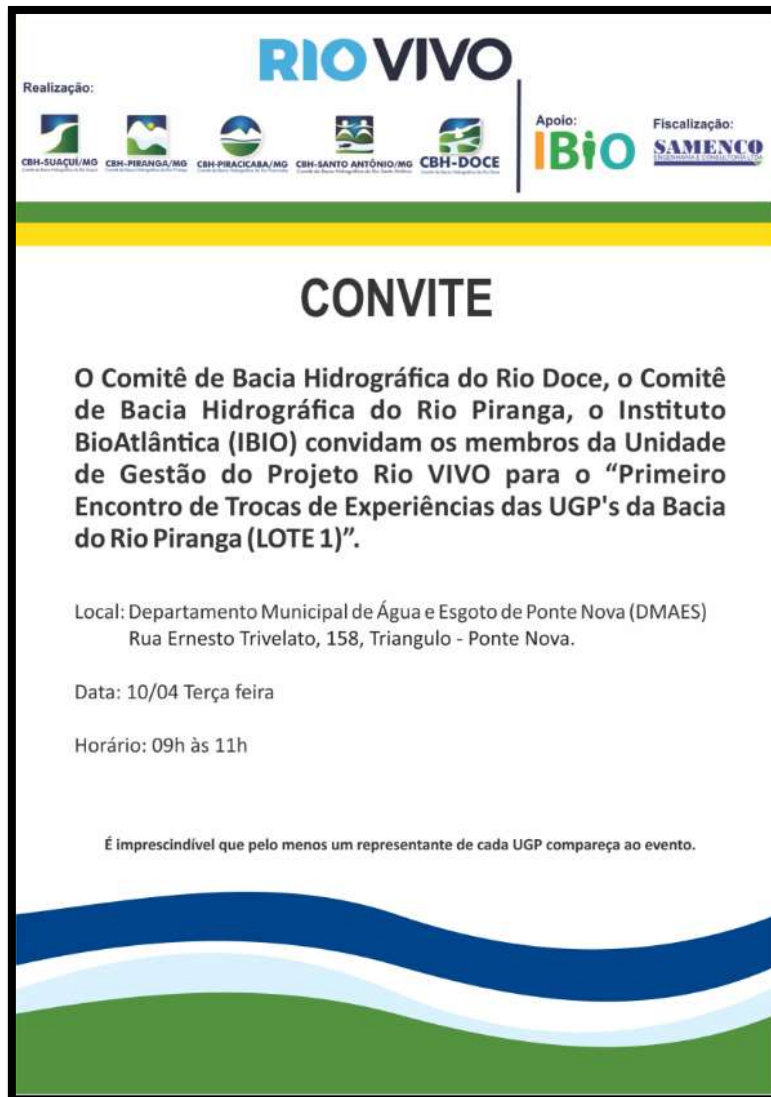


Figura 90 - Convite para Reunião UGP Rio Vivo na Bacia do Rio Piranga

CBH – PIRACICABA

Tabela 39 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piracicaba no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
28/03/2018	João Monlevade/MG	76ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
14/06/2018	João Monlevade/MG	77ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
18/09/2018	João Monlevade/MG	78ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
13/11/2018	Itabira/MG	79ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
Reuniões Extraordinárias		
11/01/2018	João Monlevade/MG	16ª Reunião Extraordinária CBH Piracicaba
24/07/2018	João Monlevade/MG	17ª Reunião Extraordinária CBH Piracicaba
19/12/2018	João Monlevade/MG	19ª ¹ Reunião Extraordinária CBH Piracicaba

Tabela 40 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piracicaba em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)		
11/01/2018	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
07/08/2018	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
10/12/2018	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (<i>conjunta CTIL</i>)
Reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)		
14/08/2018	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal
10/12/2018	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (<i>conjunta CTOC</i>)
Reuniões da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)		
27/11/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANs – CBHs MG
Reuniões do Grupo de Trabalho de Qualidade da Água		
28/03/2018	João Monlevade/MG	Reuniões do Grupo de Trabalho de Qualidade da Água
17/05/2018	João Monlevade/MG	Reuniões do Grupo de Trabalho de Qualidade da Água
19/06/2018	João Monlevade/MG	Reuniões do Grupo de Trabalho de Qualidade da Água
17/09/2018	João Monlevade/MG	Reuniões do Grupo de Trabalho de Qualidade da Água
Reuniões do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG)		
14/05/2018	Ipatinga/MG	Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão



Figura 91 - Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CBH-Piracicaba – 07/08/2018

¹ A 18ª Reunião Extraordinária que ocorreria no dia 15/08/2018 foi cancelada, por isso não consta na tabela.

Tabela 41 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piracicaba em 2018

Data	Município	Reuniões
26 e 27/02/2018	Governador Valadares/MG	Encontro Técnico – Programa Rio Vivo
20/06/2018	João Monlevade/MG	Capacitação do IGAM sobre o “Papel dos Comitês de Bacia na Análise dos Processos de Outorga” do CBH-Piracicaba

Tabela 42 - Reuniões com a participação do CBH-Piracicaba em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
28 e 29/06/2018	Belo Horizonte	Encontro Água em Nossa Vida
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Comitê Interfederativo (CIF)
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Encontro das UGPs – Rio Vivo
Diversas	Diversas	Acompanhamento das atividades do Programa Rio Vivo



Figura 92 - Acompanhamento das atividades do Programa Rio Vivo



Figura 93 - Seminário com participação do CBH-Piracicaba – Junho de 2018

CBH – SANTO ANTÔNIO

Tabela 43 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Santo Antônio no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reunião de Posse		
10/08/2018	Itabira/ MG	Reunião de Posse do CBH-Santo Antônio
Reuniões Extraordinárias		
23/05/2018	Itabira/ MG	17ª Reunião Extraordinária
25/06/2018	Itabira/ MG	18ª Reunião Extraordinária
19/09/2018	Itabira/ MG	19ª Reunião Extraordinária



Figura 94 - Reunião de Posse do CBH-Santo Antônio – 10/08/2018

Tabela 44 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santo Antônio em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)		
17/05/2018	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)
30/10/2018	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)
Reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)		
30/10/2018	Itabira/MG	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
Reuniões da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)		
27/11/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANs – CBHs MG

Tabela 45 - Reuniões promovidas pelo CBH-Santo Antônio em 2018

Data	Município	Reuniões
26 e 27/02/2018	Governador Valadares/MG	Encontro Técnico – Programa Rio Vivo
20/06/2018	João Monlevade/MG	Capacitação do IGAM sobre o “Papel dos Comitês de Bacia na Análise dos Processos de Outorga” do CBH-Santo Antônio



Figura 95 - Convite para curso de capacitação promovido pelo IGAM e CBH

Tabela 46 - Reuniões com a participação do CBH- Santo Antônio em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Encontro das UGPs – Rio Vivo
Diversas	Diversas	Acompanhamento das atividades do Programa Rio Vivo



Figura 96 - Reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBHs – Dezembro/2018

CBH – SUAÇUÍ

Tabela 47 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Suaçuí no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
14/03/2018	Gov. Valadares	Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí
14/06/2018	Gov. Valadares	Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí
16/10/2018	Gov. Valadares	Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí
Reunião de Posse		
17/08/2018	Gov. Valadares	Reunião de Posse do CBH-Suaçuí



Figura 97 - Reunião Ordinária do CBH-Suaçuí – 14/03/2018

Tabela 48 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Suaçuí em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPlan)		
13/03/2018	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
10/05/2018	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
08/06/2018	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
27/11/2018	Gov. Valadares	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANs – CBHs MG

Tabela 49 - Reuniões promovidas pelo CBH-Suaçuí em 2018

Data	Município	Reuniões
26 e 27/02/2018	Governador Valadares/MG	Encontro Técnico – Programa Rio Vivo
Junho/Julho	Diversos	Minicursos para Mobilizadores Sociais e Educadores Ambientais - Rio Vivo CBH Suaçuí.

Tabela 50 - Reuniões com a participação do CBH-Suaçu em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Comitê Interfederativo (CIF)
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Encontro das UGPs – Rio Vivo
Diversas	Diversas	Acompanhamento das atividades do Programa Rio Vivo



Figura 98 - Reunião da UGP Rio Vivo CBH-Suaçu no município de Água Boa/MG

CBH – CARATINGA

Tabela 51 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
11/10/2018	Caratinga/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
Reuniões Extraordinárias		
26/04/2018	Caratinga/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga
Reunião de Posse		
09/08/2018	Inhapim/MG	Reunião de Posse do CBH-Caratinga

Tabela 52 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPLAN)		
27/03/2018	Caratinga/MG	Reunião da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPLAN)
17/11/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANs – CBHs MG

Tabela 53 - Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões da Câmara Técnica de Segurança Hídrica (CTSHQA/CIF)
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Reuniões da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (MG)



Figura 99 - Representantes do CBH-Caratinga durante o XX ENCOB – Agosto/2018

CBH-Manhuaçu

Tabela 54 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Manhuaçu no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
11/09/2018	Durandé/MG	37ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu
06/11/2018	Aimorés/MG	38ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu
Reuniões Extraordinárias		
28/02/2018	Reduto/MG	5ª Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu
02/05/2018	Manhuaçu/MG	6ª Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu
06/11/2018	Aimorés/MG	7ª Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu
Reunião de Posse		
31/07/2018	Mutum/MG	Reunião de Posse do CBH-Manhuaçu



Figura 100 - Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu realizada no dia 06/11/2018

Tabela 55 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH Manhuaçu em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica de Programas e Projetos		
17/11/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta CTPP e CTPLANs – CBHs MG

Tabela 56 - Reuniões com participação do CBH-Manhuaçu em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
05 e 06/07/2018	Simonésia/MG	Fórum Regional de Educação Ambiental (FOREA)
07/08/2018	Manhuaçu/MG	Seminário de Iniciação Científica sobre a Bacia do Rio Manhuaçu

20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
03/09/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião de alinhamento entre CBHs mineiros e CBH-Doce
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês
Diversas	Diversas	Atividades de campo – Movimento Todos pelo Rio Doce
Diversas	Diversas	Reuniões de alinhamento para a expedição no Rio Manhuaçu



Figura 101 - Atividades de cercamento de nascentes – Movimento Todos pelo Rio Doce

CBH-Guandu

Tabela 57 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Guandu no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
28/02/2018	Aimorés/MG	49ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu
11/04/2018	Afonso Cláudio/ES	50ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu
06/06/2018	Brejetuba/ES	51ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu
08/08/2018	Laranja da Terra/ES	52ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu



Figura 102 - 49ª Reunião Ordinária do CBH-Guandu, realizada em 28/02/2018.

Tabela 58 - Reuniões com a participação do CBH-Guandu em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
27/06/2018	Domingos Martins/ES	Consulta Pública: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
25/10/2018	Vitória/ES	Reunião de Alinhamento entre CBH-Doce e CBHs capixabas
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês
Diversas	Diversas	Atividades de campo – Movimento Todos pelo Rio Doce

Diversas	Diversas	Oficinas sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
Diversas	Diversas	Atividades em comemoração aos 11 anos do CBH-Guandu



Figura 103 - Membros do CBH-Guandu em atividade - Movimento todos pelo Rio Doce

CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce

Tabela 59 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Pontões no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
07/02/2018	Mantenópolis/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
25/07/2018	Governador Lindenberg/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
18/09/2018	Vila Valério/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
03/10/2018	São Domingos do Norte/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
Reuniões Extraordinárias		
20/03/2018	Colatina/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
03/05/2018	Colatina/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce



Figura 104 - Reunião do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce – 07/02/2018

Tabela 60 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Pontões em 2018

Data	Município	Reuniões
07/02/2018	Mantenópolis/ES	7ª Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
13/04/2018	Marilândia/ES	8ª Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
05/03/2018	Colatina/ES	9ª Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
03/05/2018	Colatina/ES	10ª Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas

Tabela 61 - Reuniões com a participação do CBH-Pontões em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
28/06/2018	Linhares/ES	Consulta Pública: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
25/10/2018	Vitória/ES	Reunião de Alinhamento entre CBH-Doce e CBHs capixabas

12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês
Diversas	Diversas	Oficinas sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)



Figura 105 - Oficina sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)



Figura 106 - Reunião do Fórum Capixaba dos Comitês de Bacias Hidrográficas

CBH-Santa Maria do Doce

Tabela 62 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Maria no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
08/02/2018	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
17/05/2018	Santa Teresa/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
15/08/2018	São Roque do Canaã/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
Reuniões Extraordinárias		
17/01/2018	Colatina/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce
18/07/2018	São Roque do Canaã/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce

Tabela 63 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santa Maria em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)		
06/03/2018	João Neiva/ES	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Santa Maria
18/07/2018	São Roque do Canaã	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Santa Maria
28/11/2018	Gov. Valadares/MG	Reunião Conjunta das CTPPs dos CBHs capixabas

Tabela 64 - Reuniões com a participação do CBH-Santa Maria em 2018

Data	Município	Reuniões
26/01/2018	Linhares/ES	Encontro sobre elaboração de Acordos de Cooperação Comunitária
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
28/06/2018	Linhares/ES	Consulta Pública: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
25/10/2018	Vitória/ES	Reunião de Alinhamento entre CBH-Doce e CBHs capixabas
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês
Diversas	Diversas	Oficinas sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)



Figura 107 - Representante do CBH-Santa Maria do Doce durante o Fórum Mundial da Água – Março/2018

Tabela 65 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Barra Seca no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
25/01/2018	Sooretama/ES	15ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
15/03/2018	Jaguaré/ES	16ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
03/05/2018	Nova Venécia/ES	17ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
05/07/2018	Vila Valério/ES	18ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
13/09/2018	São Gabriel da Palha/ES	19ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
08/11/2018	Linhares/ES	20ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce



Figura 108 - 17ª Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca, realizada em 03/05/2018.

Tabela 66 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Barra Seca em 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)		
06/02/2018	Linhares/ES	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
03/05/2018	Nova Venécia/ES	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
09/10/2018	Jaguaré/ES	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)

Tabela 67 - Reuniões com a participação do CBH-Barra Seca em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
28/06/2018	Linhares/ES	Consulta Pública: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
25/10/2018	Vitória/ES	Reunião de Alinhamento entre CBH-Doce e CBHs capixabas
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês
Diversas	Diversas	Oficinas sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
Diversas	Diversas	Reuniões do Comitê Interfederativo (CIF)



Figura 109 - Reunião do Fórum Capixaba de Comitês – Junho/2018

CBH-Santa Joana

Tabela 68 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Joana no ano de 2018

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
23/02/2018	Itarana/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana
06/04/2018	Itaguaçu/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana
17/05/2018	Itaguaçu/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana

Tabela 69 - Reuniões com a participação do CBH-Santa Joana em 2018

Data	Município	Reuniões
18 a 23/03/2018	Brasília/DF	8º Fórum Mundial das Águas
28/06/2018	Linhares/ES	Consulta Pública: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)
20 a 24/08/2018	Florianópolis/SC	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XX ENCOB)
25/10/2018	Vitória/ES	Reunião de Alinhamento entre CBH-Doce e CBHs capixabas
12 e 13/12/2018	Gov. Valadares/MG	Seminário Técnico: Projetos Socioambientais e Socioeconômicos para a Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CIF e Fundação Renova
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da CTI do CBH-Doce
Diversas	Gov. Valadares/MG	Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
Diversas	Diversas	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês
Diversas	Diversas	Oficinas sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/ES)

Cumprе ressaltar que o IBIO, em cumprimento à determinação da Agência Nacional de Águas, expressa no Ofício nº 51/2018/SAS-ANA, suspendeu os atendimentos de secretaria executiva aos CBHs capixabas da Bacia do Rio Doce no segundo semestre de 2018. O referido documento proíbe a utilização de recursos de custeio, transferidos pela ANA ao IBIO, em atendimento aos comitês capixabas da bacia do Rio Doce, considerando que estes colegiados foram beneficiados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês).

8.7. Principais Deficiências e Dificuldades

O ano de 2018 foi um período marcado por dificuldades no atendimento aos comitês. Uma série de novas atividades foi incorporada ao escopo de trabalho dos CBHs, porém, ao mesmo tempo, a entidade passou por um período de reestruturação, que limitou a sua capacidade operacional. O recurso destinado ao custeio (7,5%) é escasso e, portanto, insuficiente para o atendimento pleno a todas as demandas dos comitês. Além disso, a incerteza quanto aos repasses estaduais e o fim do repasse adicional, que era feito pela ANA, limitaram ainda mais a capacidade de atendimento.

Diante do cenário acima mencionado, a Entidade Delegatária, junto ao CBH-Doce e aos Comitês de rios afluentes mineiros e capixabas, iniciaram os trabalhos para o desenvolvimento de um planejamento estratégico, cujo objetivo principal é estabelecer prioridades em consonância com a capacidade de atendimento da agência. A ideia é focar em macroações e trabalhar com um cronograma bem definido, a fim de otimizar o atendimento e garantir o bom funcionamento dos colegiados, sem prejuízo à implementação dos programas.

9. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

9.1. (P71) - Programa Comunicação do Programa de Ações

9.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce). A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o consequente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

9.3. Contratações e Resultados

➤ Contrato 06/2013

Contrato 06/2013		Programa	P71 /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação		Transversal / /			
Objeto		Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.			
Valor	R\$ 1.440.608,13	Contratado	Prefácio Comunicação Ltda.		
Pago	R\$ 1.440.608,13	Data	25/03/2013	Prazo	29/03/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Juliana	Aditivos	6

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

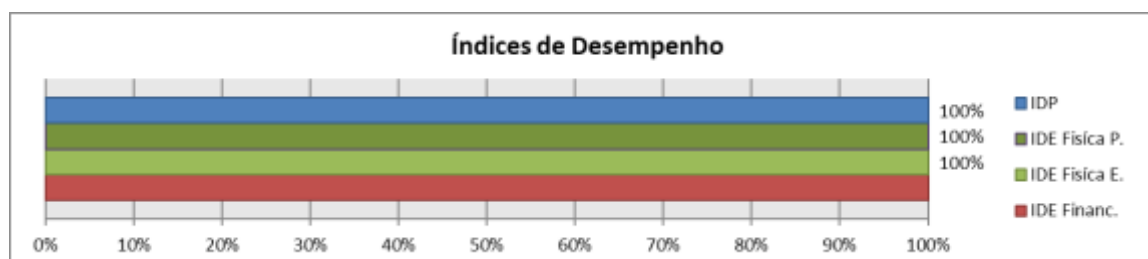
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	60 meses (Finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:

Em 2013, por meio de Ato Convocatório, foi contratada a empresa “Prefácio Comunicação”, especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

No entanto, em março de 2018, o contrato completou 60 (sessenta) meses, inviabilizando legalmente nova prorrogação. Já está sendo trabalhado o edital para nova contratação, no entanto, devido às limitações financeiras e questões operacionais da Entidade Delegatária, o novo Ato Convocatório ainda não foi lançado.

Desta forma, hoje, o CBH-Doce está sem suporte de uma empresa comunicação, razão pela qual algumas atividades anteriormente executadas foram descontinuadas. Cumpre ressaltar que as demandas mais urgentes, sobretudo no que se refere às questões de transparência, atualização do site e obrigações legais, estão sendo realizadas temporariamente pela Secretaria Executiva de apoio aos Comitês atendidos pelo IBiO.

Abaixo, seguem amostras dos trabalhos realizadas pela empresa entre janeiro de março de 2018, quando o contrato ainda estava vigente.

- **Releases:**

Para divulgar as ações dos comitês foram elaborados diversos releases, encaminhados aos conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBHs e IBiO. Segue abaixo link no site do CBH-Doce para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2018: <http://www.cbhdoce.org.br/category/releases>

Obs: após o encerramento do contrato não foram publicados novos releases.

- **Estruturação e manutenção de mailing list:**

Durante a vigência do contrato, a Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings*.

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).

- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Obs: A maioria dos mailings segue sendo atualizada, exceto os relacionados à imprensa.

- **Clipping:**

Durante a vigência do contrato, a fim de repercutir as aparições na imprensa, foram divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBiO. Todo o material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/category/clipping>

Obs: após o encerramento do contrato não foram feitos novos *clippings*.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- **Boletim Comunique-se:**

Newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBiO. Durante a vigência do contrato, o boletim era enviado mensalmente ao mailing atualizado. Todas as edições podem ser acessadas no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-comunique-se>

Obs: após o término do contrato, a produção e a divulgação do “Comunique-se” foram descontinuadas. Abaixo segue exemplo de boletim “Comunique-se”, veiculado em janeiro de 2018:



Figura 110 - Boletim Comunique-se – Janeiro de 2018

- **Fique Por Dentro:**

Newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBHs, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-fique-por-dentro>

Obs: após o término do contrato, a produção e a divulgação do “Fique por Dentro” foram descontinuadas. Na Figura 111, abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em março de 2018.



Figura 111 - Boletim Fique por Dentro – Março de 2018

- **IBIO Informa:**

Newsletter com informações acerca das ações do IBIO, no exercício das funções de agência de água. O conteúdo era destinado a todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO.

Obs: após o término do contrato, a produção e a divulgação do “IBIO Informa” foram descontinuadas.

- **Sites:**

Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBIO. Ao longo de 2018, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos.

Obs: A atualização do site continua sendo feita, sendo que, agora, é gerida pela secretaria executiva de apoio aos comitês. As prioridades são a inclusão de dados relacionados à transparência das informações e documentos legais do comitê e da entidade. Seguem abaixo os links de acesso aos sites:

- ✓ www.cbhdoce.org.br
- ✓ www.cbhpiranga.org.br
- ✓ www.cbhpiracicabamg.org.br
- ✓ www.cbhsantoantonio.org.br
- ✓ www.cbhsuacui.org.br
- ✓ www.cbhcaratinga.org.br
- ✓ www.cbhmanhuacu.org.br
- ✓ www.cbhguandu.org.br
- ✓ www.cbhsantamariadoce.org.br
- ✓ www.cbhpontoeselagoas.org.br
- ✓ www.ibioagbdoce.org.br



Figura 112 - Página inicial do site do CBH-Doce

- **Redes Sociais:**

Durante o contrato, a empresa de comunicação criou e manteve atualizadas *Fan pages* para os comitês. Essa ferramenta, também denominada “página de fãs”, é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas eram atualizadas periodicamente com informações referentes aos comitês e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente. As páginas permanecem ativas, no entanto, a atualização foi descontinuada após a finalização do contrato com a Prefácio Comunicação. Abaixo, como exemplo, *print* de parte da *fanpage* do CBH-Doce.



Figura 113 - Fanpage CBH-Doce

- **Criação de Templates/Artes:**

A fim de dinamizar e tornar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates*. Também foram criadas peças para incentivo ao uso racional da água e para divulgar a história das cidades que integram a região. Além disso, foram produzidas peças para divulgar os programas e artes diversas para divulgar os eventos e reuniões promovidos pelos CBHs.

Obs: após o término do contrato não foram criados novos templates/artes. O material era periodicamente publicado nos sites e nas fan pages, conforme figuras (Figura 114, Figura 115, Figura 116) abaixo:



Figura 114 - Template publicado na fanpage do CBH-Doce



Figura 115 - Arte para divulgação de Programa



Figura 116 - Arte criada para divulgação de evento/reunião

- **Assessoria de imprensa:**

Durante a vigência do contrato a Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBiO junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês, o IBiO e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem.

Obs: Após o encerramento do contrato, a atividade de assessoria de imprensa foi mantida parcialmente. Ainda é feito o atendimento à imprensa quando o CBH-Doce é acionado para agendamento de entrevistas e fornecimento de informações relacionadas às atividades do colegiado.

- **Arte e textos para materiais institucionais:**

Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folders sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, entre outras peças. Segue como exemplo arte criada para a capa do “Manual do Conselheiro”, material elaborado para orientar e formar os representantes dos Comitês, contendo informações sobre as funções e ações dos colegiados, além de orientações sobre o papel que cabe a seus conselheiros.

➤ **Contrato nº 11/2014**

Contrato 11/2014		Programa	P71 / Custeio	Recurso	ANA / IGAM
Alocação		Transversal / /			
Objeto					
Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório nº 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS.					
Valor	R\$ 89.771,49	Contratado Prefácio Comunicação Ltda			
Pago	R\$ 77.947,93	Data	01/07/2014	Prazo	04/07/2019
Saldo	R\$ 11.823,56	Gestor	Gustavo		Aditivo 4

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

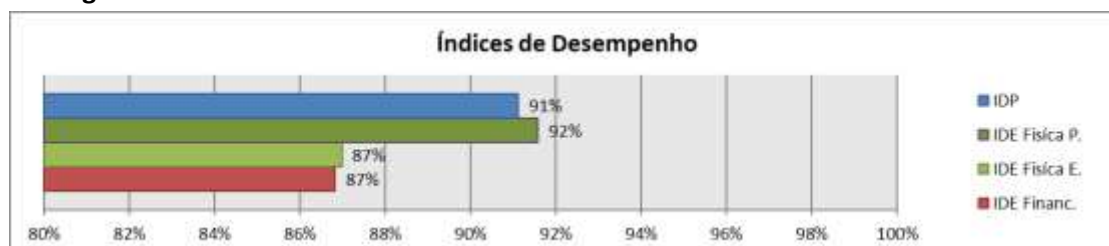
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	60 meses	54 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Os sites, criados a partir do Contrato nº 11/2014, constituem importantes ferramentas para a divulgação das ações dos comitês, informações sobre a gestão de recursos hídricos e, sobretudo, dão transparência a todos os processos realizados com recursos da cobrança pelo uso da água. Segue abaixo, como modelo, *print* do site do CBH-Piranga:



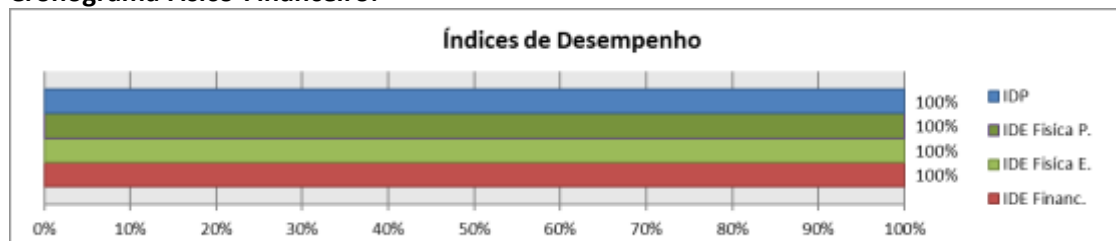
Figura 118 - Página principal do Site do CBH-Piranga

➤ **Contrato nº 44/2017**

Contrato 44/2017		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Doce / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação do serviço de confecção/produção de 2.500 (duas mil e quinhentas) agendas personalizadas para os comitês que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ser realizado nos termos, condições e especificações dispostas na Cláusula Terceira.			
Valor	R\$ 48.150,00	Contratado Rona Editora Ltda			
Pago	R\$ 48.150,00	Data	19/12/2017	Prazo	19/01/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Juliana	Aditivos	0

Identificação no PIRH-Doce:Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce**Modalidade de Aplicação:** Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce**Prazos Planejados e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 119 - Agenda diária 2018

9.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A maior parte do recurso alocado no Programa de Comunicação (P71) foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

O ano de 2018 foi marcado pela descontinuidade dos trabalhos de comunicação, devido à impossibilidade legal de renovação do contrato vigente. Além disso, considerando a reestruturação da entidade não foi possível realizar nova licitação, inviabilizando a chegada de uma nova empresa para retomar as atividades. Estabilizada a situação da entidade, já está sendo elaborado um novo edital – compatível à capacidade de entrega da agência – e a previsão é de que a nova empresa seja contratada e inicie as atividades ainda em 2019.

Tabela 70 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P71

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Comunicação Social (P71)						
Investimento Previsto no PAP	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2500,00
Investimento Realizado	508,47	434,16	180,52	0,00	0,00	1123,15

9.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

Objeto: Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano

Valor Estimado: R\$ 2.500.000,00

9.6. Ações do IBIO

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs).

Durante a vigência do contrato a empresa também foi responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibilizava dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO, através de um gestor designado realizava o acompanhamento do contrato, monitorando e avaliando os produtos elaborados. Mensalmente também era apresentado e validado um relatório contendo as principais atividades realizadas no período e os resultados alcançados.

Agora, após o final do contrato, o IBIO assumiu, mesmo que minimamente, as ações de comunicação. A equipe da secretaria executiva realiza a atualização dos sites, atualiza os maillings, registra as reuniões e realiza os atendimentos à imprensa.

9.7. Principais Deficiências e Dificuldades

A partir do trabalho de comunicação realizado na Bacia do Rio Doce entre 2013 e 2018 houve aumento da visibilidade e da representatividade do comitê junto à sociedade, fortalecendo o papel institucional dos colegiados. Além disso, houve a consolidação do CBH-Doce como fonte para tratar de assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos e temas correlatos.

No entanto, apesar de todo o investimento e dedicação, ainda é considerável a parcela da sociedade que desconhece o papel e o trabalho dos Comitês. Diante disso, é notório que além do trabalho específico de comunicação e assessoria de imprensa é necessário e relevante que sejam realizados

investimentos em ações de mobilização social e, eventualmente, em publicidade, devido ao alcance que este investimento pode proporcionar.

A interrupção do trabalho que vinha sendo realizado, após o encerramento do contrato, também foi um fator prejudicial à visibilidade dos comitês e suas atividades.

10. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

10.1. (P73) - Programa de Treinamento e Capacitação

10.2. Descrição

A implementação de um PIRH mobiliza um grande número de atores institucionais, para os quais o nivelamento de informações e a capacitação para a gestão de recursos hídricos representa um importante fator de eficácia.

O Programa de treinamento e capacitação visa desenvolver os recursos humanos envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como naqueles alocados às tarefas e ações de implementação, gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH Doce e Planos de Ação.

10.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2018 não houveram contratações para o Programa de Treinamento e Capacitação – P73.

10.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os Programas Hidroambientais, Programas de Saneamento e para Programas Transversais.

Na Tabela 71 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Treinamento e Capacitação (P73).

Tabela 71 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pela ANA para serem alocados ao Programa P73

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Treinamento e Capacitação (P72)						
Investimento Previsto no PAP	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	2000,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	12,56	0,00	0,00	12,56

10.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P73 - Programa de Treinamento e Capacitação

Objeto: Programação e desenvolvimento de ações de capacitação do quadro técnico envolvido nos Programas do PIRH; capacitação do quadro técnico de gestão de recursos hídricos através de treinamentos e oficinas de integração voltados para o planejamento, implementação, comunicação e avaliação das ações do PIRH; realização de oficinas de capacitação e integração das equipes internas do PIRH, voltadas para o conhecimento por parte das demais equipes dos aspectos específicos de cada área de atuação, em especial, capacitações voltadas para metodologias de mobilização social, comunicação, educação ambiental, gestão ambiental voltada para recursos hídricos; elaboração e implementação dos manuais de procedimentos e normas a serem obedecidas na gestão de recursos hídricos, incluindo a compilação e detalhamento da legislação vigente, os procedimentos de solicitação, avaliação e resposta a demandas, bem como o código básico de conduta e de orientação do comportamento dos quadros técnicos envolvidos; estabelecimento de convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação, bem como realização de treinamentos com participação dos órgãos gestores no âmbito federal e estadual voltados para as atividades técnicas de gestão de recursos hídricos; Implantação do sistema de qualidade para as atividades da equipe diretamente contratada para a implementação do PIRH. Inicialmente, a certificação seria na norma ISO 9.001, podendo ser ampliada posteriormente para a Certificação Ambiental através da norma ISSO 14.000; Padronização da documentação e formulários utilizados na gestão de recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 2.750.000,00

10.6. Ações do IBIO

As ações referentes a esse programa se tratam do Encontro Técnico do Rio Vivo, iniciativa de implementação conjunta dos programas citados abaixo:

- P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos;
- P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes; e
- P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.

O encontro foi realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2018, na cidade de Governador Valadares/MG, para subsidiar as empresas contratadas na elaboração de seus projetos técnicos. Desse modo, foram convidados três especialistas relacionados aos programas que compõem o Rio Vivo para darem uma base importante nas discussões e na elaboração do documento de diretrizes resultante do encontro, tendo em vista as inúmeras tecnologias e metodologias existentes atualmente no âmbito dos programas do Rio Vivo.

Os especialistas convidados foram:

- Alexandre Sylvio Vieira da Costa (UFVJM – Campus Mucuri), que teceu análises sobre a temática conservação do solo/controle de sedimentos (P12);
- Marcos von Sperling (Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG) que abordou sobre a temática saneamento rural (P42); e

- Ricardo Ribeiro Rodrigues (Departamento de Ciências Biológicas/ESALQ/USP), que tratou sobre a temática Restauração Florestal (P52).

O IBIO, através de seu setor de Programas e Projetos, organizou todo o evento e contou com o apoio de sua Secretaria Executiva para providenciar os meios de transporte e estadia desses especialistas, que vieram de Teófilo Otoni/MG, Belo Horizonte/MG e Campinas/SP. Os recursos despendidos para o transporte e estadia desses professores foram alocados no P73, uma vez que o evento consistiu em um momento de compartilhamento de conhecimento e de experiências vividas, de capacitação de todos os participantes, inclusive das empresas contratadas para o Rio Vivo.

Maiores informações sobre o Rio Vivo e maior detalhamento sobre o Encontro Técnico se encontram no Item 3.6 deste Relatório.

10.7. Principais Deficiências e Dificuldades

As maiores dificuldades encontradas até hoje para a implementação deste programa, está atrelada ao entendimento da descrição do mesmo no próprio PIRH, que se dá por meio de textos um pouco, digamos, contraditórios e confusos. Por esse motivo, nunca se compreendeu a melhor forma de implementar esse programa e até então, ele nunca havia sido implementado.

Logo, como a atividade relatada no item anterior já ocorreria de qualquer maneira, uma vez que era necessária para subsidiar o andamento dos contratos do Rio Vivo, foi discutido se não estaria encaixada no âmbito do P73. Após diversas análises entendeu-se que sim, já que os participantes do evento eram representantes do IBIO, dos Comitês de Bacia, de órgãos técnicos atuantes nas áreas de conhecimento do Rio Vivo e das empresas contratadas, os quais são importantíssimos para a implementação do PIRH e a sua capacitação contribui significativamente para o gerenciamento de recursos hídricos como um todo.

11. AÇÃO TRANSVERSAL

11.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

11.1.1. Descrição

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um território amplo e diversificado, que abrange 228 municípios e onde há a atuação de 12 (doze) Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo 01 (um) Comitê Federal, 06 (seis) Comitês Estaduais em Minas Gerais e 05 (cinco) Comitês Estaduais no Espírito Santo, todos atendidos pelo IBIO, no exercício das funções de Agência de Água. Considerando a necessidade expressa pelos membros desses Comitês em realizar deslocamentos frequentes para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO em se deslocar para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, bem como as ações que envolvem os Comitês de Bacia, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviço de motorista, quando necessário.

11.1.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 24/2016

Contrato 24/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.			
Valor	R\$ 1.283.181,06	Contratado Locadora de veículos Locavip Ltda		
Pago	R\$ 849.056,82	Data	01/08/2016	Prazo 03/08/2019
Saldo	R\$ 1.186.706,03	Gestor	Juliana	Aditivos 3

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

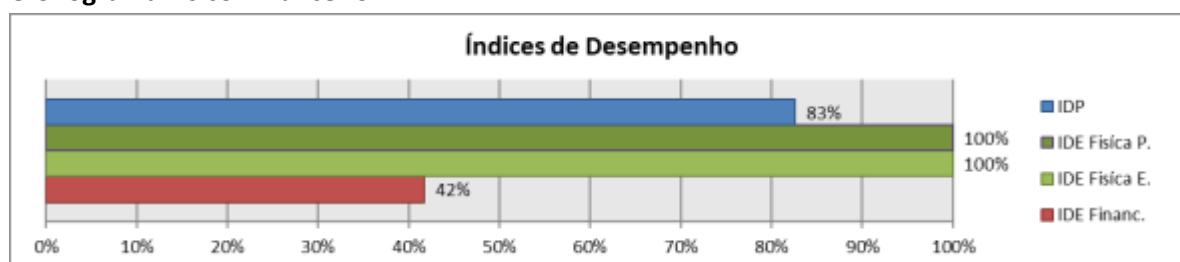
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	36 meses	29 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

O contrato celebrado com a empresa Locavip Locadora de Veículos tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO), entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. A partir dos veículos disponibilizados, é possível viabilizar a participação nas reuniões e demais eventos, essenciais para o efetivo desenvolvimento dos programas previstos no Plano de Recursos Hídricos.

O primeiro contrato referente à prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO foi assinado em 2013, abrangendo os seguintes serviços: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo mensal; Van; Motorista.

No entanto, a partir de 2015, houve um aumento intenso da demanda de viagens, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que impactou diretamente o trabalho dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Diante desse cenário, houve necessidade de ampliar emergencialmente o número de locações. Foi celebrado um contrato emergencial e, paralelamente, elaborado um novo termo de referência para a realização de uma nova licitação, em que foram alterados os quantitativos, a fim de atender à nova realidade. Além disso, foram inseridas novas modalidade de serviços, descritas abaixo: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo intermediário; Caminhonete; Veículo mensal; Van; Motorista.

Atualmente está vigente o Contrato nº 24/2016, cujo processo foi realizado através do Ato Convocatório nº 04/2016. Este contrato abrange todos os serviços acima listados, visando atender à atual demanda dos comitês e da agência.

11.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBHs. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, existe a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa e, ainda, a morosidade dos conselheiros em reunir os documentos comprobatórios e preencher corretamente os comprovantes de viagem. O processo de conferência após cada locação, visando dar transparência e garantir o bom uso do recurso público, é feito de forma detalhada, juntando toda a documentação necessária à correta prestação de contas.

11.2. Emissão de Passagens Aéreas

11.2.1. Descrição

Eventualmente, os conselheiros que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como os funcionários da agência e convidados, precisam realizar viagens de longa distância, sendo, em muitos casos, necessária a aquisição de passagens aéreas.

Essas viagens ocorrem para a participação em eventos como:

- Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado anualmente;
- Reuniões com órgãos gestores (ANA, IGAM e AGERH);
- Eventos do Comitê Interfederativo – instância criada após o rompimento da Barragem de Fundão;
- Entre outras atividades inerentes à gestão de recursos hídricos.

Diante desta necessidade, foi realizado Ato Convocatório para contratação de empresa especializada, cujo objeto consiste em serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

11.2.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 25/2016

Contrato 25/2016		Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM
Alocação		Transversal / /			
Objeto		Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce.			
Valor	R\$ 620.203,49	Contratada Leste Turismo Ltda			
Pago	R\$ 526.845,71	Data	02/09/2016	Prazo	04/09/2019
Saldo	R\$ 628.411,92	Gestor	Luana	Aditivo 2	

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

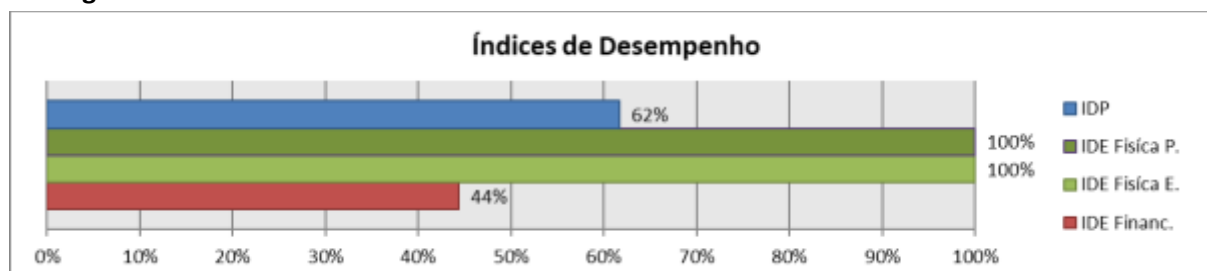
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	36 meses	28 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

O primeiro contrato referente à emissão de passagens aéreas foi firmado em 2012, época em que a Agência e os Comitês estavam iniciando a estruturação dos trabalhos. Em 2016, tendo em vista a necessidade de aprimoramentos e ajustes nos quantitativos, foi realizado um novo Ato Convocatório. Ambas as concorrências foram vencidas pela empresa LESTE TURISMO.

A aquisição de passagens possibilita o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO para eventos importantes ligados às questões ambientais e hídricas, realizados em cidades mais distantes, como, por exemplo, o Encob, em 2018 realizado na cidade de Florianópolis/SC; reuniões do Comitê Interfederativo e outros eventos envolvendo a Fundação Renova, realizados, na maioria das vezes, em Brasília; atividades na sede do IBIO Institucional, localizada Rio de Janeiro), reuniões com a ANA (Brasília), IGAM (Belo Horizonte), AGERH (Vitória) entre outras.

Abaixo, seguem fotos de conselheiros e convidados em eventos cuja compra das passagens aéreas foi feita pela Leste Turismo.



Figura 120 - Encontro Nacional de Comitês em Florianópolis/SC – Agosto/2018



Figura 121 - Reunião da coordenação do Fórum de CBHs – Florianópolis/SC – Janeiro/2018

11.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Entre os principais entraves encontrados na gestão deste contrato está a disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Desta forma, é necessária uma complexa logística para viabilizar o deslocamento da cidade de origem até o aeroporto mais próximo, compatibilizando os horários dos voos e eventos, de forma a garantir, ainda, o melhor custo benefício. Outro problema, que dificulta o atendimento, são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam a aquisição de passagens imediatas, nem sempre disponíveis.

11.3. Organização e Execução de Eventos

11.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada à contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoio à realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. O termo de referência é bastante amplo e foi feito a fim de contemplar quatro eixos principais:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

São contemplados os seguintes produtos/serviços:

- Locação de espaço para eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;

- Recepcionistas para eventos; Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo Datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

11.3.2. Contratações e Resultados

➤ [Contrato nº 19/2013](#)

Contrato 19/2013		Programa	Transversal /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação		Transversal / /			
Objeto		Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce.			
Valor	R\$ 5.285.206,39	Contratado	Completa Consultoria Política Ltda.		
Pago	R\$ 1.795.890,08	Data	02/09/2013	Prazo	06/09/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Juliana	Aditivos	5

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

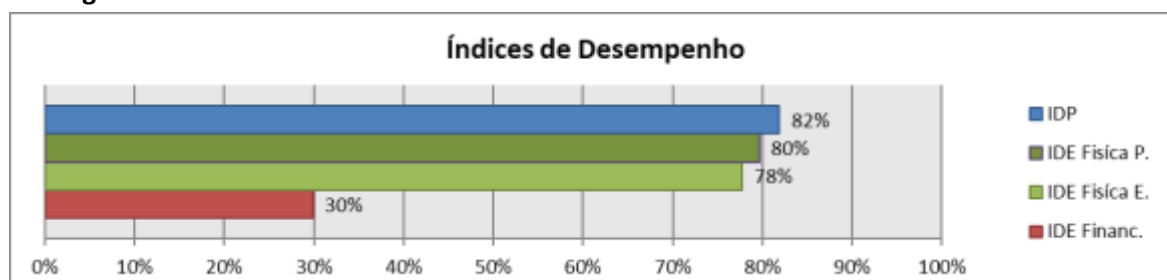
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	60 meses	60 meses (Finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:

O Contrato nº 19/2013, firmado entre o IBIO e a empresa Completa Consultoria Política, teve início em 2013 e foi encerrado em setembro de 2018, considerando que completou 60 meses, impossibilitando nova prorrogação.

Durante a vigência do mesmo a empresa era responsável pelo suporte aos eventos e reuniões realizados pelos comitês, ocasiões em que são deliberados temas relevantes relacionados à gestão de recursos hídricos e a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, conforme os programas previstos nos Planos de Recursos Hídricos. Os serviços eram solicitados de acordo com as demandas apresentadas pelos comitês, em atendimento aos planos de trabalho anuais, cujo objetivo é deliberar assuntos pertinentes à execução dos programas do PAP.

Após a prestação do serviço, o comitê atestava se o mesmo foi realizado de acordo as especificações do contrato e a equipe da secretaria executiva ficava responsável pela juntada os documentos e comprovações necessárias ao pagamento. Seguem abaixo exemplos e fotos de eventos realizados com o apoio da Completa, bem como materiais impressos pela empresa.

Cumpramos ressaltar que ainda não foi contratada uma nova empresa para a prestação dos serviços que eram executados pela Completa Consultoria. Dessa forma, as atividades abaixo relatadas ocorreram entre os meses de janeiro e setembro de 2018. A partir de então o comitê tem buscado organizar as reuniões por meio de parcerias. A equipe do IBIO já está trabalhando em um novo edital, porém o mesmo será todo reformatado a fim de melhorar a qualidade do serviço prestado. A expectativa é que a publicação do Ato Convocatório e a contratação da empresa ocorram ainda em 2019.

- **Reuniões plenárias:**

o longo do ano são realizadas diversas reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias. Nestes encontros, os conselheiros se reúnem para analisar e deliberar sobre as ações que serão realizadas ao longo do ano. As principais demandas atendidas pela empresa estavam relacionadas a infraestrutura para a realização dos encontros (computador, datashow, som) e o lanche, servido aos participantes.



Figura 122 - Lanche servido durante a reunião plenária do CBH-Doce – Abril/2018



Figura 123 - Lanche servido durante reunião do CBH-Barra Seca em 2018

- **Reuniões diversas:**

Além das reuniões ordinárias, os comitês realizam diversas atividades, tais como: seminário de educação ambiental, seminários de saneamento, encontros de mobilização, reuniões de câmaras técnicas e grupos de trabalho.

- **Materiais institucionais:**

A empresa também era responsável pela impressão de materiais como, por exemplo, folders e banners utilizados para a divulgação dos comitês e da agência. Além de certificados, convites e outras peças gráficas.

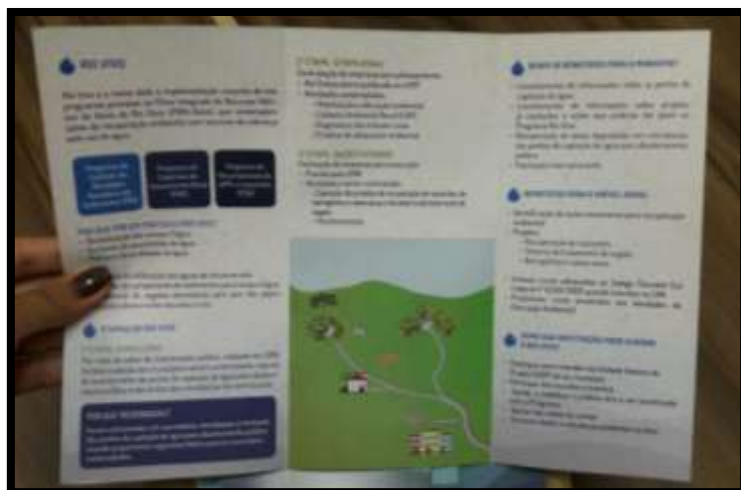


Figura 124 - Folder Rio Vivo – CBH-Suaçuí



Figura 125 - Crachás para os membros do CBH-Doce

11.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

A proposta de uma única empresa de eventos para atendimento a toda a bacia apresenta vantagens e desvantagens. A existência de um contrato único facilita o gerenciamento do IBIO, porém dificulta a prestação do serviço nas cidades mais distantes de Governador Valadares, tendo em vista a extensão territorial da Bacia do Rio Doce.

Além disso, o contrato contempla uma ampla variedade de serviços. A fim de otimizar a prestação do serviço está prevista para o ano de 2019 a realização de novos atos convocatórios, distribuindo o gerenciamento de eventos em quatro contratações: infraestrutura, alimentação, brindes e serviços gráficos. Desta forma, será possível abranger mais serviços e buscar empresas especializadas, aprimorando a qualidade do atendimento prestado.

12. ESTUDOS ESTRATÉGICOS VOLTADOS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS EM MARIANA/MG

12.1. Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água

12.1.1. Descrição

Em 2011, foi lançado, pela ANA, o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, uma consolidação de estudos desenvolvidos desde 2005, com o objetivo de analisar e aperfeiçoar a oferta de água para sistemas de abastecimento público das 5.565 sedes municipais brasileiras para o horizonte de 2015.

Os sistemas cujos mananciais apresentaram disponibilidade hídrica insuficiente ou cujas unidades de produção de água (captação, adução, estações elevatórias e de tratamento de água) tinham necessidade de ampliação ou adequação foram considerados vulneráveis e para eles foram propostas alternativas técnicas para solução do problema. Os demais foram considerados satisfatórios.

Para os sistemas com vulnerabilidade, os projetos existentes para solucionar o problema foram incorporados ao portfólio de soluções. Na ausência de projetos, alternativas em nível de concepção foram desenvolvidas, com o fim de atender a demanda de água prevista para o ano de 2025. O resultado desse trabalho indicou a necessidade de investimentos, estimados a preços de julho de 2010, de R\$ 22,2 milhões para melhorar a oferta de água a 139 milhões de habitantes até 2025.

No projeto foi desenvolvido um sistema georreferenciado com a inclusão de dados relativos aos sistemas de abastecimento de água e às sedes municipais, o que agilizou a análise e a proposta de soluções. Foram também elaborados croquis representativos dos sistemas com informações das capacidades das unidades produtoras de água para cada sistema de abastecimento de água.

Os resultados desse estudo estão disponíveis na Internet - site www.ana.gov.br/atlas, o que permite a consulta por qualquer cidadão e, principalmente, por técnicos e dirigentes que trabalham no setor.

Assim, o Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água disponibiliza informações sistematizadas e obtidas através de metodologia e referencial padronizados sobre a oferta e a demanda de água para abastecimento público de água das 5.565 sedes municipais do Brasil. Essa ferramenta vem sendo usada na tomada de decisões contextualizadas, no planejamento integrado (evitando a dispersão de esforços e a desarticulação entre as ações públicas voltadas para o abastecimento público), na proposição de políticas públicas em situações de normalidade ou de emergência (como o caso de eventos da seca no Nordeste e o caso do desastre com a barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, atingindo o abastecimento de vários municípios pelo rio Doce) e no estabelecimento das bases para o levantamento de recursos no sentido da necessidade de investir em produção de água. É por essa razão que mantê-lo atualizado é fundamental para a continuidade e ampliação de sua utilidade.

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, mostrou a premência da atualização de dados sobre os sistemas públicos de abastecimento de água não somente no contexto do Atlas, mas com uma visão mais ampliada envolvendo a segurança hídrica desses sistemas. Muito

mais ainda para aqueles sistemas que abastecem uma população de maior porte, cuja logística para abastecer emergencialmente requer soluções complexas e de difícil concretização num curto espaço de tempo.

Dentre as ações relacionadas ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, a contratação da atualização dos dados e croquis do Atlas Brasil foi priorizada pela ANA e pelo IBIO para o ano de 2016, assim como a contratação dos serviços de topobatemetria. Dessa forma, a equipe técnica do IBIO trabalhou no ano de 2016, em conjunto com a equipe da ANA, para a viabilização das referidas contratações priorizadas. No ano de 2017 foi assinado o contrato e elaborada a maior parte dos Produtos.

O objeto da contratação realizada pelo IBIO foi a atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil - Abastecimento Urbano de Água das sedes municipais inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, assim como o incremento do conhecimento sobre segurança hídrica (qualitativa e quantitativa) e vulnerabilidade dos sistemas produtores de água para abastecimento público das sedes municipais inseridas nessa bacia.

12.1.2. Contratações e Resultados

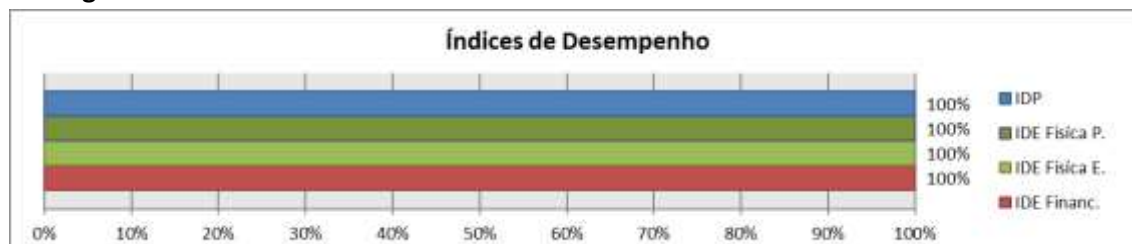
No dia 20/10/2016 o Ato Convocatório para contratação da atualização Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água foi publicado. O valor máximo global estimado para a contratação foi de R\$ 2.088.538,45 (dois milhões oitenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos). A sessão pública para abertura das propostas ocorreu no dia 08/11/2016. Na ocasião, apenas a empresa Engecorps Engenharia S/A. compareceu à sessão pública, sendo a única concorrente no Ato, uma vez que também não houve nenhuma proposta recebida via Correios. A sessão foi suspensa para análise da Proposta Técnica pela Comissão Gestora de Licitação e Contratos (CGLC). Após realizada a análise, a concorrente foi desclassificada do certame, por apresentar desconformidades com o Ato Convocatório. Porém, como todos os concorrentes (no caso, apenas uma empresa) foram desclassificados, foi concedido prazo para apresentação de nova proposta. Dessa forma, a empresa apresentou uma nova proposta, que foi analisada pela CGLC e encontrava-se em conformidade com o Ato Convocatório, sendo a empresa declarada vencedora do certame. Tendo em vista que o certame ocorreu já no final do ano de 2016, a assinatura do Contrato nº 01/2017, entre o IBIO e a Engecorps, foi realizada no dia 03/01/2017.

➤ Contrato nº 01/2017

Contrato 01/2017		Programa	Atlas /	Recursos	ANA RA /
Alocação		SAE / 11milhões / /			
Objeto		Prestação de serviços de atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil - Abastecimento Urbano de Água das sedes municipais inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.			
Valor	R\$ 1.392.428,00	Contratado	Engecorps Engenharia S/A		
Pago	R\$ 1.392.428,00	Data	03/01/2017	Prazo	05/06/2018
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Cynthia		Aditivos 2

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	13 meses	17 meses (Finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:**Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:**

As justificativas para os atrasos do contrato estão relacionadas à dificuldade de obtenção de informações sobre os sistemas de abastecimento de água junto à Copasa; ao grande número de visitas de campo (total de 107 Municípios), que dependiam de autorização das concessionárias em grande parte; além da espera de manifestação das equipes da ANA sobre o conteúdo dos Produtos, que no geral foram ágeis, mas por vezes geraram algum atraso na conclusão dos Produtos.

12.1.3. Ações do IBIO

Conforme já mencionado, o contrato com a empresa Engecorps foi assinado no dia 03/01/2017. Ao longo de 2017 e 2018 foram realizadas diversas reuniões e atividades para o acompanhamento do contrato e validação dos Produtos. A seguir são descritas as principais atividades.

- Reuniões iniciais de planejamento**

A reunião inicial de planejamento ocorreu no dia 02/02/2017, na sede da Engecorps, em São Paulo, e contou com a participação de representantes da Engecorps e IBIO, presencialmente, e da ANA, por vídeo conferência (Figura 126). De maneira geral, a reunião foi para apresentação dos atores envolvidos, explanação do conteúdo do Produto 1 e definição de conceitos.



Figura 126 - Reunião inicial de planejamento entre IBiO, Engecorps e ANA

No dia 16/02/2017, na ANA, em Brasília, foi realizada uma reunião entre os técnicos das áreas de tecnologia de informação e geoprocessamento do IBiO AGB Doce, Engecorps e ANA para alinhar o que as instituições possuem de bases de dados disponíveis e como seria a compatibilização das informações.

- **Articulação para obtenção de dados**

Para iniciar o diálogo e obter dados sobre os sistemas de abastecimento de água de cada um dos 228 municípios da bacia do rio Doce, o IBiO enviou ofícios para as 79 Prefeituras Municipais que possuem como prestador dos serviços de abastecimento de água, conforme o SNIS, um serviço municipal.

No que se refere aos 14 municípios atendidos pela CESAN, foi enviado um ofício para a concessionária solicitando as informações necessárias sobre cada um dos 14 municípios. No dia 13/03/2017 as informações solicitadas foram entregues ao IBiO. Durante o ano de 2017 informações revisadas e novos dados também foram solicitados e, de maneira geral, obtidos.

Para as informações dos 135 municípios que possuem a COPASA como prestadora dos serviços, foi realizada uma reunião, no dia 09/02/2017, na sede da concessionária, em Belo Horizonte, onde estiveram presentes representantes do IBiO, Engecorps e COPASA. Logo após a reunião, foi enviado ofício para a concessionária formalizando a solicitação dos dados necessários.

Ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas diversas solicitações junto à Copasa para obtenção de todas as informações necessárias, por meio de ligações, e-mails e ofícios, além de solicitação do apoio da ANA. As primeiras informações demoraram a ser fornecidas.

A articulação com a Copasa foi uma grande dificuldade ao longo do trabalho, tendo em vista que a concessionária não se mostrou aberta a fornecer as informações com agilidade e qualidade necessária para a atualização do Atlas Brasil. Salienta-se que a dificuldade em obtenção de dados com a Copasa é também devido ao fato que a mesma é dividida em Distritos, sendo a disponibilização das informações realizada por dirigentes diferentes.

Independente da visita de campo, sobre os serviços de abastecimento de água, foram recebidas informações atuais de 226 Municípios da bacia (do total de 228), sendo que apenas 2 Municípios (Ubá/MG e Cuparaque/MG) em que tinham a COPASA como concessionária, tais dados não foram

disponibilizados, conforme ilustra a Figura 127. Vale ressaltar que esses 2 Municípios ainda assim tiveram suas informações atualizadas a partir de outras fontes de referência.

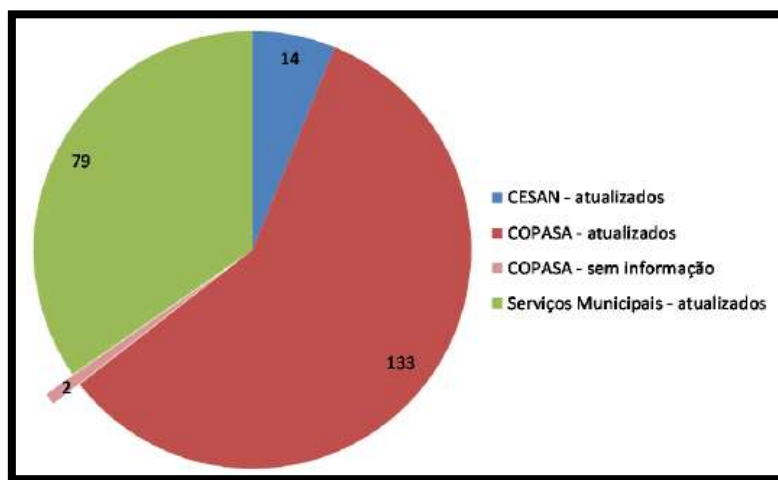


Figura 127 - Situação da obtenção de dados atualizados

Além disso, foi necessária a articulação com outras instituições, com destaque para a ANA e o IGAM. Como há várias análises nos Produtos do Atlas Brasil que envolvem a qualidade e quantidade das águas dos cursos d'água, foi necessário solicitar estudos e informações às instituições para se ter os dados mais adequados e atuais a serem trabalhados.

- **Visitas em campo**

Foram previstas visitas em campo no sistema de abastecimento de água de 107 municípios da bacia. Todos os municípios já foram visitados, mesmo aqueles em que a Copasa era a concessionária dos serviços de abastecimento de água. No dia 06/04/2017 foi realizada a visita ao sistema de abastecimento de água de Governador Valadares, a qual foi acompanhada por representantes do SAAE, IBIO e da Engecorps (Figura 128).



Figura 128 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps

No dia 07/04/2017, no IBIO, em Governador Valadares, ocorreu uma reunião entre representantes do IBIO e o Sr. Octávio Macedo, da Engecorps, que realizou diversas visitas de campo nos municípios

da bacia do rio Doce. A reunião foi com o propósito de alinhar algumas pendências de liberação de visitas em municípios atendidos pela Copasa e relatar a percepção geral dos Sistemas de Abastecimento de Água da Bacia.

- **Articulação com CBHs e divulgação**

Nas reuniões realizadas nos Comitês de Bacia e com municípios foi sido destacado o trabalho para elaboração da atualização do Atlas Brasil, com o intuito de facilitar a obtenção de dados e divulgar as ações. Além disso, nas redes sociais e sites dos Comitês de Bacia foram veiculadas informações sobre o processo (Figura 129). Os Produtos estão publicados nos sites.



Figura 129 - Divulgação sobre o Atlas Brasil em rede social do CBH Doce

- **Reuniões para avaliação e discussão dos Produtos**

A atualização do Atlas Brasil para a bacia do rio Doce, é composta por 6 Produtos. Para cada um dos Produtos foram previstas reuniões entre IBIO, Engecorps e ANA para discussão do conteúdo e alinhamento dos próximos passos. No ano de 2017 foram elaborados os Produtos de 1 a 5, e no ano de 2018, o Produto 6 – Relatório Final, que consiste na consolidação de todos os Produtos anteriores. Dessa forma, a seguir são descritas as reuniões para avaliação de cada um dos Produtos.

No dia 10/05/2017, no IBIO, em Governador Valadares, ocorreu a reunião para discussão do Produto 2 - Estudo de Demandas e Oferta de Água do Atlas Brasil. Estiveram presentes representantes do IBIO e Engecorps, além de representantes da ANA por videoconferência.

No dia 08/08/2017, na ANA, em Brasília, ocorreu a reunião para discussão do Produto 3 - Diagnóstico da Oferta Hídrica, da Infraestrutura e da Gestão Operacional do Sistema do Atlas Brasil. Nos dias 16 e 17/11/2017, na ANA, em Brasília, ocorreram reuniões para discussão dos Produto 4 - Proposta de intervenções e custos e Produto 5 - Proposta de melhoria do monitoramento dos mananciais atuais e futuros do Atlas Brasil. Estiveram presentes representantes do IBIO, Engecorps e ANA. No dia 01/03/2018, na ANA, em Brasília, ocorreu a reunião para discussão do Produto 6 - Relatório Final (Figura 130). Estiveram presentes representantes do IBIO, Engecorps e ANA.



Figura 130 - Reunião do Produtos 6 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA

As reuniões para análise dos Produtos eram sempre realizadas após a emissão de Parecer Parcial, referente a análise do Produto em versão preliminar, de forma que a reunião se tornava mais produtiva para o esclarecimento de dúvidas e realização de sugestões para os conteúdos e formatação dos Produtos.

• Gestão do Contrato

Além das atividades descritas anteriormente, várias ações rotineiras ocorreram para o adequado acompanhamento e gestão do trabalho, como diversas ligações e trocas de e-mails entre equipes técnicas do IBIO e Engecorps, para esclarecimentos, compartilhamento de informações, aprovação de formatos e metodologias, entre outros; elaboração de pareceres técnicos para aprovação ou solicitação de adequações nos Produtos; e ainda controles de produtos, documentos e financeiros.

Os Produtos entregues ao longo da Atualização do Atlas Brasil possuíam conteúdo bastante técnico e extenso, exigindo análises minuciosas para a elaboração de cada Parecer. Para ilustrar o trabalho envolvido na validação de tais Produtos, a Tabela 4 indicada o número de Tomos que compunham cada Produto, sendo que cada Tomo apresentava grande quantitativo de páginas.

Tabela 72 - Número de Tomos em cada Produto

Produto	Nº de Tomos
Produto 1 - Plano de Trabalho	1
Produto 2 - Estudo de Demandas e Oferta de Água	5
Produto 3 - Diagnóstico da Oferta Hídrica, da Infraestrutura e da Gestão Operacional do Sistema	4
Produto 4 - Proposta de intervenções e custos	4
Produto 5 - Proposta de melhoria do monitoramento dos mananciais atuais e futuros	1
Produto 6 - Relatório Final	8

Além desse grande trabalho de leitura e análise dos Tomos, foi preciso avaliar diversos conteúdos em formatos diversos, como arquivos shapefiles, mapas, croquis e planilhas, que muitas vezes exigia análises ainda mais minuciosas, devido ao nível de detalhamento das informações, sempre apresentadas para cada Município da bacia (total de 228).

- **Demais ações**

Tendo o contrato se encerrado, ainda em 2018, o IBiO preparou, em articulação com os CBHs afluentes da Bacia do Rio Doce, a disponibilização das vias digitais do Relatório Final do Atlas a todos os 228 municípios da Bacia do Rio Doce, de forma a promover visibilidade ao trabalho realizado e, principalmente, ampliação do alcance de sua utilização como ferramenta de gestão. Em junho de 2018, o IBiO realizou também apresentação para a CTGEC sobre o Produto 6 – Relatório Final (Figura 131).



Figura 131 - Reunião da CTGEC onde foi apresentado o Produtos 6 do Atlas Brasil

Ainda quanto a essa contratação, surgem demandas de municípios e instituições que ligam ou mandam e-mail solicitando informações.

12.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

A maior dificuldade enfrentada nesse processo de atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água na bacia do rio Doce, foi em relação a se obter as informações dos sistemas de abastecimento de água em que a COPASA é a prestadora dos serviços.

Além disso, esse é um estudo bastante específico e de atualização de banco de dados e imagens já existentes, que são administrados pela ANA e não pelo IBiO. Dessa forma, houve a necessidade de constantes alinhamentos junto à ANA para a validação dos Produtos.

12.2. Modelagem Hidrológica; Hidráulica; Hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana/MG

12.2.1. Descrição

Justificativa - Considerando os problemas relacionados à ruptura da barragem de rejeito de Fundão e os impactos atuais e futuros provocados, é premente o desenvolvimento de estudos de caracterização do problema visando a subsidiar a definição de ações de redução dos impactos. Para a realização dos estudos técnicos, serão necessários levantamentos de dados em campo e estudos técnicos específicos de modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem.

Objetivo Geral - Contratação de empresa especializada em modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem para estudos na Bacia do Rio Doce e nos principais afluentes, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana. Observação: os principais afluentes afetados pelo rompimento da barragem.

Objetivos específicos

- Caracterizar as condições geomorfológicas atuais pós-desastre;
- Avaliação das perspectivas futuras de recuperação;
- Avaliação do impacto provocado para os diferentes usos da água;
- Avaliação das alterações relacionadas aos riscos de inundações na região.

Macro Atividades Previstas - As seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

- Planejamento das atividades;
- Visita de reconhecimento de campo;
- Levantamento de dados de campo e ensaios geotécnicos;
- Modelagem hidrológica;
- Modelagem hidráulica;
- Modelagem de ruptura de barragem de Fundão;
- Modelagem hidrossedimentológica;
- Diagnóstico da situação atual;
- Diretrizes de ações para mitigação dos impactos;
- Prognóstico da situação futura.

Custo total estimado - A estimativa do valor global dos estudos é da ordem de R\$ 4.000.000,00, com uma duração total de 450 dias.

12.2.2. Contratações e Resultados

Não foram realizadas contratações relacionadas a essa ação no ano de 2018. Isso se deve ao fato de que, dentre as ações e estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem Mariana, foram priorizados pela ANA e IBIO, a contratação da atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água, concluído em 2018 e dos serviços de topobatimetria, em conclusão.

12.2.3. Ações do IBIO

Em 2018 não foram realizadas ações específicas relacionadas às contratações de Modelagem Matemática para Simulação de Inundações Naturais e por Ruptura de Barragens e de Modelagem Hidrossedimentológica e de Qualidade da água. Conforme previsto no item VII da Nota Técnica Conceitual nº 03/2016/SOE/ANA, as minutas de termos de referência serão elaboradas pela ANA e enviadas ao IBIO, a quem caberá a sua adequação e licitação, assim como a gestão dos contratos homologados.

Nesse sentido, a equipe do setor de Programas e Projetos do IBIO está aguardando o recebimento da minuta de Termo de Referência para a próxima contratação, que será a modelagem relacionada a inundações naturais e por ruptura de barragens. Conforme alinhamento realizado entre IBIO e ANA em reunião realizada no dia 08/12/2017, via *Skype*, a equipe da SOE/ANA está trabalhando na minuta do Termo de Referência referente a inundações naturais e ruptura de barragens, sendo que a previsão de encaminhar o Termo ao IBIO era em 2018, o que não ocorreu. A ANA está realizando um trabalho de verificação junto à Fundação Renova de levantamento de informações e ações/estudos que estão sendo realizados, visando a otimização de esforços e a não contratação de serviços em duplicidade. Portanto o IBIO está aguardando a definição da ANA sobre a contratação destes serviços.

12.2.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Conforme relatado, essa ação ainda não foi iniciada efetivamente, portanto, ainda não cabe relatar deficiências e dificuldades.

12.3. Serviços de Topobatimetria

12.3.1. Descrição

A realização dos serviços de topobatimetria visa aprofundar o conhecimento físico da bacia sobre a conformação dos rios a serem estudados, as infraestruturas existentes e que interferem ou sofrem com a dinâmica das cheias, o levantamento de marcas de cheias passadas e de perfil de linha d'água, o que permite melhor calibração dos modelos e o georreferenciamento das estações fluviométricas na Bacia do Rio Doce. Fazem parte do trabalho as seguintes etapas:

- Levantamento de seções transversais, nos trechos de rios selecionados para a modelagem das cheias naturais e o caminhamento a jusante das barragens que serão escolhidas para rompimento;
- Medição de perfis de linha d'água nas seções transversais levantadas;
- Identificação de marcas de cheia notáveis;
- Georreferenciamento de estações fluviométricas nos cursos d'água investigados.

A definição da geometria da calha do rio e da área seca por meio do levantamento topobatimétrico permite o estabelecimento do modelo tridimensional do curso d'água, o qual é necessário para o desenvolvimento do modelo hidráulico de propagação de vazões. Este modelo é então utilizado para definir os perfis da linha d'água e as manchas de inundação para cada cenário de vazão. Assim,

simulando-se este modelo para um conjunto de vazões associadas a diversas probabilidades de recorrência, obtém-se um conjunto de manchas de inundação para compor os mapas de risco. Assim sendo, tem-se que os serviços de topobatimetria subsidiarão o estudo de modelagem matemática, previsto nos Planos de Trabalho Específicos constantes do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 072/ANA/2011.

12.3.2. Contratações e Resultados

Não foram realizadas contratações relacionadas a essa ação no ano de 2016. Em 2017, foi publicado o Ato Convocatório e foi realizado o certame, no entanto o mesmo acabou sendo frustrado. Portanto, foi necessário a publicação de novo Ato Convocatório em 2017. Todo o histórico relacionado a esse processo encontra-se detalhado nos itens 12.3.3 - Ações do IBIO; e 13.3.4 - Principais Deficiências e Dificuldades.

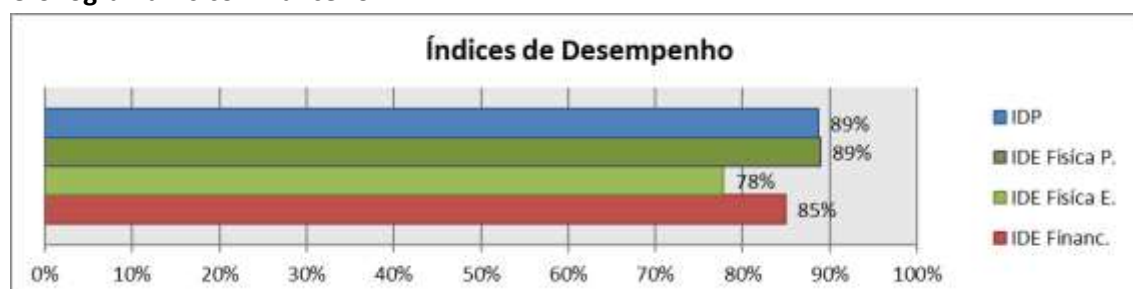
➤ Contrato nº 20/2017

Contrato 20/2017		Programa	Topobatimetria /	Recurso:	ANA RA /
Alocação		SAE / 11milhões / /			
Objeto		Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de topobatimetria para o levantamento de 375 seções fluviais transversais, marcas de cheias, linha d'água georreferenciamento de estações fluviométricas na bacia do Rio Doce.			
Valor	R\$ 944.999,83	Contratado Consominas Engenharia Ltda			
Pago	R\$ 802.115,86	Data	03/08/2017	Prazo	27/03/2019
Saldo	R\$ 142.883,97	Gestor	Fabiano		Aditivos 3

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	15 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	17 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Conforme previsto na Cláusula Sétima do referido Contrato, o prazo de duração inicial do Contrato era de 210 (duzentos e dez) dias, com vigência a partir do dia 03/08/2017.

No dia 31 de janeiro de 2018 a Consominas encaminhou Ofício nº 012/2018 solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 120 dias, apresentando as seguintes considerações e justificativas:

- Que o trabalho de campo tem demorado mais tempo que o previsto, em função de condições climáticas adversas, que vêm dificultando a execução do serviço de campo e comprometendo o acesso aos locais das seções para realização dos levantamentos;
- A possibilidade de ocorrência de novas situações atípicas em campo que podem comprometer a conclusão da execução dos serviços dentro do novo prazo proposto pela empresa;
- Ser pertinente incluir um período de tempo, após a entrega do Produto 03 – Relatório Final de Levantamento, para que o IBIO preceda à validação final e, caso seja necessário, a empresa contratada realize eventuais adequações que se fizerem necessárias;

No dia 14 de agosto de 2018 a Consominas encaminhou Ofício nº 061/2018 solicitando nova prorrogação do prazo de vigência por mais 90 dias, apresentando, conforme recorte do referido Ofício da Consominas, as seguintes considerações e justificativas:

Tal solicitação justifica-se pelos consecutivos atrasos para a realização da análise técnica dos Produtos entregues, que veem sendo realizada pela equipe da Superintendência de Operações e Eventos Críticos (SOE) da Agência Nacional de Águas (ANA), atraso este que tem impactado diretamente no prazo final do contrato e consequentemente em seu equilíbrio econômico financeiro que hoje se encontra severamente prejudicado. Observamos que a Consominas depende do parecer com a aprovação ou crítica das seções fluviais para providências relativas às revisões e entregas finais. O quadro a seguir exemplifica o tempo de análise das seções entregues.

Figura 132 – Recorte do Ofício Consominas nº 061/2018

Data de envio	Material entregue	Análise SOE/ANA	Retorno SOE/ ANA	
30/04/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 01 – 131 seções	40 seções	29/05/2018	29 dias
		25 seções	04/06/2018	35 dias
		66 seções	19/06/2018	50 dias
07/06/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 02 – 119 seções	119 seções	07/08/2018	61 dias
17/07/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 03 – 114 seções	Sem retorno		28 dias
10/07/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 01	Sem retorno		35 dias
10/08/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 02	Sem retorno		4 dias

Figura 133 - Recorte do Ofício Consominas nº 061/2018

Nesse contexto, cumpre ressaltar que, conforme arranjo definido pela Agência Nacional de Águas (ANA) junto ao Instituto BioAtlântica (IBIO) para acompanhamento dos serviços objeto do Contrato em questão, a análise técnica dos Produtos é realizada por equipe da Superintendência de Operações e Eventos Críticos (SOE), da Agência Nacional de Águas, cabendo ao Instituto BioAtlântica (IBIO) apenas a verificação relativa à estrutura e formatação do Produto. Conforme relatado pela Contratada, as análises técnicas por parte da SOE/ANA vêm demandando um tempo considerável, o que contribuiu para o não cumprimento do prazo previsto para o 1º Termo Aditivo ao Contrato.

Além disso, é importante esclarecer que foram necessários diversos alinhamentos técnicos entre ANA, IBIO e a Contratada acerca dos primeiros dados apresentados pela empresa, o que também comprometeu o cumprimento do prazo. Nesse sentido, cabe esclarecer que os primeiros dados das seções topobatimétricas apresentados pela Contratada, em caráter preliminar, em dezembro de 2017, apresentaram inconsistências, que foram relatadas pela ANA. No entanto, a Contratada apresentou inúmeras dúvidas quanto às adequações solicitadas e ao entendimento apresentado pela ANA no deslinde das questões, o que, por conseguinte acabou por demandar tempo na execução do objeto contratado.

No dia 03 de dezembro de 2018 a Consominas encaminhou Ofício nº 085/2018 solicitando novamente a prorrogação do prazo de vigência por mais 90 dias, apresentando, conforme recorte do referido Ofício da Consominas, as seguintes considerações e justificativas:

Tal solicitação justifica-se pela necessidade de execução de serviços de campo para o levantamento de 33 seções topobatimétricas que, de alguma forma, não atenderam a expectativa técnica da ANA. Devemos considerar também, como motivo para solicitação deste aditivo, os consecutivos atrasos ocorridos para a realização da análise técnica dos Produtos entregues, que vem sendo realizada pela equipe da Superintendência de Operações e Eventos Críticos (SOE) da Agência Nacional de Águas (ANA), atraso este que tem impactado diretamente no prazo final do contrato e consequentemente em seu equilíbrio econômico financeiro que hoje se encontra severamente prejudicado. Observamos que a Consominas depende do parecer com a aprovação ou crítica das seções fluviais para providências relativas às revisões e entregas finais. O quadro a seguir exemplifica o tempo de análise das seções entregues.

Figura 134 – Recorte do Ofício Consominas nº 085/2018

Data de envio	Material entregue	Análise SOE/ANA	Retorno SOE/ ANA	
30/04/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 01 – 131 seções	40 seções	29/05/2018	29 dias
		25 seções	04/06/2018	35 dias
		66 seções	19/06/2018	50 dias
07/06/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 02 – 119 seções	119 seções	07/08/2018	61 dias
17/07/2018	Relatório Parcial de Levantamento nº 03 – 114 seções	54 seções	17 e 18/10/2018	92 dias
10/07/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 01 - 13 seções	11 seções	26/09/2018	78 dias
10/08/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 02 - 29 seções	20 seções	17/10/2018	68 dias
26/10/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 03 - 29 seções	10 seções	17/11/2018	22 dias
27/11/2018	Correções – Relatório Parcial de Levantamento nº 03 - 5 seções	4 seções	07/12/2018	10 dias

Figura 135 - Recorte do Ofício Consominas nº 085/2018

Conforme relatado pela Contratada, houve a necessidade de execução de serviços de campo para o levantamento de seções topobatimétricas que não atenderam tecnicamente as exigências da ANA e do TDR. Adicionalmente, as análises técnicas por parte da SOE/ANA, apesar de estarem ocorrendo em um prazo menor, conforme demonstrado no quadro acima, ainda vêm demandando um tempo considerável. Estes fatos contribuíram para o não cumprimento do prazo previsto para o 2º Termo Aditivo ao Contrato.

Espera-se que, considerando o avançar dos trabalhos, não haja a necessidade de novo aditivo de prazo, tendo a conclusão dos serviços prevista para março de 2019.

12.3.3. Ações do IBIO

No ano de 2016 foram iniciados os trabalhos referentes aos estudos relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. Naquele ano, dentre as ações previstas, foram priorizados pela ANA e IBIO a contratação dos serviços de topobatimetria, assim como a contratação da atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água.

Nesse sentido, a minuta do Termo de Referência para contratação dos serviços de topobatimetria foi encaminhada pela ANA em agosto de 2016. Após as devidas adequações, o Ato Convocatório foi publicado no dia 16/11/2016. A sessão pública para abertura das propostas ocorreu no dia 06/12/2016. Na ocasião, apenas a empresa BSM Serviços Cartográficos LTDA compareceu à sessão pública, sendo a única concorrente no Ato. Após realizada a análise, a concorrente foi desclassificada do certame, por apresentar desconformidades com o Ato Convocatório, tendo o Ato sido declarado frustrado.

Sendo assim, no início do ano de 2017, iniciaram-se revisões pela equipe técnica do IBIO, com o apoio da ANA. O objetivo foi rever alguns critérios que possam ter inviabilizado a participação de outras empresas no certame, como o número de atestados técnicos exigidos para o Profissional Coordenador Geral. Esse alinhamento resultou em uma nova versão do Ato Convocatório, que estava prevista para ser publicada em fevereiro de 2017. No entanto, durante esse período, o IBIO recebeu o Despacho TC 034.912/2016-9, do Tribunal de Contas da União – TCU, que trouxe uma série de entendimentos e recomendações que afetaram consideravelmente o Edital que estava sendo trabalhado.

Em função do Despacho TC 034.912/2016-9 do TCU, foi necessário um novo alinhamento com a equipe da Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE/ANA, em reunião realizada em Brasília, no dia 21/02/2017 (). Posteriormente, a equipe do IBIO iniciou os trabalhos referentes ao novo Ato, revendo a estrutura do edital anterior por completo, alterando-o do tipo “Técnica e Preço” para o tipo “Menor Preço Global”.

A nova versão do Ato Convocatório foi publicada nos sites do IBIO e Comitês no dia 19/04/2017. O valor máximo global estimado para a contratação foi de R\$ 1.660.500,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil e quinhentos reais), obtido pela média de 04 orçamentos obtidos no mercado.

A sessão pública para recebimento das propostas foi realizada no dia 10/05/2017. Compareceram à sessão as seguintes concorrentes:

- Consórcio STE – Microars;
- Datum Serviços Hidrográficos LTDA – EPP;

- Consominas Engenharia LTDA;
- Allyne Passos Garcia Marques Ribeiro EIRELI ME;
- Senografia Desenvolvimento e Soluções EIRELI;
- 3D Topografia e Locações de Equipamentos LTDA – EPP;
- Mirante Topografia LTDA.

Na ocasião, foram abertos os envelopes de preço das licitantes e todas as Propostas de Preço tiveram valores globais considerados exequíveis conforme Ato Convocatório. Após a verificação do Menor Preço Global ofertado, neste caso, o da empresa Senografia Desenvolvimento e Soluções Eireli, e seguindo as disposições do Ato Convocatório, o Presidente da Comissão Gestora de Licitação e Contratos (CGLC) concedeu às empresas detentoras dos três menores preços globais a oportunidade de ofertarem lances verbais. A empresa Senografia Desenvolvimento e Soluções Eireli manteve-se como empresa detentora do Menor Preço Global após os lances verbais, com o valor de R\$ 941.825,00 (novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais). A Tabela 73 apresenta os valores de proposta de preços dos concorrentes ao certame.

Tabela 73 - Proposta de Preços dos Concorrentes

NOME DA EMPRESA	VALOR GLOBAL PROPOSTA DE PREÇO	VALOR GLOBAL PROPOSTA DE PREÇO (APÓS LANCES VERBAIS)
SENOGRAFIA DESENVOLVIMENTO E SOLUÇÕES EIRELI	R\$ 996.943,20	1º LANCE - R\$ 945.500,00 2º LANCE - R\$ 941.825,00 LANÇE FINAL - R\$ 941.825,00
MIRANTE TOPOGRAFIA LTDA	R\$ 1.093.257,44	1º LANCE - R\$ 950.440,00 2º LANCE - <u>NÃO MANIFESTOU INTERESSE</u>
CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.110.929,99	1º LANCE - R\$ 956.943,20 2º LANCE - R\$ 945.00,00 3º LANCE - <u>NÃO MANIFESTOU</u>
DATUM SERVIÇOS HIDROGRÁFICOS LTDA-EPP	R\$ 1.195.560,00	-
CONSÓRCIO STE – MICROARS	R\$ 1.245.208,95	-
3D TOPOGRAFIA E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA- EPP	R\$ 1.312.118,00	-
ALLYNE PASSOS GARCIA MARQUES RIBEIRO EIRELI ME	R\$ 1.394.820,00	-

Desta forma, tendo em vista que o valor ofertado pela empresa encontrava-se abaixo do limite de exequibilidade (abaixo de 60% do valor global máximo), conforme o Ato Convocatório, a sessão foi suspensa e abriu-se o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovação da viabilidade da proposta da empresa.

Após a suspensão da sessão, a concorrente Senografia Desenvolvimento e Soluções EIRELI, apresentou, dentro prazo estabelecido, sua Justificativa de Exequibilidade referente à proposta de preço apresentada na fase de lances verbais. A CGLC procedeu, então, à análise da Justificativa apresentada pela empresa, que resultou na negação de seu acolhimento. Foram consideradas insuficientes as justificativas e os documentos apresentados pela empresa para comprovar que os custos dos insumos, equipamentos e materiais são coerentes com os valores de mercado, bem como para comprovar a exequibilidade da proposta, com base nas exigências do Ato Convocatório.

No dia 08/06/2017 foi realizada a retomada da sessão pública, para dar prosseguimento ao certame. Na ocasião, a CGLC comunicou a sua decisão acerca da Justificativa de Exequibilidade apresentada pela empresa Senografia (primeira colocada). Como a decisão da CGLC, a partir da análise da Justificativa da empresa, foi pelo não acolhimento da mesma, o certame foi novamente suspenso, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para a segunda colocada, cujo valor preço ofertado também foi abaixo do limite de 60% do valor global máximo, apresentar sua Justificativa de Exequibilidade. Após a suspensão da sessão, a concorrente Consominas Engenharia LTDA, apresentou, dentro do prazo estabelecido, sua Justificativa de Exequibilidade. A CGLC procedeu, então, à análise da Justificativa, que resultou no acolhimento da mesma.

No dia 07/07/2017 foi realizada a retomada da sessão pública, para dar prosseguimento ao certame. Na ocasião, a CGLC comunicou a sua decisão acerca da Justificativa de Exequibilidade apresentada pela empresa Consominas Engenharia (segunda colocada). Diante do acolhimento da comprovação de exequibilidade da proposta de preço da empresa Consominas Engenharia LTDA, passou-se para a abertura do envelope de Habilitação da referida empresa. Após análise da documentação, foi constatado pela CGLC que todos os documentos apresentados pela empresa estavam em conformidade com as exigências do Ato Convocatório. Sendo assim, a empresa Consominas Engenharia LTDA foi declarada vencedora do certame.

- **Assinatura do Contrato e Reunião Inicial**

O contrato entre IBiO e Consominas foi celebrado no dia 03/08/2017, em reunião realizada no IBiO (Figura 136). Na ocasião, estiveram presentes representantes da Consominas Engenharia, equipe técnica e Diretor Técnico do IBiO e também o Sr. Vinícius Roman, da SOE/ANA, que deu apoio técnico aos alinhamentos iniciais com a contratada. Outros técnicos da ANA também participaram da reunião por meio de videoconferência.



Figura 136 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria

- **Campanha de fiscalização/ acompanhamento dos trabalhos em campo**

No intuito de acompanhar o trabalho de uma das equipes de campo da empresa Consominas Engenharia, foi realizada uma campanha de fiscalização em campo no dia 27 de setembro de 2017. A equipe de fiscalização foi composta pelos seguintes profissionais: Geraldo José Lucatelli Dória de Araújo Júnior (Especialista em Geoprocessamento - ANA), Aldir José Borelli (Especialista em Geoprocessamento - ANA), Vinícius Roman (Especialista em Recursos Hídricos - ANA) e Luísa Poyares Cardoso (Coordenadora de Programas e Projetos – IBIO) e acompanhou os trabalhos na zona urbana do município de Piranga/MG.

Durante a fiscalização foi verificado o atendimento aos critérios metodológicos previstos no edital de contratação. Além disso, a visita teve o objetivo de dirimir dúvidas quanto ao levantamento topobatimétrico e adequar as necessidades de informações para utilizar os dados como um dos parâmetros para realização da modelagem hidrológica na Bacia do Rio Doce.

- **Reunião de alinhamento sobre o Produto 2 - Relatório Parcial de Levantamento**

No dia 08/12/2017 a Consominas enviou ao IBIO, em caráter preliminar, o primeiro relatório parcial, referente ao levantamento de 84 seções topobatimétricas. O material foi encaminhado pelo IBIO à equipe da SOE/ANA que está apoiando o contrato. Após a verificação dos dados e análise de todo o material pela ANA, foi agendada uma reunião para alinhamento acerca do produto entregue. A reunião foi realizada no dia 18/12/2017, por meio de videoconferência. Participaram a equipe da Consominas, IBIO e os Srs. Geraldo Lucatelli e Aldir Borelli, da ANA. Foram apresentados pela ANA e IBIO os pontos do produto que necessitam de algum tipo de correção ou ajuste e alguns aspectos que geraram dúvida quando da análise dos dados. Algumas dessas questões foram explicadas pelos engenheiros da Consominas durante a reunião e, ao final, foi solicitado à contratada que providencie todos os ajustes apontados na análise, os quais são essenciais para a aprovação do Relatório. Sendo assim, a Consominas está trabalhando nas correções para a entrega da nova versão do Produto.

- **Alinhamentos e tramitações para adequação dos dados do Produto 02**

Após a reunião de alinhamento, a Consominas realizou ajustes no material, fez uma reorganização nos dados e reenviou ao IBIO no dia 22/12/2017. Em seguida, o material foi compartilhado com a equipe da ANA para que a mesma realizasse a análise e encaminhasse suas observações.

Nesse contexto, a ANA encaminhou, no dia 28/12/2017, novos apontamentos acerca do material, identificando itens que ainda precisavam de ajustes. A Consominas trabalhou nesses pontos e enviou, no dia 19/01/2018, em caráter preliminar, nova versão para análise. Na oportunidade, 100 seções foram enviadas.

Conforme alinhamento realizado entre IBIO e ANA, foi definido que a ANA encaminharia sua análise até o dia 21/02/2018.

- **2ª Reunião de alinhamento sobre o Produto 02 - Relatórios Parciais de Levantamento**

De posse da análise realizada pela ANA, optou-se pela realização de uma reunião de alinhamento para repassar à Contratada os apontamentos mais relevantes e também esclarecer eventuais dúvidas.

Sendo assim, no dia 22/02/2018, foi realizada reunião por videoconferência entre IBiO, ANA e Consominas. Na oportunidade, foi feita uma apresentação pela ANA indicando algumas inconsistências detectadas no material, principalmente na padronização das pastas de arquivos. Para dar celeridade e evitar retrabalho, foi encaminhado que a Consominas efetuasse as adequações em um bloco de 10 das 100 seções anteriormente enviadas. Esse bloco deveria ser aprovado para que, só então, a empresa trabalhasse nas demais seções.

No dia 06/03/2018, as 10 seções foram enviadas pela Consominas.

- **3ª Reunião de alinhamento sobre o Produto 02 - Relatórios Parciais de Levantamento**

Após a entrega das 10 seções, ANA e IBiO optaram pela realização de um encontro presencial com a Contratada, no intuito de dirimir dúvidas que ainda persistiam quanto aos formatos e adequações necessárias.

A reunião foi realizada no dia 16/03/2018, na Sede da ANA no SIA, de 13h às 17h (Figura 133).



Figura 137 - Reunião técnica presencial realizada em Brasília

Na ocasião, coube à Contratada relatar como foram elaborados e executados os trabalhos no contexto do campo e escritório. Em seguida, foi realizada, pela ANA, uma apresentação com as principais observações sobre as 10 seções encaminhadas.

Entre os encaminhamentos ficou definido que seria enviada, para ateste, uma nova amostragem de seções topobatimétricas com a incorporação das sugestões realizadas no encontro.

- **Entregas e análises do Produto 02 - Relatórios Parciais de Levantamento**

- Relatório Parcial de Levantamento nº 01

Após os diversos alinhamentos realizados, a Consominas procedeu à entrega do Primeiro Relatório Parcial de Levantamento no dia 30/04/2018. O relatório foi referente ao levantamento de 131 seções topobatimétricas.

Em função do grande quantitativo de seções, a equipe da ANA optou por realizar a conferência/análise de forma fracionada, enviando sua análise ao IBIO em blocos de seções. Sendo assim, a análise do primeiro relatório foi dividida da seguinte forma:

ENTREGA		ANÁLISE		
Produto	Data de envio pela Contratada	Bloco/Parte	Seções	Data de envio da análise ANA
Relatório Parcial nº 01	30/04/2018	1	PG 0001 a PG 0040	28/05/2018
		2	PG 0041 a PG 0071*	30/05/2018
		3	CT 0001 a CT 0073**	15/06/2018

*Exceto as seções PG0046,0047,0048,0049,0051 e 0061, que não foram entregues nesse Relatório

**Exceto as seções CT0014, 0016, 0018, 0039, 0040, 0044 e 0071, que não foram entregues nesse Relatório

Dentre as 131 seções entregues por meio do Relatório Parcial de Levantamento nº 01, 119 foram consideradas aprovadas. Para algumas dessas, foi solicitado inserir justificativas e observações no relatório escrito, a título de complementação. Do montante de 131 seções, 12 não foram aprovadas, sendo necessário à Contratada realizar as devidas correções e submeter novamente à análise da ANA/IBIO.

A Contratada procedeu às correções das 12 seções e as enviou ao IBIO. As referidas seções foram conferidas e analisadas pela ANA juntamente com as seções constantes do Relatório Parcial de Levantamento nº 02.

- Relatório Parcial de Levantamento nº 02

A Contratada procedeu à entrega do Segundo Relatório Parcial de Levantamento no dia 07/06/2018. O relatório refere-se ao levantamento de 119 seções, conforme detalhamento abaixo:

ENTREGA			
Produto	Data de envio pela Contratada	Rio	Quantitativo de seções
Relatório Parcial nº 02	07/06/2018	Piranga	6
		Caratinga	7
		Piracicaba	64
		Doce	42
		Total	119

- Relatório Parcial de Levantamento nº 03

A Contratada procedeu à entrega do Terceiro Relatório Parcial de Levantamento no dia 17/07/2018. O relatório refere-se ao levantamento de 114 seções, conforme detalhamento abaixo:

ENTREGA			
Produto	Data de envio pela Contratada	Rio	Quantitativo de seções
Relatório Parcial nº 02	17/07/2018	Doce	60
		Diversos (Seções <i>Dam Break</i>)	54
		Total	114

- **Próximas Ações**

Em 2018 foram das 375 seções previstas em contrato, 364 foram entregues e liquidadas, 11 estão pendentes de entrega e 19 não foram aprovadas, gerando uma pendência total de 30 seções, que ficarão para 2019.

Após a entrega das seções pendentes a Contratada ainda realizará a entrega do Produto 03 (Relatório Final), previsto para março de 2019.

12.3.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Em 2016 e 2017, algumas dificuldades foram enfrentadas no processo de contratação da empresa e também no acompanhamento do contrato até o momento. Tais dificuldades estão relacionadas ao fato de a equipe de Programas e Projetos do IBIO, composta por Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais e Engenheiros Ambientais, não possuir nenhum profissional com conhecimento e experiência relacionados à topobatimetria. Sendo assim, no que se refere aos aspectos técnicos, tanto teóricos quanto práticos do serviço, a equipe do IBIO acabou apresentando certa dependência em relação ao apoio técnico da ANA.

Primeiramente, houve dificuldades na compreensão do Termo de Referência, em função de a equipe não estar familiarizada com os termos e não conseguir vislumbrar facilmente a execução do serviço na prática. Dessa forma, o tempo que se levou para proceder às adequações no Termo de Referência, ajustando-o ao formato do IBIO e elaborar o Ato Convocatório foi maior do que o usualmente praticado pela equipe.

Outra dificuldade enfrentada pela equipe relaciona-se às dúvidas e esclarecimentos apresentados pelas empresas quanto a critérios técnicos exigidos no Termo de Referência. Esses questionamentos foram recebidos pelo IBIO tanto durante a fase de coleta de orçamentos quanto durante o período em que o edital esteve aberto e, na maioria das vezes, era necessário entrar em contato com a equipe da SOE/ANA para auxiliar nas respostas. Vale ressaltar que o volume de e-mails foi bastante elevado, além de várias empresas entrando em contato por telefone e a citada dependência nos impedia de dar retorno imediato às empresas.

Em 2017 e 2018, no que se refere à execução do contrato, a empresa contratada vem demandando diversos alinhamentos técnicos, devido à necessidade de realizar ajustes em função das adversidades encontradas em campo. Em função da já mencionada dependência da equipe IBiO em relação ao apoio técnico dos especialistas da SOE/ANA, o acompanhamento do contrato fica comprometido. Assim, o retorno à empresa demanda um tempo maior do que o usual em outros contratos. Situação semelhante é observada na análise e validação dos produtos. Apesar de o IBiO ser o responsável pela validação dos mesmos, a equipe da SOE realiza toda a conferência dos dados e, posteriormente, repassa ao IBiO para consolidar a validação. Todo esse trâmite, com várias profissionais envolvidos, acaba por demandar um maior período de análise dos produtos.

13.RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE

13.1. Arranjo Institucional

O arranjo institucional atual, composto pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH previsto na Lei Federal nº 9.433/1997, poderia ser melhorado tanto com relação às competências previstas na Lei quanto da implementação de tais competências na prática. Por vezes os integrantes do SINGREH encontram dificuldades em tornar realidade tais competências e não conseguem atingir um nível de integração e inter-relacionamento favorável à implementação do PIRH. Ocorrência também verificada no nível político e administrativo.

A adequada implementação do PIRH requer não apenas uma Entidade Delegatária estruturada e eficiente, mas também um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado em todos os níveis. A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas, assim como toda a legislação sobre o assunto incluído legislações específicas para Entidades Delegatárias e Contratos de Gestão celebrados com os órgãos gestores, são relativamente recentes no país. E como todo novo desafio, a implementação do PIRH é uma ação que depende e necessita de integração e comprometimento de todos os integrantes do SINGERH. É necessário que todos ajam em sinergia quanto aos objetivos a serem alcançados e quais as formas de alcança-los. Na medida em que cada ente do sistema torne suas competências em realidade e façam isso de forma integrada e com cumplicidade, a transformação dos programas descritos no PIRH em realidade se torna uma ação mais viável e possível.

Com o advento da atualização do PIRH, que será contratada pelo IBIO em 2019 e com conclusão prevista para janeiro de 2021, espera-se que o arranjo institucional seja rediscutido e aperfeiçoado pelos integrantes do SINGERH, considerando que agora os atores envolvidos, principalmente os CBHs e o IBIO, já possuem importante experiência de 8 anos da implementação do PIRH e do arranjo institucional ora em vigência na bacia hidrográfica do rio Doce.

Um dos objetivos da atualização do PIRH é avaliar o arranjo institucional existente e propor aperfeiçoamentos para implementação das ações do PIRH Doce/PARHs, assegurando a efetiva execução das ações nos prazos previstos, a celebração de parcerias para obtenção de recursos e a otimização da aplicação dos recursos arrecadados na cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce. Esse aperfeiçoamento deverá considerar distintos cenários de custeio da Entidade Delegatária/Equiparada, compatibilizando sua força de trabalho para as ações priorizadas.

Sobre as ações priorizadas pelos CBHs, faz-se necessária a revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP Doce), com o objetivo de reduzir o número de programas priorizados, compatibilizando os mesmos com a força de trabalho do IBIO, conforme citado acima. Tal revisão do PAP é imprescindível para a atuação da ED e dos CBHs, concentrando esforços para obtenção de melhores resultados.

13.2. Unificação dos Contratos de Gestão

Das leis distintas que temos no país sobre a Política de Recursos Hídricos como a Lei Federal nº 9.433/1997, a Lei do Estado de Minas Gerais nº 13.199/1999 e a Lei do Estado do Espírito Santo nº 5.818/1998 originaram leis específicas que regulamentam a celebração de contratos de gestão entre os órgãos gestores de recursos hídricos e as entidades delegatárias/equiparadas das funções de Agências de Águas. Como resultado, temos Contratos de Gestão celebrados entre órgãos gestores e entidades delegatárias/equiparadas distintos. No caso específico do IBIO – AGB Doce, temos dois contratos de gestão distintos celebrados com a ANA e com o IGAM para implementação de um mesmo PIRH. Contratos distintos quanto às competências, obrigações e metas a serem alcançadas representa ainda mais complexidade na implementação do PIRH.

Entendemos que um contrato de gestão unificado entre os órgãos gestores federal e estadual seria uma forma de reforçar a integração entre os entes participantes do SINGERH em prol do bem comum na recuperação das bacias hidrográficas. Contratos de Gestão distintos torna a rotina administrativa, jurídica, gerencial e estratégica das entidades delegatárias/equiparadas sobrecarregada e burocrática. Considerando que tal rotina é o papel principal de tais entidades, a distinção entre contratos de gestão tem um impacto significativo na produtividade e eficiência destas entidades.

13.3. Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias

Além da diferença citada anteriormente, as entidades delegatárias seguem regulamentações distintas que se referem à aquisição de bens e serviços e seleção de pessoal. Sendo a Resolução ANA 552/211 para aquisição de bens e serviços pela ANA, a Resolução ANA 306/2008 para seleção e recrutamento de pessoal e a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 1.044/2009 para aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal. São regras distintas a serem seguidas para um mesmo propósito, para o bem comum, para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica.

A entidade delegatária encontra dificuldades e maior complexidade nas contratações e execução dos programas previstos no PIRH quando tem de lidar com legislações distintas. O Plano de Aplicação Plurianual - PAP elaborado para orientar a execução de projetos na bacia é um exemplo de integração. No PAP estão priorizados os projetos a serem executados na bacia, tanto com recursos da cobrança estadual como federal. A priorização é única para ambos os recursos financeiros e para ambos os contratos de gestão. Em praticamente todos os programas priorizados no PAP estão previstos a aplicação de ambas as fontes de recursos. Porém, para implementação de um destes programas, a entidade delegatária, por vezes, tem que atender a duas legislações distintas no processo seletivo, celebração e acompanhamento de um mesmo contrato.

Considerando um cenário diferente em que a contratação de empresas para execução de um determinado programa ou parte dele celebrando contratos distintos para atender a legislações distintas iria tornar ainda mais complexo a execução e acompanhamento destes programas. Pelo exposto, entendemos que a integração das legislações específicas para as entidades delegatárias ira tornar menos complexa e burocrática a implementação do PIRH.

Custeio Administrativo dos Comitês de Bacia Hidrográfica

Acreditamos que prevendo no P61.2 despesas com custeio administrativo dos comitês federal e estaduais que compõem a bacia hidrográfica seria uma forma de fortalecer ainda mais os CBH's.

A Lei Federal 9.433/1997 estipula o limite de 7,5% de todos os recursos arrecadação com a cobrança de uso de recursos hídricos para custeio administrativo do SINGERH. Na prática, 7,5% destes recursos são utilizados para custeio das entidades delegatárias e dos CBH's.

Tal política não leva em consideração o número de comitês que integram cada bacia hidrográfica ou os valores arrecadados. Desta forma, o custeio administrativo de entidades delegatárias em bacias hidrográficas que possuem um número significativo de comitês, como o caso da bacia hidrográfica do rio Doce com onze comitês estaduais e um comitê federal, fica comprometido.

Custear administrativamente a própria entidade delegatária mais doze CBH's apenas com o limite estabelecido em Lei é um desafio a mais para a implementação do PIRH. O problema é agravado em bacias hidrográficas com baixa arrecadação pela cobrança do uso da água.

Sabendo que na prática e em geral, o custeio administrativo de um CBH é o mesmo, independente do valor arrecadado na bacia. Em bacias com baixa arrecadação tal custeio compromete uma fatia proporcionalmente maior dos recursos arrecadados. Ou seja, se considerarmos o custeio de um CBH como sendo R\$ 100.000,00 anuais, em uma bacia hidrográfica com arrecadação anual de R\$ 10.000.000,00 teria uma fatia menor da arrecadação comprometida com este CBH do que uma bacia com arrecadação anual de R\$ 400.000,00. Estamos falando de uma despesa que não está diretamente relacionada à arrecadação e sim ao número de CBH em uma bacia. Diferentemente do custeio de uma entidade delegatária que se adequa à arrecadação consolidada em uma bacia, o custeio dos CBH's desta bacia está relacionado diretamente à quantidade destes CBH's. Como, muitas vezes, a falta de recursos para o custeio pode dificultar a implementação do programa P61, subprograma P61.2 do PIRH de fortalecimentos destes CBH's. Entendemos que tais despesas poderiam estar previstas no próprio subprograma P61.2 do PIRH. Esta seria uma forma de impedir que limitações nos 7,5% comprometam o fortalecimento dos CBH's e faça com que o quantitativo de recursos alocados para custeio dos CBH's seja proporcional ao número de CBH existentes na bacia e não proporcional à arrecadação.

14. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – TTAC

O Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2 de março de 2016, entre Samarco Mineração, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais em decorrência do rompimento da barragem de fundão, em Mariana.

A Fundação Renova, fruto do TTAC, foi constituída em 30 de junho de 2016 e iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano. O Termo define a Fundação como o ente responsável pela criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos que têm o objetivo de reparar, restaurar e reconstruir as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Alguns Programas previstos no TTAC estão intrinsecamente relacionados aos CBHs e atividades desenvolvidas pelo IBIO, diante disso, ao longo de 2017 diversas atividades foram realizadas para dar apoio à atuação dos CBHs nos Programas desenvolvidos pela Fundação Renova. A seguir são descritas as principais atividades.

14.1. Programa de Recuperação de Nascentes

Dentre os Programas Socioambientais, previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), tem-se o Programa de Recuperação de Nascentes, inserido no eixo temático Restauração Florestal e Produção de Água. O Programa prevê a recuperação de 5000 nascentes em um período máximo de 10 anos, com uma taxa de 500 nascentes a serem recuperadas por ano.

Conforme Cláusula 163 do TTAC, o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH Doce) define as áreas a serem contempladas.

Conforme solicitado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, o IBIO realizou a elaboração da Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO para subsidiar as definições deste CBH quanto ao Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC, baseando-se em critérios técnicos e coerentes com a realidade da bacia. A Nota foi aprovada pelo CBH-Doce e pelo CIF no ano de 2017, por meio das deliberações Nº 59/2017 e Nº 68/2017, respectivamente.

- **Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO**

A Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO, solicitada pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, apresenta uma análise multicriterial para subsidiar a tomada de decisão do CBH Doce quanto às áreas a serem contempladas pelo Programa de Recuperação de Nascentes, previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC.

Esta nota foi apresentada à CTGEC em reunião realizada no auditório da prefeitura municipal de Governador Valadares, no dia 14 de março de 2017. Nesta reunião foi aprovada a simulação de distribuição, entre as UGRHs, do número de nascentes a serem recuperadas durante os anos estabelecidos para o programa, considerando ainda as informações levantadas pelos membros.

No ano de 2018, Ano 03, conforme consta na Deliberação do CIF nº 68 de 25 de maio de 2017, 250 nascentes receberão ações de recuperação na UGRH Suaçuí, 150 no São José e 100 no Piranga. Dentro das áreas das UGRHs a serem contempladas este ano, cabe ao CBH Doce, em articulação com os CBHs afluentes, considerarem as recomendações da NT Nº 01/2017/IBIO para definição dos locais a receberem as ações de recuperação de nascentes, conforme aconteceu no ano de 2017, Ano 02.

Diante disso, foram realizadas reuniões com os CBHs afluentes das UGRHs Suaçuí, São José e Piranga para definição das áreas, dentro de suas respectivas bacias, a receberem ações de recuperação de nascentes.

- **Definições do CBH-Suaçuí:**

A Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí), realizou no dia 13 de março de 2018, em Governador Valadares/MG, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 250 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Suaçuí que, no dia 17/03/2018, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Governador Valadares/MG, que teve seu sistema de abastecimento de água afetado pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 80 nascentes na bacia do Ribeirão Graipu (em Guanhães e Sabinópolis/MG), porção à montante do ponto de captação da Sede de Guanhães/MG;
- Contemplar 20 nascentes na bacia do Córrego Santa Cruz (em Virginópolis/MG), porção à montante do ponto de captação da Sede de Virginópolis/MG;
- Contemplar 60 nascentes na bacia do Ribeirão Melquíades (em Governador Valadares/MG), porção à montante da confluência com o Córrego do Bananal.

Cabe ressaltar que, as bacias acima indicadas fazem parte da bacia do rio Corrente Grande, manancial alternativo da Sede de Governador Valadares/MG. Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação subterrânea alternativo do Distrito de São Vitor, do município de Governador Valadares/MG, que teve seu sistema de abastecimento de água afetado pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 50 nascentes na bacia do córrego Tapinuã (em Governador Valadares/MG), porção à jusante da localidade de Nova Brasília.

Cabe ressaltar que, a bacia acima indicada faz parte da bacia do Ribeirão Santa Helena, manancial alternativo do Distrito de São Vitor, de Governador Valadares/MG.

Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água das captações da aldeia indígena Krenak, localizada no município de Resplendor/MG, afetada pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 40 nascentes na área da terra indígena dos índios Krenak (em Resplendor/MG);



Figura 138 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 13/03/2018.



Figura 139 – Plenária do CBH-Suaçuí, em 17/03/2018.

Na Figura 140 apresentamos um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições do CBH.

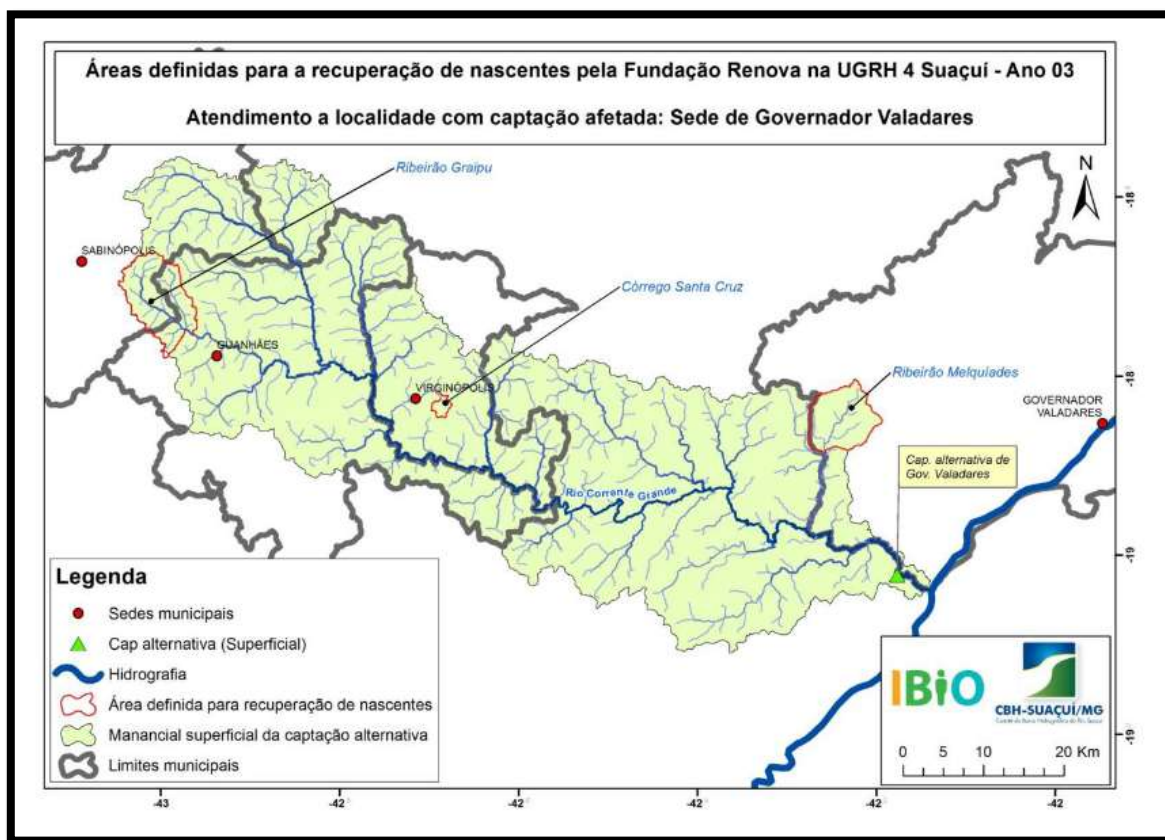


Figura 140 – Um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições.

• Definições do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce (CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce), realizou no dia 03/05/18, em Colatina/ES, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 150 nascentes. No mesmo dia aconteceu a Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce que aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES, que teve seu sistema de abastecimento de água afetado pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 40 nascentes na bacia do córrego Miracema, em Colatina/ES;
- Contemplar 40 nascentes na bacia do rio Graça Aranha, em Colatina/ES e Marilândia/ES;

As bacias acima indicadas fazem parte da bacia do rio Pancas, manancial alternativo da Sede de Colatina/ES.

Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação subterrânea alternativo do Distrito de Bonisenha, do município de Marilândia/ES, que teve seu sistema de abastecimento de água afetado pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 20 nascentes na bacia do córrego São Pedro, em Marilândia/ES;

A bacia acima indicada faz parte da bacia do rio Liberdade, manancial alternativo do Distrito de Bonisenha.

Visando contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Linhares/ES, que teve seu sistema de abastecimento de água afetado pela lama oriunda do rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG:

- Contemplar 50 nascentes na bacia do rio Iriri-Timirim, em Linhares/ES e Rio Bananal/ES;

Cabe ressaltar que, a bacia acima indicada faz parte da bacia do rio Bananal, manancial alternativo da Sede do município de Linhares/ES.



Figura 141 – CTPP e Plenária do CBH-Pontões e Lagoas, em 03/05/2018.

A seguir, na Figura 142 apresenta-se um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições do CBH.



Figura 142 – Um dos mapas elaborados pelo IBIO para subsidiar as definições.

- **Definições do CBH-Piranga:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga), realizou no dia 15 de junho de 2018, em Ponte Nova/MG, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 100 nascentes. No mesmo dia aconteceu a Plenária do CBH-Piranga que aprovou contemplar o município de Ponte Nova/MG. A seguir, a área e quantitativo de nascente informado pelo CBH:

- Contemplar 100 nascentes na Bacia do Córrego Mané Luca no município de Ponte Nova/MG



Figura 143 – Reunião da CTPlan do CBH-Piranga, em 15/06/2018.



Figura 144 – Plenária do CBH-Piranga, em 15/06/2018.

A seguir, na Figura 145 apresentamos um dos mapas elaborados pelo IBiO para subsidiar as definições do CBH.

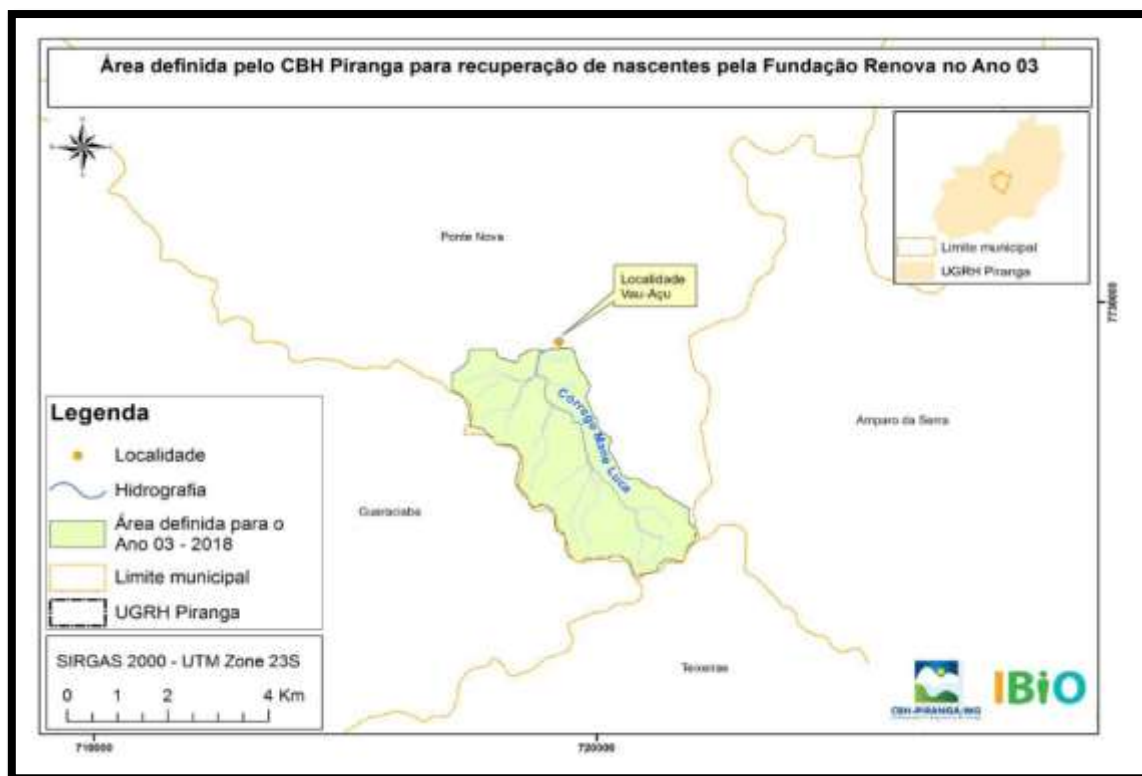


Figura 145 – Um dos mapas elaborados pelo IBiO para subsidiar as definições.

Após a definição das áreas a serem abrangidas pelo Programa, a Fundação Renova realizou reuniões, em cada um dos comitês afluentes a receberem ações de cercamento de nascentes, para definir estratégias de mobilização para que as ações de campo pudessem ser iniciadas.

14.2. Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC

Dentre os Programas estabelecidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, há o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos.

O Programa prevê a disponibilização de recursos financeiros no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) aos Municípios da Área Ambiental 2, com finalidade de custear ações de esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, que podem contemplar desde planos, até obras.

Diversas vezes esse Programa foi discutido nas reuniões junto aos CBH, já que impactam diretamente no Edital de Chamamento de Projetos de Água e Esgoto, que foi detalhado no item 3. Qualidade da Água, deste Relatório.

Também, foi incluída a Fundação Renova nas discussões para elaboração da Proposta de Sistema de Gerenciamento integrado de resíduos sólidos da Bacia do Rio Doce, do Grupo de Trabalho de Gestão

de Resíduos Sólidos, criado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos – CTGEC, do CBH-Doce, uma vez que, as definições tanto da proposta quanto do programa do TTAC se relacionam. Mais sobre essa proposta pode ser observado no item 5.6.3. Grupo de Trabalho de Gestão de Resíduos Sólidos.